



# **Projeto Pedagógico de Curso**

## **Caderno 1 – CORPO PRINCIPAL**

**2019**

SUMÁRIO – CORPO PRINCIPAL

<b>1– ASPECTOS GERAIS</b>	<b>3</b>
1.1. Atos de legalidade do Curso de Direito	3
1.2. Avaliações Externas	3
1.3. Inserção regional	4
1.4. Políticas de ensino	4
1.5. Políticas de pesquisa	7
1.6. Políticas de extensão:	12
1.7. Políticas de gestão	18
1.8. Responsabilidade social da instituição, enfatizando a contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região.	20
<b>2 - CORPO DISCENTE</b>	<b>21</b>
2.1. Perfil do ingressante:	21
2.2. Perfil do egresso:	22
2.3. Formas de acesso	23
2.4. Programas de apoio psicopedagógico, financeiro e de nivelamento	24
2.5. Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)	25
2.6. Acompanhamento dos egressos	25
2.7. Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares.	25
<b>3 – PLANO DE ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS</b>	<b>27</b>
3.1. Missão do Curso	27
3.2. Planos de ensino:	27
3.3. Princípio metodológico	29
3.4. Processo de avaliação	29
3.5. Atividades de prática profissional, de estágios e complementares	30
3.6. Matriz curricular	33
3.7. Representação Gráfica do perfil de formação da Matriz Curricular	35
3.8. Oportunidades diferenciadas de integração dos cursos	38
<b>4 – CORPO DOCENTE</b>	<b>38</b>
4.1. Requisitos de titulação	38
4.2. Formação, titulação, jornada e experiência profissional não acadêmica	39
4.3. Critérios de seleção, de contratação e de substituição eventual de professores	40
4.4. Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho	40

<b>5 – CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO</b>	<b>40</b>
5.1- Quadro do Corpo Técnico-Administrativo do Câmpus São Francisco	40
5.2. Critérios de seleção e contratação	41
5.3. Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho	41
<b>6–ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>41</b>
6.1. Estrutura organizacional com as instâncias de decisão	42
6.2. Organograma institucional e acadêmico	42
6.3. Órgãos gestores: competência e composição	43
6.4. Órgãos de apoio às atividades acadêmicas	44
6.5. Autonomia da IES em relação à mantenedora	44
6.6. Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas	45
6.7. Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de autoavaliação	48
6.8. Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, em conformidade com o SINAES	49
6.9. Formas de utilização dos resultados das avaliações	50
<b>7 – INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS</b>	<b>51</b>
Áreas do Conhecimento	56
<b>8 - ANEXOS</b>	<b>59</b>
Caderno 2 – Planos de Ensino	59
Caderno 3 – Regulamentos	59

## **1– ASPECTOS GERAIS**

### **1.1. Atos de legalidade do Curso de Direito**

- Implantação do Curso: Portaria de Autorização nº 926, de 27 de março de 2002
- Data e Ato de Reconhecimento: Portaria nº 525, de abril de 2009
- Data e Ato de Renovação de Reconhecimento: Portaria MEC/SERES nº 639 – DOU de 24 de outubro de 2016
- Data e Ato de Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 820, de 22/11/2018 – DOU nº 226, Seção 1, pág.16, de 26/11/2018.

### **1.2. Avaliações Externas**

<b>Notas de Avaliação da Comissão de Especialistas em 26.03.2008</b>		
<b>Dimensão – 1</b>	<b>Dimensão – 2</b>	<b>Dimensão – 3</b>
Corpo Docente Corpo Discente Técnico Administrativo	Organização Didático Pedagógica	Instalações Físicas
<b>Conceito: 5</b>	<b>Conceito: 5</b>	<b>Conceito: 5</b>

<b>Notas de Avaliação da Comissão de Especialistas MEC em 2014</b>		
<b>Dimensão – 1</b>	<b>Dimensão – 2</b>	<b>Dimensão – 3</b>
Corpo Docente Corpo Discente Técnico Administrativo	Organização Didático Pedagógica	Instalações Físicas
<b>Conceito: 5</b>	<b>Conceito: 5</b>	<b>Conceito: 5</b>

<b>ENADE 2006</b>									
Ano	<u>Média da Formação Geral</u>		<u>Média do Componente Específico</u>		Média Geral		<u>Enade Conceito (1 a 5)</u>	<u>IDD Índice (-3 a 3)</u>	<u>IDD Conceito (1 a 5)</u>
	Ing	Conc	Ing	Conc	Ing	Conc			
<b>2006</b>	<b>49,8</b>		<b>32,6</b>		<b>41,2</b>				

<b>ENADE 2009</b>									
Ano	<u>Média da Formação Geral</u>		<u>Média do Componente Específico</u>		Média Geral		Enade	IDD	CPC
	Ing	Conc	Ing	Conc	Ing	Conc			
<b>2009</b>	<b>51,6</b>	<b>45,6</b>	<b>46,3</b>	<b>50,5</b>	<b>47,6</b>	<b>49,2</b>	<b>2.000 (3)</b>	<b>0.7600(1)</b>	<b>2.0400(3)</b>

<b>ENADE 2012</b>						
Nota de concluintes	Nota dos ingressantes no Enem		Nota bruta do IDD	Nota padronizada do IDD	CPC (contínuo)	CPC (faixa)
<b>3,8763</b>	<b>54,6045</b>		<b>6,5996</b>	<b>4,0904</b>	<b>4,18 *</b>	<b>5</b>

\* melhor conceito entre todos os cursos de Direito do Brasil

<b>ENADE 2015</b>			
Nota Bruta – Formação Geral	Nota Bruta – Componente Específico	ENADE	CPC
<b>65,05818181818182</b>	<b>44,66727272727272</b>	<b>3 (2.9398)</b>	<b>4 (3.4683)</b>

### **1.3. Inserção regional**

O município de Catanduva completou 101 anos de emancipação política em 2019, localizando-se na região noroeste do Estado de São Paulo e pertencendo à zona fisiográfica de São José do Rio Preto. Conta com uma população estimada em 120.691 habitantes (IBGE – 2017), com 4.577 matrículas no ensino médio (IBGE 2015), distribuídos em 21 escolas (IBGE – 2015). Apresenta 99.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 98.9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização

A cidade dispõe de infraestrutura de serviços urbanos de boa qualidade, setor educacional em expansão, com escolas de educação de ensino fundamental e médio da rede pública e privada e de ensino profissionalizante ministrado pelo SESI, SENAC e Centro Educacional Paula Souza, estas últimas oferecendo cursos de formação em diversas áreas técnicas.

O ensino superior é disponibilizado no Centro Universitário Padre Albino, que conta com os cursos de Direito, Administração, Agronomia, Medicina, Educação Física, Enfermagem, Biomedicina, Pedagogia e Farmácia e no Instituto Municipal de Ensino Superior, autarquia municipal que oferece vários outros cursos.

Os serviços de saúde do município, com o início em 1997 da Gestão Plena de Sistema Municipal de Saúde, segundo a NOB 96 e 99, contam com uma rede ambulatorial municipal composta por 10 Unidades Básicas de Saúde, Ambulatórios de Especialidades (AME), Central de Ambulâncias e Pronto Socorro, localizado no Hospital Padre Albino. Na assistência secundária e terciária, conta com dois hospitais de ensino, um hospital geral e um de Internação Psiquiátrica, da rede particular e Filantrópica e conveniada com o SUS. Contando com 41 estabelecimentos conveniados ao SUS (IBGE – 2009).

A população jovem (15 a 19 anos) público alvo mais proeminente do curso, corresponde a 8.575 (oito mil, quinhentos e setenta e cinco) pessoas.

O planejamento das atividades do Curso de Direito é realizado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), que se reúne periodicamente. Esse planejamento conta também com participação do colegiado do curso, juntamente com a supervisão de representantes de alunos e da comunidade, que se reúne no início e término de cada semestre letivo, promovendo avaliação e revisões periódicas. As ações programadas são norteadas pela Missão do Curso e priorizam atingir padrões de excelência em qualidade de ensino.

A identificação dos pontos fortes e fracos do curso, nas constantes avaliações, e os debates em torno dos mesmos, constitui-se em instrumento cotidiano para o aprimoramento da relação ensino-aprendizagem, na busca da melhoria dos processos de reformulação e na inclusão de atividades que atendam aos objetivos propostos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

As atividades e projetos de interação com a comunidade são valorizados no planejamento do curso, como forma de participar do processo de transformação social e firmar o compromisso de assegurar a oferta de uma verdadeira educação jurídica, na ampla acepção que o termo expressa, como forma de despertar em tantos quantos entrem em contato com as ações desenvolvidas no curso, as aspirações de cidadania e respeito ao próximo.

Para tanto, o curso continuará a manter como estratégia, para o aprimoramento da relação ensino-aprendizagem, o incentivo à pesquisa multidisciplinar e a disponibilização de atividades de extensão à comunidade, aliados a uma oferta intermitente de Atividades Complementares e estágio supervisionado, essas administradas pelo Centro de Práticas Jurídicas.

### **1.4. Políticas de ensino**

A UNIFIPA pretende contribuir para o desenvolvimento local e regional do ensino superior com qualidade e sobretudo fazer com que a ciência possa ser desenvolvida na IES com autonomia; uma metodologia que, antes de ser instrumental, esteja calcada no conhecimento humanístico e ancorada no saber da tradição. A UNIFIPA têm a proposta pedagógica de articular o ensino, a pesquisa e a extensão, como forma de garantir o ensino crítico e reflexivo na busca de competências e habilidades esperadas para alunos de graduação.

O currículo de cada curso contempla os conteúdos necessários para o desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, de forma a garantir a qualidade da formação profissional em uma dupla dimensão: a qualidade formal, que diz respeito ao conteúdo específico de cada curso, e a integração social qualificada, que corresponde ao envolvimento crítico do corpo discente com os problemas da sociedade.

Ao estruturar o currículo, cada projeto pedagógico prevê um conjunto de conteúdos de aprendizagem que substitui antigas disciplinas fragmentadas, muitas vezes sem articulação entre si, cedendo lugar ao reconhecimento de outras formas de conhecimento, o que implica a valorização do saber científico, técnico e humanístico.

A organização curricular contempla conteúdos de aprendizagem norteados por um projeto interdisciplinar para cada estágio de formação. Na dimensão vertical, é possível observar como esses momentos são compreendidos, de acordo com os objetivos daquela organização. A articulação entre os diferentes estágios e conteúdos é indicada nas ementas e na compatibilidade entre competências, habilidades e dimensões da formação.

À medida em que novas tecnologias são criadas e colocadas a serviço da sociedade, estas são introduzidas na estrutura curricular dos cursos da UNIFIPA, na forma de conteúdos programáticos, e por estratégias de ensino e

aprendizagem que contemplam métodos de ensino participativo e ferramentas diversificadas. Propostas de novos cursos e de acompanhamento docente também compõem as estratégias de inovação. Desta maneira, procura-se harmonizar o contemporâneo e o atual ao saber de formação consolidado, estabelecendo a desejada interdisciplinaridade e inovação, dentro de um contexto pedagógico e em relação à formação profissional do graduando, pois permite a constante transformação e atualização de conhecimentos universais, em sintonia com as exigências sociais contemporâneas e o mercado de trabalho.

Ainda do ponto de vista metodológico, atende aos conteúdos fundamentais de diferentes áreas, abrangendo as disciplinas básicas de laboratório e as de conteúdo social, psicológico, antropológico, filosófico, ambiental, pedagógico e metodológico. Quanto aos conteúdos específicos, estes são inerentes ao conhecimento e à prática, enquanto subsídios para a formação do profissional, que atuará no mercado de trabalho em um mundo globalizado; nessa especificidade, o aluno se prepara para melhorar seu perfil.

### **São políticas de ensino de graduação da UNIFIPA:**

- Adequar constantemente os currículos dos cursos de graduação às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Superior;
- Incrementar a oferta de cursos de licenciatura pelo Instituto de Educação Superior (IES);
- Realizar estudos que apontem alternativas para a criação de novos cursos de graduação, segundo a vocação da instituição;
- Promover o contínuo aperfeiçoamento dos Recursos Humanos e o aprimoramento das condições materiais e pedagógicas dos cursos;
- Adotar medidas de ajuste, correção e melhoria decorrentes da avaliação pelo ENADE;
- Tornar a pós-graduação “lato sensu” eixo dinâmico e revitalizador da melhoria da graduação, da pesquisa e da extensão;
- Promover o intercâmbio com instituições de ensino do País e do exterior;
- Ampliar a participação de professores e alunos em projetos de pesquisa;
- Fortalecer ações extensionistas locais, regionais e nacionais, consolidando a IES como prestadora de serviço à comunidade, por intermédio de programas e projetos institucionais de extensão em parcerias com instituições públicas e privadas;
- Promover a integração com a pesquisa, oferecendo subsídios teóricos e ferramentas técnicas para a formação de um conhecimento consistente, e dotado de autonomia;
- Favorecer a infraestrutura de atendimento ao docente visando a disponibilidade de alternativas para o desenvolvimento de técnicas pedagógicas, métodos de ensino e introdução de novas tecnologias em sintonia com o mundo do trabalho e o mercado de trabalho.

### **Com base nestas políticas de ensino, são propostas as seguintes ações:**

- Acompanhar a implantação de novas matrizes curriculares dos cursos, realizando eventuais correções que se façam necessárias;
- Manter atualizados os recursos laboratoriais, infraestrutura e equipamentos;
- Incentivar o uso de sistemas de informática, plataformas tecnológicas, aplicativos, dentre outros, como instrumentos de apoio ao ensino, bem como viabilizar, executar e acompanhar a realização de atividades de interação entre docentes e discentes;
- Acompanhar e aprimorar de forma sistemática a relação ensino e aprendizagem, a utilização de tecnologias, metodologias ativas e o uso de processos de avaliação continuados;
- Atualizar e ampliar o acervo da biblioteca e investir em conteúdos digitais, permitindo o acesso aos diferentes meios de informatização científica e intercâmbios entre bibliotecas;
- Implementar e aprimorar as atividades curriculares e extracurriculares como monitorias, estágios supervisionados, programas de iniciação científica, projetos de pesquisa, iniciação didática, atividades complementares e estágios em instituições públicas e privadas;
- Gerar mecanismos de acompanhamento e diálogo com os egressos, por meio de sua participação em atividades profissionais, sociais e culturais, como forma de integração da instituição com a sociedade e de estabelecimento de indicadores para constante melhoria de qualidade dos cursos oferecidos;
- Incentivar a qualificação docente, promovendo atualização constante quanto a propostas pedagógicas, a partir da realização de fórum de metodologia do ensino jurídico, seminários ou workshops;

- Divulgar e estimular, por intermédio das oficinas de ensino jurídico, o contato com as novas práticas pedagógicas a todo o colegiado do curso, bem como a discentes e egressos que demonstrem interesse pela docência;
- Aperfeiçoar o processo de avaliação institucional, como forma de garantir os índices de qualidade de ensino;
- Acompanhar a implementação do plano de carreira dos docentes.

### **Política de ensino de pós-graduação:**

A concepção de uma política de pós-graduação na UNIFIPA pauta-se na necessidade de expandir suas ações de formação profissional para além da graduação, visando constituir-se em centro produtor e difusor de conhecimento e de cultura. Esta postura vincula-se à crescente demanda do mercado por profissionais de alto nível nas áreas de abrangência de seus cursos de formação e às exigências e necessidades de um mundo altamente competitivo e globalizado. A participação dos docentes na pós-graduação constitui-se caminho para assegurar e ampliar a sua qualificação, mantendo e elevando o padrão de qualidade de seus cursos de graduação.

A pós-graduação *lato sensu* é uma atividade integradora entre o ensino, a pesquisa e aprofundamento do conhecimento. Ao longo de sua atividade acadêmica propõe e propicia aos alunos dos cursos a possibilidade de educação continuada através de estudos e aquisição de novas habilidades e competências que lhes permitirão a rápida inserção no mercado de trabalho e atualização dentro deste mercado.

A UNIFIPA, com vistas a fortalecer e aprimorar os cursos existentes e implantar novos cursos de pós-graduação *lato sensu*, instituiu a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG), dotada de Regulamento próprio.

### **Política de ensino do Curso de Direito:**

O Curso de Direito foi concebido sob a perspectiva de propiciar ao seu corpo discente uma visão humanística de alto teor ético e moral, sem descuidar do estudo sistemático e clássico das instituições jurídicas, da articulação entre teoria e prática, com conteúdo curricular dinâmico, atento aos novos saberes e práticas emergentes, e estruturado a partir da adaptação das disciplinas tradicionais às necessidades regionais.

Propõe-se a desenvolver educação jurídica sob a perspectiva de formação de juristas conscientes de seu papel social, promovendo a cidadania, o respeito aos direitos fundamentais do ser humano, a participação política e social, além de formar operadores do direito com bagagem técnica e operacional qualificada, para a melhor instrumentalização dos procedimentos e resolução dos conflitos jurídicos.

Justifica-se por seu relevante papel como formador da cidadania, erigindo-se em um centro de aprofundamento do debate e das reflexões sobre o direito contemporâneo, dos problemas jurídicos brasileiros, com ênfase na busca de soluções para as demandas regionais estratificadas pela situação geográfica, política, social e econômica onde está inserida a UNIFIPA.

O curso tem como área de influência a microrregião de São José do Rio Preto, a noroeste do Estado de São Paulo, com dezenas de pequenos municípios circundantes, carentes de ensino superior qualificado, com perfil de caráter humanístico, crítico e reflexivo.

São políticas de ensino do curso de Direito promover debates e reflexões sobre o direito contemporâneo, dos problemas jurídicos brasileiros, com ênfase na busca de soluções para as demandas regionais; levantar as razões e fornecer alternativas jurídicas dentro de uma metodologia que possibilite a expansão da difusão da noção de cidadania, principalmente no substrato mais desprotegido de recursos da sociedade catanduvense; adotar métodos de ensino-aprendizagem que permitam uma forte interação do corpo discente com as várias atividades de fomento à inclusão integrativa e de socialização do ser humano, existentes no seu entorno.

As políticas de ensino do curso de Direito incluem o acompanhamento e avaliação processual constante da concepção de currículo e da relação ensino-aprendizagem. A referida relação, integrada e flexível, é voltada à participação ativa dos alunos, ao respeito à autonomia docente, à implementação responsável de métodos de ensino participativo, à inovação, concatenadas ao contexto local e regional, tudo estruturado em coordenadoria específica criada na gestão do curso, qual seja, a Coordenadoria de Ensino e Aprendizagem, que tem ainda o essencial papel de avaliar e rediscutir permanentemente as políticas de ensino do curso, fazendo-o em conjunto com o NDE, coordenação geral e demais coordenadorias de núcleos.

Os métodos de ensino participativo são acompanhados e pensados em caráter permanente e de modo a adotar ferramentas tecnológicas atuais e que contribuem para a implementação da proposta de curso. A atuação dos órgãos institucionais (Colegiado, NDE e Coordenações) se dá de forma integrada e articulada.

As políticas de ensino têm, ainda, por orientação, promover a formação do aluno a partir da construção de conhecimento que garanta o intercâmbio de saberes, de modo a romper com a fragmentação do conhecimento disciplinar e com vistas a incorporar eticamente novas práticas e conhecimentos.

### **Objetivos Gerais do Curso de Direito:**

Sob a perspectiva de cumprir as premissas lançadas em sua missão institucional, promovendo um entrelaçamento entre o ensino, na forma de educação jurídica, a pesquisa, a extensão e a prática jurídica, objetiva o Curso de Direito:

- preparar o aluno para reconhecer no direito uma busca pelo justo e equânime, formando-o não apenas para o tecnicismo irreflexivo, mas para cultivar e praticar os valores da cidadania, da defesa social e dos injustiçados, para a promoção da dignidade humana e jurídica;

- desenvolver no aluno uma carga humanística de alto conteúdo ético, cultural e intelectual para o direito e para as ciências – humanas ou não – que lhe são correlatas;

- preparar o aluno para as especificidades do problema contemporâneo do direito, oferecendo meios para a constituição de um raciocínio jurídico apto a compreender, discernir, analisar, encaminhar e resolver as questões e os problemas específicos do mundo jurídico;

- desenvolver no aluno a capacidade técnica de absorção do conteúdo das matérias previstas e das atividades jurídicas técnicas específicas necessárias, fornecendo-lhe instrumentos legais, jurisprudenciais, doutrinários, dentre outros, que possibilitem a utilização profissional da tipologia jurídica;

- oferecer ao aluno a capacidade de comunicação no espaço jurídico, como forma de torná-lo profissionalmente capaz de desenvolver suas atividades com autonomia e responsabilidade;

- preparar o aluno para as carreiras jurídicas tradicionais e para os novos campos da atividade jurídica, a Advocacia, a Magistratura, o Ministério Público, as funções judiciárias, policiais, administrativas e públicas que exigem o seu encargo, as funções docentes no direito, as funções de pesquisa do direito, as consultorias e as atividades de conciliação, mediação, arbitragem e prevenção dos litígios, preparando o discente para a utilização do direito também em atividades complementares à vida pública, social e empresarial;

- guardar no aluno a noção do espaço público e do direito como meio para a defesa das liberdades e dos direitos fundamentais e sociais humanos;

- desenvolver no aluno as expectativas de utilização do direito para a atuação popular, nos movimentos sociais que demandem a participação jurídica e para a defesa das minorias, da não-violência e do direito não como valor econômico apenas, mas fundamentalmente como valor ético a ser preservado, independente de quaisquer condicionantes econômicas, políticas ou sociais.

### **1.5. Políticas de pesquisa**

A Pesquisa integra os processos sociais, intelectuais e afetivos que incrementam a formação dos estudantes e contribuem para a potencialização de profissionais preparados e de cidadãos críticos e reflexivos. As atividades de pesquisa da UNIFIPA são coordenadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG), composta pelos coordenadores de pesquisa de cada curso e que tem por objetivo organizar as atividades em áreas temáticas previamente definidas e mediante o desenvolvimento de projetos de investigação pessoal ou de grupos de docentes e discentes.

A coordenação de pesquisa desenvolve suas atividades segundo os parâmetros formais, estruturais e materiais dos órgãos nacionais e estaduais de regulamentação, bem como segundo as diretrizes da UNIFIPA, nesse caso extraídas do PDI, bem como deste PPC e dos documentos normativos que o integram.

A Iniciação Científica é uma atividade realizada pelos alunos sob orientação docente, tornando-se vinculada à orientação do Trabalho de Curso (TC) quando o Projeto Pedagógico o exigir.

A Iniciação Científica é o primeiro nível da pesquisa universitária, realizada durante a graduação. É um passo inicial para a formação do bacharel e contribui para que o estudante alcance estágios mais avançados do estudo universitário, como o Mestrado, o Doutorado e o Pós-Doutoramento.

A Iniciação Científica visa oferecer ao estudante um primeiro contato com atividades e procedimentos de investigação acadêmica. No curso de Direito da UNIFIPA a pesquisa em nível de Iniciação Científica é oferecida aos alunos a partir do segundo bimestre do primeiro ano da graduação.

Segundo o Regulamento de Pesquisa, esta é conduzida integrada aos projetos de docentes do curso. Desses projetos participam grupos de discentes e egressos-colaboradores, que se voltam à investigação e discussão conjunta da proposta dos projetos de pesquisa.

Como política institucional, os regulamentos e demais normas do Trabalho de Curso, de condução dos Projetos, inseridos nos respectivos projetos pedagógicos, contemplam diretrizes, instituem procedimentos, prazos, encaminhamentos, formas de aprovação e avaliação dos projetos e critérios de seleção de discentes.

Ao disciplinar esta atividade, como política de trabalho da instituição, os projetos deverão estar de acordo com a natureza e característica do curso, dentro das competências técnicas e habilidades de cada área de ensino, e de acordo com os

eixos e as linhas de pesquisa do curso e pelos projetos individuais ou coletivos, com o intuito de garantir a inserção do aluno no trabalho de iniciação científica.

As atividades de pesquisa, observam, ainda, as normas aplicáveis à pesquisa em seres humanos dispostas pelo Conselho Nacional de Saúde. A estrutura contempla o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e seu respectivo regulamento.

A PROPEG da UNIFIPA realiza anualmente o Congresso de Iniciação Científica (CIC), no qual são apresentados, em forma de Resumo e de Painéis, os trabalhos de TC, de Iniciação Científica e de Extensão internos e externos, e coordena a publicação anual dos Anais do Congresso de Iniciação Científica, dando visibilidade à produção acadêmica desenvolvida. A instituição, por intermédio de suas Pró-Reitorias realiza periodicamente Congresso Regional de Educação Superior, fomentando formação de qualidade e debate acadêmico. Por ocasião do Congresso, os trabalhos científicos são divulgados.

A UNIFIPA promove outros eventos técnico-científicos, no sentido de divulgar os trabalhos à comunidade acadêmica, sendo que os pesquisadores e alunos de iniciação são incentivados a apresentar os trabalhos produzidos que dão subsídio à editoração das revistas científicas na área de Medicina (*Ciência Pesquisa e Consciência: revista de Medicina*), de Enfermagem (*CuidArte Enfermagem*), de Administração (*Temas em administração: diversos olhares*), de Direito (*Direito e Sociedade – revista de Estudos Jurídicos e Interdisciplinares*) e de Educação Física (*Corpo e Movimento: revista de Educação Física*).

#### **São políticas de pesquisa:**

- Investir na qualificação dos docentes;
- Fomentar novas linhas de pesquisa voltadas ao atendimento da demanda social;
- Implementar a infra estrutura física e instrumental necessária para a pesquisa;
- Buscar novas fontes de recursos financeiros para auxílio à pesquisa;
- Incentivar a divulgação dos trabalhos científicos e o acesso destes às diferentes camadas sociais em eventos científicos institucionais e externos;
- Dotação de recursos financeiros para a publicação de periódicos nos cursos da IES e incentivo à publicação em periódicos nacionais, internacionais.

Com base nestas políticas de pesquisa, são propostas as seguintes ações:

- Institucionalizar novas linhas de pesquisa;
- Manter incentivo ao programa de Iniciação Científica como forma de introdução do alunado à metodologia científica e de colaboração para a sedimentação das linhas de pesquisa institucionais;
- Incentivar e implementar atividades curriculares e complementares, como projetos de meio e fim de curso, nos quais os alunos vivenciam e se aprofundam na prática da investigação científica;
- Investir em recursos laboratoriais e de informática para o desenvolvimento de pesquisa;
- Manter a Unidade Didática e de Pesquisas Experimentais (UDPE) como setor de apoio para a pesquisa clínica envolvendo animais de laboratório;
- Apoiar o pleno funcionamento do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e do Comitê de Ética em Pesquisa com Uso de Animais (CEUA) para pesquisas com seres humanos e animais;
- Incentivar a organização de eventos técnico-científicos internos, buscando um maior envolvimento de toda a comunidade e a divulgação dos projetos de pesquisa;
- Possibilitar a inserção do corpo docente na comunidade científica por meio de auxílio financeiro à participação em eventos nacionais e internacionais; e
- Criar um processo de avaliação que permita garantir os índices de qualidade da pesquisa desenvolvida na Instituição.

#### **Políticas de pesquisa do Curso de Direito:**

Constituem eixos temáticos da pesquisa:

- Responsabilidade e inclusão social: inclui o conhecimento e discussão da educação inclusiva, de marcadores sociais, e/ou da igualdade social e/ou do respeito ao meio ambiente.
- Efetividade de direitos e desenvolvimento econômico e social da região: contempla o princípio metodológico do curso, o conhecimento e análise da realidade e das demandas local e regional diante do direito contemporâneo.
- Formação técnico-científica para resolução crítica de questões do universo jurídico: alberga o conhecimento e análise de institutos jurídicos integrados entre si e que se atentem à realidade e à transformação social.

- Integração operacional: contempla a atuação integrada do curso e da instituição, indissociando ensino, pesquisa e extensão, e observando-se a interdisciplinaridade, novas práticas, tecnologias, metodologias e ferramentas de trabalho, tanto no âmbito do curso de direito como da instituição.

Assim considerando, integra a preocupação das propostas de pesquisa por projetos, e em nível de iniciação, as demandas e panorama de Catanduva e região, a interação com os órgãos públicos locais e as práticas interdisciplinares. Como se vê, constitui, ainda, uma preocupação a de promover uma pesquisa multidisciplinar que estabeleça comunicabilidade com a extensão e integração e complemento à relação ensino aprendizagem.

Os projetos levantam, incorporam e aprimoram subsídios teóricos, promovem o aperfeiçoamento técnico científico dos envolvidos, a partir de questões clássicas e contemporâneas do direito e da sociedade, especificadores e/ou transversais aos temas cujo conteúdo é desenvolvido pelas disciplinas curriculares e orientado pelas estratégias de ensino e aprendizagem. O processo é conduzido a partir de uma perspectiva humanista, ética e crítica.

A partir dos eixos temáticos mencionados, duas linhas de pesquisa estão implantadas: História do Direito, Direitos Fundamentais.

As linhas de pesquisa do Curso de Direito enquadram-se na perspectiva do princípio metodológico do curso, dos seus objetivos éticos, acadêmicos e teóricos, visando ao desenvolvimento da capacidade de pesquisa dos discentes, concomitantemente ao incremento do raciocínio, reflexivo, crítico, teórico e empírico do Direito, tendo em vista, essencialmente, uma compreensão jurídica na sua dimensão real e ainda dos conflitos subjacentes ou derivados do fenômeno jurídico. Para gerir e supervisionar a pesquisa científica, o curso mantém uma coordenadoria de pesquisa, cuja titular recebe remuneração específica, com expediente próprio para atender aos estagiários e aos docentes, trabalhando de forma integrada com as demais coordenadorias.

Todos os docentes do curso são estimulados a promover e orientar grupos de pesquisa, recebendo remuneração mensal específica.

A Iniciação Científica é parte da formação do estudante de Direito da UNIFIPA e apóia-se na premissa de que a aprendizagem por ela promovida melhora o aproveitamento geral do curso jurídico, oferecendo instrumentos úteis para a vida profissional futura. A atividade é realizada sob orientação docente, podendo se vincular ao Trabalho de Curso.

Por meio da integração do estudante de Direito a um projeto de pesquisa busca-se estimular a curiosidade intelectual do aluno e sua introdução à dinâmica, metodologia, linguagem e procedimentos de investigação relativos ao universo jurídico.

Os grupos de pesquisa funcionam sob orientação de um professor-orientador, em torno de um projeto de estudo previamente elaborado e aprovado pela instituição, nos termos das Políticas de Pesquisa e do Regulamento de Pesquisa. A área de concentração do professor orientador considera as temáticas das disciplinas a que está vinculado e a aderência da formação do docente ao tema do projeto apresentado. As atividades abordam temas jurídicos com aspectos interdisciplinares mantêm relações de co-dependência com os fenômenos sociais.

O aluno-pesquisador participa de reuniões de seu grupo e realiza atividades individuais coordenadas com os outros alunos-pesquisadores. Parte dos alunos participantes recebe uma bolsa de mérito acadêmico, modalidade de auxílio financeiro concedido a alunos que participarem de programas de iniciação científica aprovados pela UNIFIPA com recursos próprios da Instituição ou financiados por instituições públicas ou privadas, como fomento à pesquisa

Os grupos de pesquisa funcionam desde o primeiro ano de implantação do curso e seus integrantes participam ativamente do CONIC/COINT e CIC, com apresentações individuais efetuadas pelos pesquisadores estagiários, denotando desta perspectiva a preocupação com a pesquisa e iniciação científica.

Com efeito, as linhas de pesquisa são compostas preferencialmente por temas pertinentes aos interesses da região, o que já propiciou várias ações integradas com os órgãos públicos locais. Dentre os mais relevantes feitos realizados pelos grupos de pesquisa, foi descoberto o local onde instalado originariamente o município, nos autos do processo judicial de demarcação das terras, tendo sido inaugurado em 2005 o marco inicial da cidade de Catanduva, símbolo que se encontrava esquecido pelos municípios e que foi resgatado pela pesquisa deste Curso de Direito.

Em conexão com a coordenação do Trabalho de Curso, com o CEPRAJUR, e com a Coordenação de Ensino e Aprendizagem, a pesquisa científica produzida pelos estagiários do quarto e quinto ano para a conclusão do curso leva em consideração aspectos sociais regionais, o que contribui para a melhoria do desenvolvimento da noção de cidadania, em seu aspecto local.

No biênio 2003/2005, foram realizadas nove pesquisas (quatro em História do Direito, cinco em Direitos Fundamentais). Em 2006 cinco grupos de pesquisa( dois em História do Direito e três em Direitos fundamentais).

Em 2007 foi realizado o primeiro evento inter-faculdades, o CIC - Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário Padre Albino, com grande aceitação pela comunidade acadêmica, com cerca de oitenta trabalhos inscritos e sessenta apresentados. Ainda, entre 2007 e 2009, as investigações também analisaram temas com repercussão local e que

envolveram os direitos da criança e do adolescente, direitos trabalhistas, assistência, habitação, criminalidade, moradia e agronegócio.

Em 2011 foram três grupos que investigaram os reflexos da Cana de Açúcar na produção de alimentos e os aspectos éticos das queimadas e seu impacto nas relações de trabalho e a terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos. Durante o ano de 2012 foram desenvolvidos cinco projetos de docentes do curso, que abordaram o tribunal de contas no controle dos gastos públicos, as perspectivas das propostas de modificação do Código Defesa do Consumidor, a aplicabilidade do PNDH-3, as novas demandas no direito parental e a percepção da comunidade acadêmica catanduense sobre os dados digitais disponibilizados pelos diversos órgãos da administração pública em ambiente digital.

No ano de 2013 foram conduzidos cinco grupos de pesquisa, com destaque para a análise dos casos de intervenção estatal, do direito à educação em Catanduva e da problemática sobre a aposentadoria especial. Ainda em 2013 foi realizada a sétima edição do CIC. Em 2014 foi realizado o I Congresso Regional de Ensino superior: culturas e práticas, evento que, além de palestras e debates, contou com cursos de extensão e espaço para a apresentação de trabalhos científicos, com a publicação dos anais do evento promovido.

Em 2014, foram desenvolvidos sete projetos de pesquisa, devidamente divulgados no CIC, Conic e dos quais resultaram artigos científicos publicados na revista acadêmica da instituição. Os pesquisadores, a partir de perspectivas interdisciplinares se voltaram para a realidade local do direito civil contemporâneo e dos princípios constitucionais a ele aplicáveis, tendo ainda voltado-se à questão da multiparentalidade. Destaca-se, ainda, pesquisas sobre direitos sociais e a educação inclusiva, o direito do Estado relativamente ao controle de gastos públicos e a nova lei anticorrupção e a análise de questões relacionadas à corrupção e ao processo eleitoral no que se refere à lei da ficha limpa, bem como deu continuidade à pesquisa sobre o direito à memória e à verdade na região de Catanduva. As pesquisas ainda tiveram as relações entre direito e arte.

Em 2015 foram desenvolvidos cinco projetos de pesquisa que deram continuidade a problemáticas anteriores e também passaram a incluir novas temáticas associadas ao universo jurídico e às demandas atuais. Os projetos executados abordaram, novamente, a partir de um caráter interdisciplinar a temática do direito de família contemporâneo, das filiações plurais, dos conflitos familiares e do direito e arte. A mediação e a arbitragem e as inovações do novo CPC em face do processo do trabalho também figuraram entre as pesquisas desenvolvidas. Os projetos de pesquisa de 2015 foram divulgados no CIC, Conic e publicados na revista acadêmica da instituição.

Em 2016 foram desenvolvidos seis projetos de pesquisa. Dois projetos trataram do Novo Código de Processo Civil: o primeiro voltou-se para os métodos extrajudiciais de solução de conflitos e o segundo abordou sua repercussão no direito do trabalho e a efetivações de princípios constitucionais. As pesquisas ainda trataram de direito e gênero e das configurações familiares e de seus novos arranjos no âmbito da união paralela e poliafetiva. Os demais projetos abordaram os reflexos do Estatuto da Pessoa com Deficiência no Direito Privado e direito, arte e hermenêutica jurídica. Este foi conduzido para discutir direitos humanos e suas intersecções com o cinema. Os mencionados projetos foram divulgados em eventos de difusão de conhecimentos, dentre os quais o CIC e Conic e os artigos científicos deles decorrentes foram publicados na revista acadêmica da instituição.

Em 2017 foram desenvolvidos cinco projetos de pesquisa devidamente divulgados nos eventos mencionados e cujos artigos foram publicados na revista acadêmica da instituição. A relação entre o novo processo civil e o direito processual do trabalho foi investigada para tratar dos métodos consensuais de solução de conflitos. Um dos projetos de pesquisa abordou direito e educação para tratar do direito na escola. Os projetos ainda deram continuidade aos estudos de direito e gênero, bem como um das repercussões práticas das novas famílias na pós modernidade. A relação entre direito e arte figurou entre os trabalhos de pesquisa para tratar de direitos fundamentais.

No ano de 2018 desenvolveram-se cinco projetos de pesquisa, todos igualmente divulgados em eventos antes referidos. Estes projetos também resultaram na confecção de artigos veiculados na revista acadêmica da instituição. A verdade e a prova no processo civil foi objeto de investigação, assim como dimensão hermenêutica e histórica dos direitos humanos no Brasil a partir de um estudo de caso. Levou-se a efeito pesquisa sobre a reforma trabalhista e a alteração da redação do parágrafo segundo do artigo 58, da CLT, referente às horas de percurso, matéria de profundo impacto em toda a região de Catanduva, sobretudo pelo impacto no meio rural. Os projetos abordaram ainda o tema do patriarcado no direito de família brasileiro e a violência contra a mulher no ambiente digital, temas socialmente importantes e atuais.

Apesar de constituir atividade não-obrigatória, proporção significativa dos alunos de Direito da UNIFIPA participam de projetos de pesquisa. Vários alunos participam de mais de um projeto.

Os resultados, referenciados em demandas locais, regionais e nacionais, são divulgados em congressos e eventos acadêmicos e publicados em revistas especializadas. As discussões promovidas são partilhadas com a comunidade.

Os alunos-pesquisadores têm participado de eventos tais como o Congresso Nacional de Iniciação Científica (CONIC), Simpósio de Iniciação Científica da USP (SIICUSP), Congresso Internacional de Serviço Social da UNESP/Franca, Congresso Internacional de Iniciação Científica (Coint), e Encontro de Pesquisa da Universidade Presbiteriana Mackenzie, realizados em São Paulo, bem como do CIC/WPG, evento de iniciação científica organizado pela UNIFIPA, sendo válido destacar que o curso que os projetos desenvolvidos têm obtido posições de destaque nos eventos de divulgação científica

Os resultados das pesquisas também são publicados na revista do curso, denominada “Direito e Sociedade: Revista de Estudos Interdisciplinares”, publicação anual que encontra-se em seu décimo terceiro volume, previsto o décimo quarto para 2019.

### **LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DO DIREITO**

A linha teórica de pesquisa em História do Direito tem como premissa o estudo interdisciplinar entre esses dois campos do conhecimento. A linha de pesquisa ocupa-se da experiência jurídica desenvolvida em âmbito histórico global, enfatizando-se, contudo, trabalhos diretamente relacionados à esfera local.

A História do Direito estuda a inserção do fato jurídico no tempo. A regra jurídica revela-se em constante mutação desde os primórdios da humanidade. O quadro legal em que se move a sociedade altera-se periodicamente. Essa variabilidade no tempo é movida pela ação humana, seja qual for o modo de produção do Direito.

O conhecimento das fontes do Direito é, assim, um exercício de compreensão do momento e das condições de criação da norma e dos procedimentos que envolvem sua aplicação, eficácia jurídica e social.

No curso de Direito do Centro Universitário da Fundação Padre Albino, a disciplina História do Direito é ministrada em seu primeiro semestre letivo. Desde o princípio, os alunos são estimulados a entender o universo jurídico como historicamente marcado e que não se limita apenas à regra jurídica, mas abrange tudo o que se relaciona com o seu aparecimento, conteúdo, significados, transformações, interpretação e aplicabilidade. Ao pensar o Direito, o profissional e o estudante (aprendiz) devem lançar seu olhar para as fontes que o produziram, para as instituições que o regulam, para os sentidos que sua aplicação indica e para os juízos valorativos que suscita. A esse conjunto de operações relacionadas ao Direito chamamos de experiência jurídica. É ela que interessa, no todo ou em partes, ao historiador do Direito.

### **LINHA DE PESQUISA: DIREITOS FUNDAMENTAIS**

O Curso de Direito do Centro Universitário da Fundação Padre Albino é um dos poucos cursos de direito que oferece em sua grade curricular a disciplina obrigatória “Direitos Humanos”. Conjuntamente com a importante disciplina, o curso oferece aos seus alunos pesquisas regionais voltadas para a área dos direitos fundamentais, com o objetivo de criar no corpo discente uma formação crítica e em defesa dos direitos humanos.

A declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, como “o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações” é resultado de um processo histórico.

A linha teórica da pesquisa em direitos fundamentais pretende delimitar no campo da filosofia e do direito o significado da expressão “Direitos Humanos” ou “Direitos do Homem”.

Portanto, os primeiros estudos da pesquisa tecem uma abordagem teórica dos Direitos Humanos, enquanto expressão valores éticos: liberdade, igualdade e solidariedade; bem como uma concepção contemporânea dos Direitos Humanos: Universalidade, indivisibilidade, irrevogabilidade e independência.

Por derradeiro, os Direitos Humanos em espécie: direito à vida, direito de ser pessoa, direito à liberdade real, direito à igualdade material, e a questão ambiental.

Além de uma abordagem teórica, os grupos de pesquisas tangenciam com temas relacionados à Constituição brasileira de 1988, o processo de democratização no Brasil e o histórico de institucionalização dos direitos e garantias fundamentais. A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu Título II os direitos e garantias fundamentais, subdividindo-o em cinco capítulos: direitos individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos e partidos políticos. Assim, a classificação adotada pelo legislador constituinte estabeleceu cinco espécies ao gênero, direitos e garantias fundamentais, enumerando: direitos e garantias individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos; e direitos relacionados à existência, organização e participação em partidos políticos.

Um dos principais objetivos da pesquisa, nesta linha, é a criação de um núcleo interdisciplinar de estudos de direitos humanos na região de Catanduva, com o levantamento das principais situações violações, conforme cada tema estudado. As atividades conduzidas nos anos anteriores, bem como a realização da 9ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos no Hemisfério Sul já são ferramentas para que esse objetivo seja alcançado. Os alunos levantam dados, estudam as causas e apresentam soluções. O projeto, integrado à extensão, está em implantação.

### **Projetos de Pesquisa aprovados para 2019/2020:**

PROJETO: Nulidade da decisão judicial no Código de Processo Civil: paradoxo entre a legislação e o cotidiano forense

Pesquisador/docente: Alexandre Fontana Berto

Objetivo: O estudo tem por objetivo a abordagem das novas disposições acerca do sistema de nulidades quanto a fundamentação da decisão judicial, em contraponto com a realidade forense, e os desafios da comunidade jurídica para que se possa criar uma tutela jurisdicional de qualidade e celeridade, em atenção à institutos fundamentais de um Estado Democrático de Direito, como a motivação dos atos judiciais.

PROJETO: Direitos humanos, hermenêutica e arte: experiência para implantação de uma clínica de direitos humanos

Pesquisadora/docente: Ana Paula Polacchini de Oliveira

Objetivo:: a) oferecer aos estudantes o aparato teórico sobre os direitos humanos e dimensionar sua aplicação prática, inserindo o discente, simultaneamente, no universo da pesquisa acadêmica para: - Compreender as discussões que envolvem a hermenêutica: a noção geral de hermenêutica e a hermenêutica gadameriana como arte e como técnica e as aproximações do fenômeno jurídico e técnicas comumente utilizadas por essas noções; - Conhecer os principais documentos normativos que tutelam direitos humanos; - Construir uma matriz de análise de direitos humanos; - Avaliar o modo como os três poderes percebem os direitos humanos; b) Estimular o interesse do estudante na pesquisa acadêmica e na análise da sociedade a partir do aparato que surge dessas investigações da hermenêutica, potencializando as habilidades filosóficas e interpretativas do estudante diante do cenário jurídico contemporâneo. c) Construir uma proposta conjunta de implantação de uma clínica de direitos humanos; d) Desenvolver uma proposta de trabalho de educação em direitos humanos e contribuir para a difusão de conhecimento para além do universo acadêmico

PROJETO: Práticas para redução/eliminação do passivo trabalhista: como utilizar os programas de compliance para evitar ações judiciais trabalhistas

Pesquisador/docente: Kleber Henrique Saconato.

Objetivo: A pesquisa tem como objetivo geral, inicialmente, conceituar o passivo trabalhista, para num segundo momento, identificar as causas mais comuns que levam ao surgimento desse passivo e desenvolver formas de conscientização da organização empresarial para sua redução, além de demonstrar a importância de se evitar a formação do passivo e verificar, com possível mensuração, o impacto financeiro gerado a partir do pagamento de passivos trabalhistas. Para tanto, será feita uma análise do compliance trabalhista, que pode ser utilizado como ferramenta preventiva do passivo trabalhista. Como objetivos específicos, a pesquisa visa conhecer as práticas internas de alguma(s) empresa(s) do município de Catanduva, identificando as principais causas que geram seus passivos trabalhistas, ou não havendo passivo, identificar quais medidas foram adotadas para a sua eliminação. Para isso, proceder-se-á um levantamento de ações junto à Justiça do Trabalho para identificar empresa que são pouco demandadas, e partir disso, selecionar uma, ou mais, empresa para identificação dos direitos mais recorrentes pedidos pelos empregados, e se são reconhecidos ou não ao final da ação. Pretende-se também descrever as práticas do departamento responsável, além de realizar a coleta de dados que serão cruzados com as informações dos processos ajuizados em face da empresa, identificando as verbas pleiteadas para a elaboração de sugestões e melhorias nos processos internos para redução dos custos da empresa com os passivos trabalhistas.

PROJETO: Olhar Feminista sobre a Lei Maria da Penha: Uma Análise à Luz do Tribunal de Justiça de São Paulo

Pesquisadora/docente: Marcia Maria Menin

Objetivo: Identificar e discorrer sobre o movimento feminista anterior a promulgação da Lei Maria da Penha e sua consequente contribuição para promulgação de referido corpo legislativo; - Analisar a Lei Maria da Penha sob a perspectiva das teorias feministas que problematizam a relação entre direito e gênero - Compreender o conteúdo dos mecanismos legais para fins de verificação de possível prevenção, proteção e punição da violência contra mulher; - Analisar o entendimento de doutrinadores civilistas e penalistas e dos tribunais de justiça de São Paulo quanto à domesticação da Lei Maria da Penha. - Avaliar o lugar da Lei Maria da Penha no projeto jurídico feminista, em construção no Brasil desde o período de redemocratização pelos movimentos de mulheres brasileiros.

PROJETO: Os Avanços e Retrocessos dos Direitos Lgbt: Uma Análise a Partir da Historiografia do Movimento Social em Prol da Diversidade Sexual e de Gênero

Pesquisadora/docente: Marcia Maria Menin

Objetivo: Identificar e analisar os mecanismos de repressão utilizados pela ditadura militar contra a população LGBT; - Analisar o surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e sua relação com o início da conquista da liberdade sexual e direitos LGBT; - Verificar se o movimento de lésbicas possuía as mesmas prerrogativas dentro do MHB; - Analisar dentro do contexto temático a questão da transexualidade e traçar linhas comparativas com o movimento homossexual; - Pontuar os principais avanços sociais e legislativos adquiridos em virtude do movimento LGBT e suas novas frentes de luta.

## **1.6. Políticas de extensão:**

A Extensão e os Assuntos Comunitários também fazem parte da formação dos estudantes e contribuem para a potencialização de profissionais preparados e de cidadãos críticos e reflexivos. As atividades de extensão e assuntos comunitários da UNIFIPA são coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX), composta

pelos coordenadores de extensão de cada curso e que tem por objetivo organizar as atividades em áreas temáticas previamente definidas e mediante o desenvolvimento de projetos pessoais ou de grupos de docentes e discentes.

Para gerir e supervisionar a extensão universitária, cada curso da UNIFIPA mantém uma coordenadoria própria, cujo titular recebe remuneração específica, com expediente que inclui palestras externas e internas, reuniões e convênios, trabalhando de forma integrada com as demais coordenadorias nomeadas.

Em relação ao curso de Direito da UNIFIPA, a extensão universitária tem como finalidade propiciar à comunidade o estabelecimento de uma relação de reciprocidade com a instituição, sendo integrada também, pelas Atividades Complementares. Para atingir seus objetivos, divide suas tarefas em duas dimensões: a extensão universitária propriamente dita e a extensão comunitária.

A extensão universitária propõe e organiza, sistemática e internamente, em parceria com as demais coordenadorias, várias atividades complementares, tais como palestras, congressos, seminários, simpósios etc., tendo já produzido uma gama extraordinária de eventos durante a existência do Curso de Direito.

A extensão comunitária privilegia as demandas regionais, focando suas atividades em projetos de trabalho com temas atuais, preparando os alunos para o contato externo e desenvolvendo várias atividades sociais. Nessa linha e dentro outros, o curso desenvolve, desde 2012, um projeto de extensão voltado ao SUAS. A proposta inclui uma pesquisa institucional sobre os direitos sócio-assistenciais, o estudo e compreensão do tema, a elaboração de material de apoio para os alunos e uma contribuição para a política de assistência por via de visitas, palestras e aproximação à rede sócio-assistencial. Em 2013, o grupo integrou a Comissão de Mobilização da IX Conferência Municipal de Assistência Social, participando junto com o Conselho Municipal de Assistência Social de todas as etapas de organização da Conferência, contribuindo, ainda para a discussão das propostas e deliberações do município que seriam encaminhadas ao encontro estadual.

Como atividade extensionista, o curso também promove com os estudantes, desde 2014, encontros e discussões sobre o controle social dos gastos públicos e a questão do gênero na Jurisprudência, que resultam em palestras e debates com a comunidade e em material de conscientização e apoio ao cidadão, amplamente divulgado em escolas, grupos comunitários e outros cursos da instituição.

Também de forma integrada com os demais cursos da instituição, realiza atividades com adolescentes do Colégio de Aplicação, mantido pela Fundação Padre Albino, ministrando palestras e promovendo debates com orientação dos professores do curso, resultando em uma melhor difusão dos conceitos de cidadania e de eficiente inserção social.

Em 2015, como parte dos resultados do projeto "Controle Social dos Gastos Públicos", foi lançada, em evento institucional, a primeira cartilha elucidativa com o mesmo nome do projeto, "Controle Social dos Gastos Públicos", amplamente divulgada e distribuída entre a comunidade catanduvense e fora dela, e já anunciada a edição da segunda cartilha.

Em 2016, além do lançamento da segunda cartilha do projeto "Controle Social dos Gastos Públicos", bem como da realização de palestras educativas em vários cursos da UNIFIPA (curso de administração, curso de educação física, faculdade da terceira idade e curso de pedagogia) e em escolas de ensino médio catanduvenses (Dinorah e Escola Santo Antônio), foi realizado o projeto "As implicações públicas e privadas do Estatuto da Pessoa com Deficiência", voltado ao estudo da Lei Federal 13.146/15, que permitiu aos discentes participarem da Semana da Pessoa com Deficiência proposta pela secretaria municipal de assistência social da Prefeitura de Catanduva. O objetivo desta capacitação foi esclarecer aos participantes as novidades introduzidas pela nova lei, mormente na seara do Direito Privado.

Em 2017 teve início o projeto "Assistência social como Direito na Constituição de 1988: direito social e política pública no SUAS", com a principal intenção de divulgar no município de Catanduva, junto a rede SUAS, os direitos de cidadania do usuário da assistência, inclusive aqueles relativos à participação dos usuários na construção de políticas públicas; nesse sentido, foram realizadas visitas aos equipamentos da assistência (CRAS e CREAS), COMAS e às entidades de assistência social do município de Catanduva, para realização de intervenções para divulgação dos direitos socioassistenciais. Também se destacou o projeto "Observatório Social das Relações de consumo", criado para disseminar e intensificar o estudo dos princípios e institutos de Direito do Consumidor, criando um fórum permanente para levantamento de diagnósticos, discussão de idéias e formação de estratégias capazes de melhorar a qualidade de vida da população a partir da prevenção, proteção e defesa do consumidor.

Em consequência dos estudos desenvolvidos no projeto "Observatório Social das Relações de consumo", mantido e aprimorado no ano de 2018, foram realizadas palestras informativas em relação ao comércio eletrônico (compras na internet), seus riscos e cuidados necessários, em várias escolas de ensino médio de Catanduva, tais como COC, EE Alfredo Minervino e na Faculdade de Educação Física Faculdade da Terceira Idade. Foi criada página no Facebook com dicas e orientações jurídicas relativas ao direito do consumidor. Também em 2018 se destacou o projeto "Controle social dos gastos públicos nas eleições: financiamento privado das campanhas eleitorais", que levou os alunos participantes a ministrarem palestra a respeito da corrupção no financiamento de campanhas políticas para os alunos do primeiro ano do curso de Pedagogia da Unifipa.

### **Projetos de Extensão aprovados para 2019:**

**PROJETO Nº 01**

Título: Controle social dos gastos públicos na tributação sobre consumo

Docente responsável: Ivana Mussi Gabriel

Eixo temático: Responsabilidade Social

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Objetivos: Fazer com que o cidadão comum tenha ciência dos riscos da tributação sobre consumo, do mínimo vital e do não confisco, para fins de traçar os contornos jurídicos para evitar o pior, a tributação indevida.

**PROJETO Nº 02**

Título: Observatório Social das Relações de consumo

Docente responsável: Beatriz Trigo

Eixo temático: Responsabilidade Social

Área temática: Direitos Humanos e justiça

Objetivos: Disseminar e intensificar o estudo dos princípios e institutos de Direito do Consumidor, criando um fórum permanente para levantamento de diagnósticos, discussão de idéias e formação de estratégias capazes de melhorar a qualidade de vida da população a partir da prevenção, proteção e defesa do consumidor.

**PROJETO Nº 03**

Título: Atendimento à população Catanduvense CEPRAJUR

Docente responsável: Donizett Pereira

Eixo temático: Responsabilidade social

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Objetivos: Prestar assistência jurídica a pessoas carentes, por meio do escritório jurídico mantido pelas UNIFIPA.

**PROJETO Nº 04**

Título: Democracia e cidadania: Sistema Único de Assistências Social como Direito Social e Política Pública

Docente responsável: Ana Paula Polacchini de Oliveira

Eixo temático: Responsabilidade Social

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Objetivos: Acompanhar o SUAS no município de Catanduva, integrando-se à rede de atendimento, assessoramento e defesa dos direitos socioassistenciais. Tem como objetivos específicos quanto dimensões de atuação.

**PROJETO Nº 05**

Título: Direito e Sexualidade: Construção e Prática dos Direitos LGBTI no Município de Catanduva

Docente: Márcia Maria Menin

Eixo temático: Responsabilidade Social

Objetivos: Participar da Semana da Diversidade Sexual e de Gênero do município de Catanduva por meio de prática de palestra dos discentes com apoio docente - Propor a Semana da Diversidade Sexual no Centro Universitário Padre Albino - Divulgação de cartazes na prefeitura, na UNIFIPA que disseminem os direitos da população LGBTI - Propor junto ao Conselho da Diversidade programa de acolhimento jurídico de aconselhamento de vítimas de violência em decorrência de gênero e sexualidade - Participar ativamente da sensibilização da sociedade em geral e dos grupos específicos com relação aos direitos da comunidade LGBTI. - Fazer o enfrentamento da violência e exploração da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, a partir do curso de Promotores Legais Populares (PLP) voltado tanto para essas pessoas como para militantes e membros do Conselho da Diversidade e representantes do Ministério Público.

**PROJETO Nº 06**

Título: Visitas Técnicas a órgãos públicos e Tribunais

Docente: Gustavo Casagrande Canheu

Eixo temático: Capacitação Científico Tecnológica

Objetivos: Dar aos alunos do Curso de Direito conhecimentos específicos e técnicos necessários para a atuação profissional futura de cada um, fazendo com que assimilem as particularidades e familiarizem-se com o ambiente forense em que atuarão.

#### **PROJETO Nº 07**

Título: Comissão Egressos do Curso de Direito

Docente: Gustavo Casagrande Canheu

Eixo temático: Capacitação Científico Tecnológica

Objetivos: Identificar as necessidades dos egressos no mercado de trabalho e melhor prepará-los para a atuação profissional (facilitando seu ingresso no mercado de trabalho), promovendo a integração dos ex-alunos às atividades de pesquisa e extensão e aos programas de pós-graduação oferecidos pelo curso. Ademais, visa-se avaliar o desempenho do curso em relação ao mercado de trabalho, através de um acompanhamento próximo do desenvolvimento profissional dos egressos, mantendo-se sempre atualizados os registros do curso a respeito dos mesmos.

#### **PROJETO Nº 08**

Título: Comissão de Apoio aos Eventos de Extensão

Docente: Gustavo Casagrande Canheu

Eixo temático: Capacitação Científico Tecnológica

Objetivos: Apoio às coordenações do curso e de extensão, desde a organização de lista de inscritos até a preparação do cerimonial, a recepção de palestrantes, autoridades, alunos, egressos e público externo em geral. Mostrou-se, nesses anos, uma importante atividade de integração, não só entre os alunos dos vários anos do curso e seus professores, mas também com o público externo, ganhando a atenção e o elogio de vários visitantes da casa. Para que se mantenha sempre ativa essa participação dos alunos, em 2017 foi institucionalizada a comissão, por meio de projeto de extensão. Em 2019 deseja-se dar continuidade ao trabalho.

#### **PROJETO Nº 09**

Título: Centro de Apoio ao Consumidor (CEPRACON)

Docente: Gustavo Casagrande Canheu

Eixo temático: Responsabilidade Social

Objetivos: Promover o atendimento individualizado de consumidores superendividados; desenvolver medidas preventivas e corretivas de âmbito individual e coletivo das causas e efeitos do crédito irresponsável; orientar os consumidores quanto ao planejamento das finanças domésticas e a melhor forma de saldar suas dívidas; assessorar os consumidores quanto ao recebimento de propostas, auxiliando-os nas tomadas de decisões de forma a priorizar os pagamentos; educar os consumidores, por meio de palestras, a fim de obterem crédito de modo consciente e responsável.

#### **PROJETO Nº 10**

Título: Compartilhando Conhecimento

Docente: Gustavo Casagrande Canheu

Eixo temático: Responsabilidade Social

Objetivos: Este projeto visa permitir o compartilhamento de conhecimento com crianças de 11 a 17 anos no contraturno escolar, visando o oferecimento de atividades educacionais, esportivas, culturais e de capacitação profissional, contribuindo para a formação integral e interdisciplinar desses cidadãos.

### **Projetos de Extensão concluídos em 2018:**

#### **PROJETO Nº 01**

Título: Observatório Social das Relações de Consumo

Docente: Beatriz Trigo

Eixo temático: Responsabilidade Social

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Identificação do tipo de atividade: Prestação de Serviço Institucional

Objetivos: Disseminar e intensificar o estudo dos princípios e institutos de Direito do consumidor, divulgando nas escolas e instituições públicas e privadas o conteúdo desses direitos.

**PROJETO Nº 02**

Título: Efetividade dos Direitos Humanos nas obras de Padre Albino

Docente responsável: Beatriz Trigo

Eixo temático: Responsabilidade Social

Área Temática: Cultura

Objetivos: Divulgação, à comunidade, da efetividade dos direitos humanos nas obras do Padre Albino

**PROJETO Nº 03**

Título: Prestação de serviços jurídicos no CEPRAJUR

Docente responsável: Donizett Pereira

Eixo temático: Capacitação científico-tecnológica

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Objetivos: Prestar assistência jurídica a pessoas carentes, por meio do escritório jurídico mantido pelas UNIFIPA.

**PROJETO Nº 04**

Título: Controle social dos gastos públicos nas eleições: financiamento privado das campanhas eleitorais

Docente responsável: Ivana Mussi Gabriel

Eixo temático: Capacitação científico-tecnológica

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Objetivos: Analisar e divulgar as formas de legais e as não permitidas de captação de verbas para financiamento das campanhas eleitorais, capacitando os interessados a realizar denúncias aos órgãos competentes no caso práticas ilícitas.

**PROJETO Nº 05**

Título: Acompanhamento de produção científica dos alunos

Docente: Donizett Pereira

Eixo temático: Capacitação Científico-tenológica

Objetivos: Contato virtual ou encontro presencial, os alunos do curso buscam junto ao professor orientação sobre a confecção de trabalhos acadêmicos, notadamente sobre metodologia, pertinência do tema, formatação e normas da abnt.

**PROJETO Nº 06**

Título: Direito Plural: Democracia e Participação na construção dos direitos LGBTI

Docente: Márcia Maria Menin

Eixo temático: Responsabilidade Social

Objetivos: Acompanhar a implantação do Conselho Municipal da Diversidade dentro do município de Catanduva.; auxiliar o Conselho Municipal da Diversidade na elaboração de seu regimento interno e demais normas internas; elaborar material didático para o conselheiro onde constem normas internacionais, nacionais, regionais e locais sobre os direitos LGBTI; auxiliar os conselheiros na compreensão das normativas atuais sobre os direitos LGBTI compatibilizando as atribuições locais a tais regramentos; propor ao Conselho Municipal a Semana da Diversidade Sexual; participar ativamente da sensibilização da sociedade em geral e dos grupos específicos com relação aos direitos da comunidade LGBTI

**PROJETO Nº 07**

Título: Assistência Social como Direito na Constituição de 1988: direito social e política pública no SUAS

Docente: Ana Paula Pollacchini de Oliveira

Eixo temático: Responsabilidade Social

Objetivos: Divulgar no município, junto a rede SUAS, os direitos de cidadania do usuário da assistência, inclusive àqueles relativos à participação dos usuários na construção de políticas públicas. Proporcionar uma cultura de direitos junto a uma parcela de municípios.

**PROJETO Nº 08**

Título: Jornadas Jurídicas I

Docente responsável: Luis Antônio Rossi

Eixo temático: Capacitação científico-tecnológica

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Objetivos: Promover a atualização dos principais temas em Direito e sua aplicação prática no meio jurídico

**PROJETO Nº 09**

Título: Jornadas Jurídicas II

Docente responsável: Luis Antônio Rossi

Eixo temático: Capacitação científico-tecnológica

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Objetivos: Promover a atualização dos principais temas do Direito e sua aplicação prática no meio jurídico

**PROJETO Nº 10**

Título: XV Encontro de Direitos Humanos

Docente responsável: Luis Antônio Rossi

Identificação do tipo de atividade: Ciclo/Debates

Eixo temático: Científico e Tecnológico

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Objetivos: Promover atualização dos principais temas de direitos humanos

**PROJETO Nº 11**

Título: XVI Simpósio de Direito Internacional

Docente responsável: Luis Antônio Rossi

Identificação do tipo de atividade: Ciclo/Debate

Eixo temático: Capacitação Científico Tecnológica

Objetivos: Incentivar a discussão acerca dos problemas jurídicos mundiais

**PROJETO Nº 12**

Título: Comissão de Apoio aos eventos pontuais de extensão

Docente responsável: Ana Paula Jorge

Eixo temático: Capacitação científico-tecnológica

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Objetivos: Desenvolver importante atividade na organização dos eventos internos, atuando, em apoio às coordenações do curso e de extensão, desde a organização de lista de inscitos até a preparação do cerimonial, a recepção de palestrantes, autoridades, alunos, egressos e público externo em geral.

**PROJETO Nº 13**

Título: Curso de Atualização e Aperfeiçoamento

Docente responsável: Luís Antônio Rossi

Eixo temático: Científico e Tecnológico

Área temática: Cultura

Objetivos: Proporcionar sedimentação do conhecimento jurídico, atualizações e incentivar os alunos ao estudo e à pesquisa.

#### **PROJETO Nº 14**

Título: Atendimento Jurídico à empresários em parceria com o curso de Administração da UNIFIPA

Docente responsável: Donizett Pereira

Eixo temático: Capacitação científico-tecnológica

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Objetivos: Em parceria com a FAECA JÚNIOR, associação civil constituída por uma diretoria composta por alunos do curso de Administração da UNIFIPA, realizar atendimento preventivo a sociedades empresárias de Catanduva e região, notadamente as de pequeno porte, com o objetivo de oferecer capacitação técnica aos estagiários do curso de Direito e Administração e prestar serviço comunitário às empresas de Catanduva e região, com potenciais reflexos na melhoria da atividade econômica catanduvense.

### **1.7. Políticas de gestão**

Em todo o processo de gestão, as pessoas são os agentes de mudanças. Os gestores e cada membro da comunidade acadêmica, em particular, têm contribuição indispensável na construção da gestão democrática. A primeira contribuição é entender que a instituição tem uma identidade própria que se fortalece pelos trabalhos e se nutre dos novos processos multidisciplinares e interdisciplinares. A segunda contribuição é a valorização dos docentes, consubstanciada no Plano de Carreira Docente aprovado no Ministério do Trabalho em agosto de 2008, que prevê e provê a carreira do docente de forma vertical (títulos) e horizontal (produção científica).

Nessa perspectiva, a formação continuada tem fundamental importância, pois além de possibilitar a qualificação, a competência e a progressão funcional na carreira, propicia o desenvolvimento profissional do docente articulado ao projeto e às finalidades da Instituição.

A gerência envolve uma visão mais diversificada das atividades. O gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir. O conceito de gestão da UNIFIPA vincula-se a uma prática social que depende de pessoas, da sociedade, da economia, da cultura, das possibilidades tecnológicas e de outras dimensões da vida. Enquanto na gestão pública essas variáveis têm maior influência, na gestão privada os limites das variáveis às vezes são mais estreitos, pois dependem de setores fundamentais como o econômico-financeiro, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus projetos.

O modelo de gestão diz respeito ao “como fazer”, ou seja, como cuidar de processos de aprendizado organizacional, necessários à evolução da organização, tanto em sua dimensão operacional (uso de recursos) como em sua dimensão estratégica (realocação de recursos), de acordo com a evolução do ambiente e da própria organização.

A gestão acadêmico-administrativa deve ser pensada tendo por pressupostos o fortalecimento da democratização dos processos do ensino, produção e disseminação do conhecimento, garantindo o exercício da co-responsabilidade dos sujeitos no processo de decisão. Tal gestão exige a capacidade de pensar o futuro e dar respostas aos problemas, substituindo a visão fragmentada por uma visão globalizada da instituição. Nessa perspectiva, a política de gestão deve buscar a modernização administrativa nos diversos setores do Centro Universitário, visando promover maior qualidade e eficiência nos serviços, em respeito à comunidade acadêmica e ao público externo, tendo por suposto o primado da construção da cidadania.

A política de gestão acadêmico-administrativa do Centro Universitário prevê o estabelecimento de um modelo de gestão que fortaleça práticas democráticas, amplie parcerias, desenvolva a cooperação e o diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade, visando respostas mais qualificadas às novas demandas e aos desafios do nosso tempo.

Conforme descrito no PPI, são políticas de gestão acadêmico-administrativa do Centro Universitário Padre Albino:

- Implementar avaliações como processo sistemático, formativo e democrático, que favoreça o exercício da cidadania e o aperfeiçoamento do desempenho institucional;
- Produzir, ágil e continuamente, informações gerenciais, de modo a possibilitar a identificação de problemas e subsidiar as alternativas de solução dos dirigentes;
- Avaliar a administração acadêmica e o planejamento global da instituição, corrigindo rumos e melhorando a

qualidade da gestão;

- Promover a agilização e flexibilização administrativa e acadêmica;
- Integrar e articular os processos e as atividades de planejamento;
- Articular, em rede, todas as formas de planejamento e avaliação realizadas no Centro Universitário;
- Implantar a base de dados institucional, descentralizando informações que subsidiem o gerenciamento e a avaliação das políticas acadêmicas; e
- Estruturar setores de suporte às atividades acadêmicas.

A administração do Centro Universitário Padre Albino é exercida pelo Conselho Superior Universitário (CONSUNI), pela Reitoria, Pró-Reitoria Acadêmica (PROAC), Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG), Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX), Pró-Reitoria de Educação a Distância (PROEAD).

A administração acadêmica é também exercida pelos seguintes Institutos: Institutos de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Instituto de Ciências da Saúde (ICSAU), Instituto Superior de Educação (ISE), Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica (ICETEC); e Colegiados de Cursos.

A gestão institucional baseada no PDI é uma ação estratégica no que diz respeito a sua filosofia de trabalho, à missão que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam as políticas de ensino, pesquisa, extensão, além da gestão acadêmica, institucional e da avaliação institucional (autoavaliação e avaliação externa).

O CONSUNI, órgão máximo de natureza deliberativa e normativa em assuntos de administração universitária, é composto pelos seguintes membros: Reitor (ou o Vice-Reitor, nos impedimentos de qualquer natureza); Pró-Reitores; de três representantes do Corpo Docente (Especialista, Mestre e Doutor); dois representantes do Corpo Discente (Graduação e Pós-graduação); de um representante da Sociedade Civil organizada; de um representante dos Membros Conselheiros da mantenedora; de um representante do Conselho de Administração da mantenedora; e de um representante da Diretoria Administrativa da mantenedora.

Os Colegiados de Curso, órgãos deliberativos e responsáveis pela orientação didático-pedagógica, na esfera de sua competência, são integrados por: coordenador de curso, como seu presidente nato; pelos professores que ministrem aulas no curso; e um representante do corpo discente, na forma da legislação vigente. São competências dos colegiados de cursos: zelar pela adequada integração das disciplinas e pelo caráter homogêneo do currículo do Curso, elaborar programas e planos de ensino das disciplinas que lhe são afetas; ministrar o ensino básico e profissional relativos às disciplinas constantes do currículo dos cursos; responsabilizar-se pela elaboração dos projetos de pesquisa e programas de extensão dos professores e pesquisadores nele lotado, submetendo-os às pró-reitorias respectivas para a devida aprovação; definir os critérios a serem aplicados aos alunos em regime de dependência; pronunciar-se sobre o desempenho da representação estudantil do curso e exercer demais funções que lhe sejam atribuídas pelos órgãos superiores do Centro Universitário.

Os Colegiados de Curso devem reunir-se ordinariamente duas vezes a cada semestre letivo e, extraordinariamente, quando convocados pelo Coordenador de Curso ou por metade de seus membros. As decisões discutidas nas reuniões são encaminhadas pela Coordenação para avaliação da PROAC e inseridas na pauta de Reunião do CONSUNI, podendo conforme a natureza, assumir a forma de Resoluções, Portarias ou Instruções Normativas a serem baixadas pelo Reitor.

### **Gestão do Curso de Direito:**

O modelo de Gestão Pedagógica adotado pelo Curso de Direito da UNIFIPA estabelece um processo dinâmico de acompanhamento e incorporação dos novos conceitos e práticas didático-pedagógicas, em constante evolução, impulsionadas pelos avanços tecnológico e cultural em escala local e mundial.

Neste contexto, a Coordenação do Curso de Direito da UNIFIPA mantém uma gestão participativa, tanto no planejamento das atividades do ano letivo, como no acompanhamento e revisões constantes e necessárias do processo de ensino-aprendizagem, com a participação permanente do Núcleo Docente Estruturante – NDE que se reúne periodicamente para discutir e decidir sobre o aplicação e aprimoramento do PPC.

As atividades que compõem a gestão Pedagógica são desenvolvidas de forma coordenada e o universo de atribuições inerentes ao processo é desempenhado diretamente por todos os órgãos envolvidos.

As reuniões periódicas servem como instrumento de gestão, tanto para cada um dos órgãos, como para a integração dos mesmos num todo harmônico, objetivando o acompanhamento e avaliação das atividades planejadas, a revisão de procedimentos, bem como a incorporação de práticas atualizadas.

Nesta concepção de modelo de Gestão, cabe ao Coordenador do Curso o papel de gerenciamento das potencialidades internas e externas, resultantes tanto da experimentação como dos riscos assumidos que podem ampliar a capacidade de ação, papel exercido em consórcio com os seguintes coordenadorias de núcleos específicos: coordenadoria de pesquisa; coordenadoria de revista; coordenadoria de extensão; coordenadoria de estágio; coordenadoria de prática jurídica; coordenadoria de ensino e aprendizagem; coordenadoria de trabalho de conclusão de curso; e coordenadoria de pós-graduação.

O gerenciamento requer uma integração do saber com o fazer, de forma que as ideias possam ser testadas e as capacidades humanas ampliadas. Para isso é importante o seu aperfeiçoamento contínuo, e que encoraje ativamente as pessoas que estão dentro de sua esfera de influência a fazer o mesmo. Dessa forma, o ambiente participativo estimula a geração de ideias que resultem em atividades que possam assegurar a eficiência, eficácia e efetividade do Curso de Direito da UNIFIPA.

A complexidade crescente da contemporaneidade requer, tanto da Reitoria, quanto dos Coordenadores e seus colaboradores, a pré-disposição e capacidade para perceber as mudanças e desenvolver postura proativa diante de cenários previsíveis, assim como para aprender com situações novas e a elas se adaptar.

Valorizar o diálogo, a participação e a mudança na busca pelo aperfeiçoamento contínuo do curso em prol da sua melhoria como um todo, continuará sendo prática constante por parte do corpo diretivo desta instituição.

Este modelo participativo, dotado de mecanismos de avaliação e acompanhamento, aliados às atividades de prática, extensão e pesquisa pressupõe um ambiente favorável ao fortalecimento da crítica e valorização da criatividade de todos os agentes envolvidos.

### **1.8. Responsabilidade social da instituição, enfatizando a contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região.**

O compromisso social do Centro Universitário Padre Albino com a comunidade está expresso na sua Missão Institucional, ao colocar seus recursos humanos e materiais em prol da coletividade. O PPI contextualiza a aspiração da IES em colaborar para a melhoria da qualidade de vida da comunidade de Catanduva e região, cumprindo o seu papel político-social enquanto instituição acadêmica. Seu projeto de Centro Universitário é, portanto, consequência de uma visão social construída ao longo de 80 anos de existência.

A preocupação com uma política de educação inclusiva já existe há alguns anos e sempre permeou como valor ético e moral das suas ações.

Um dos objetivos é manter profundas discussões desta temática, interagindo com os demais cursos, realizando projetos de extensão que contribuam com a discussão e serviços junto às comunidades regionais, estudos e pesquisas que contemplem a perspectiva dos portadores de necessidades especiais nas mais variadas áreas de conhecimento.

O Centro Universitário Padre Albino pretende aprimorar a cultura inclusiva criando e implementando recursos e serviços que garantam condições pedagógicas a estudantes com necessidades especiais de qualquer natureza. Tem em suas diretrizes os fundamentos herdados das faculdades integradas no que diz respeito à responsabilidade social e o estímulo à cultura em seus valores, especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

As atividades de iniciação artística e cultural, a defesa do patrimônio artístico e a difusão das produções discentes são sustentadas por uma política institucional que contempla:

- a valorização da produção artística e cultural como atividade acadêmica;
- a ampliação das ações de expressão artística e cultural no ambiente interno do Centro Universitário e em sua comunidade externa;
- o incentivo à produção cultural sustentável;
- a promoção de eventos artísticos e culturais abertos à comunidade;
- a cooperação, por meio dos órgãos de promoção à cultura da Instituição no processo de desenvolvimento educacional e cultural;
- o desenvolvimento de estratégias para a produção, distribuição, difusão e produção Artísticas;
- o estímulo aos docentes e aos estudantes para participação em concursos culturais e artísticos internos e externos;
- a promoção e a divulgação de conhecimentos artísticos e culturais que constituem patrimônio da humanidade, com a comunicação do saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- a ampliação das ações em defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural.
- a hospedagem de ações que fortaleçam o compromisso com a preservação da memória histórica e do patrimônio cultural.

As ações propostas pelos diferentes cursos são planejadas e implantadas pelas coordenações de curso, do núcleo de apoio psicopedagógico (NAP) e respectiva Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX) com a colaboração de suas respectivas equipes de docentes, de forma coerente com a organização curricular dos cursos que contemplam, em

maior ou menor grau, a formação artística e cultural. As propostas são elaboradas visando proporcionar aos discentes possibilidades de transposição de conhecimentos para as práticas desenvolvidas, motivando o envolvimento e a participação em todas as etapas de execução.

Cumprindo sua vocação de ser um instrumento de difusão da cidadania no âmbito regional e levando em consideração sua inserção institucional, política, geográfica e social como pressuposto da oferta de uma eficiente educação jurídica, o curso de Direito da UNIFIPA oferece várias atividades comunitárias.

O curso desenvolve a pesquisa e a iniciação científica, estimulando de forma profícua a curiosidade do aluno sobre as questões sociais que o cercam e adotando uma linha de trabalho voltada para a sistematização e aprimoramento das políticas de desenvolvimento da região. Oferece aos alunos grupos de estudo e de pesquisa regulares, cujos resultados são divulgados em eventos ligados à iniciação científica, tais como CONIC e CIC e publicados no periódico “Direito e Sociedade: Revista de Estudos Interdisciplinares”.

A UNIFIPA promove anualmente o seu Congresso de Iniciação Científica (CIC) e Workshop de pós-graduação, eventos conjuntos que reúnem acadêmicos da região e promovem a mostra de pesquisa e trabalhos de iniciação científica, com o objetivo de aguçar a curiosidade entre o corpo discente e docente e estimular a investigação em nível científico, contribuindo para o aperfeiçoamento das instituições constituídas.

Promove ainda anualmente a mostra de pesquisa e extensão e lançamento do periódico “Direito e Sociedade: Revista de Estudos Interdisciplinares”, ocasião em que o curso apresenta aos docentes e discentes as pesquisas científicas e de extensão comunitária em andamento. Como atividade de extensão comunitária, o curso tem oferecido sistematicamente palestras e debates aos outros cursos da instituição, a escolas, abrigos e demais unidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil.

O curso tem contribuído sistematicamente para o desenvolvimento social regional, promovendo diversos eventos comunitários e desenvolvendo sua política institucional de inclusão.

A prática jurídica tem difundido a necessidade de interação com a comunidade por meio do Escritório de Assistência Jurídica, projeto desenvolvido em parceria com a Associação Pão Nosso, entidade beneficente de grande atuação comunitária, mantida pela Paróquia Imaculada Conceição de Catanduva, com potencial de atendimento para qualificação da cidadania para mais de 30 mil pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.

Vários convênios foram assinados, apresentando-se a assistência jurídica comunitária como forte elo entre o curso e a comunidade catanduvense, dentre eles podendo ser destacados os convênios que oportunizam vagas de estágio supervisionado, com a AGU, Justiça Federal, PROCON, vários escritórios de advocacia da cidade e com o Tribunal de Justiça de São Paulo, inclusive com a instalação de unidade do CEJUSC nas dependências da faculdade.

O Curso de Direito destaca-se com uma atuação marcante na região e no Estado, formadora de profissionais com um forte sentimento humanitário, além de propiciar competências técnicas e comportamentais adequadas às necessidades do mercado, nas mais variadas áreas do conhecimento, refletindo desta forma no desenvolvimento econômico da região.

## **2 - CORPO DISCENTE**

---

O corpo discente do curso é composto majoritariamente por jovens egressos do ensino público e privado e, com tal característica, o ambiente acadêmico é permeado por um astral de intensa curiosidade e expectativas promissoras em relação à futura profissão jurídica, aliadas a uma prática contínua de interação com o ambiente eletrônico. Com tal característica, os discentes são estimulados a frequentar os diversos laboratórios do curso para o planejamento e confecção dos trabalhos acadêmicos. Nas atividades de ensino, são desafiados a desenvolver reflexões críticas interdisciplinares, com conteúdo humanista, atualizado e inovador, aplicados a partir de uma dinâmica híbrida que engloba métodos tradicionais e inovadores, incluídos métodos de ensino participativo. Em pesquisa e extensão, são exortados à aplicação do conteúdo apreendido no ensino, participando de grupos que focam a técnica a serviço de uma ação humanista e solidária, tal qual o exemplo histórico deixado pelo fundador da Mantedora, Padre Albino.

### **2.1. Perfil do ingressante:**

O ingressante do Curso de Direito apresenta-se com características próprias, compondo-se de alunos de Catanduva e região, inserindo-se no perfil econômico e social da microrregião de São José do Rio Preto, mas com objetivos profissiográficos próprios. O corpo discente pode ser representado estatisticamente da seguinte forma:

a) - Compõe-se majoritariamente de jovens entre dezoito e vinte e quatro anos, equivalentes em relação ao gênero e provindos do ensino médio público e privado; são em sua maioria solteiros, residem em Catanduva em moradia própria, com os pais ou outros parentes. O pai e a mãe dos discentes possuem o curso superior completo como escolaridade média.

b) - A renda familiar majoritária enquadra-se entre R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a 10.000,00 (dez mil reais) e a maioria não tem filhos. São beneficiários do crédito educativo (FIES), de bolsas da CEBAS e do PROUNI.

c) - O conhecimento em informática predominante se consolida por meio do uso de programas prontos, sendo usuários da *Internet*. O conhecimento em língua estrangeira estabelece-se pelo inglês.

d) -O esporte preferido é indeterminado; o tipo de música que mais gostam pertence ao gênero sertanejo universitário e a atividade que realizam com mais frequência nos momentos de lazer é o esporte.

## **2.2. Perfil do egresso:**

O perfil desejado do formando em Direito se personifica em uma sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valoração jurídica dos fenômenos sociais, aliada a uma postura reflexiva e uma visão crítica que fomente a capacidade de trabalho em equipe, que favoreça a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania.

Estimulados pela IES, aos egressos é facultado frequentar as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pela IES, e, a partir desta participação, constituíram uma comissão, composta por membros que representam cada uma das turmas formadas pelo Curso, responsável, sempre com o auxílio da IES, a promover atividades específicas aos egressos e também integradas ao corpo discente, como oficinas jurídicas, palestras, grupos de estudo, etc. Franqueadas aos discentes, estas atividades estimulam olhares não só para os novos mercados de trabalho, como também para o alerta de uma preparação específica que torna o formando diferenciado no mercado de trabalho.

O mercado de trabalho na região de influência do curso é propício ao comércio e indústria, especialmente a de ventiladores e agronegócio provindo da exploração da citricultura e da cana-de-açúcar, razão pela qual o curso mantém em sua matriz curricular da disciplina de economia, direito empresarial, econômico, financeiro, ambiental e agrário, que ajudam na formação de um profissional atento aos interesses regionais e globais.

### **2.2.1. Competências**

Com a integralização do currículo e especificação das unidades de estudos ministradas, o curso deve propiciar ao Bacharel em Direito, no mínimo, uma formação com as seguintes características:

a) permanente formação humanística, técnico-jurídica e sociológica, características indispensáveis à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;

b) senso jurídico e ético-profissional, associados à responsabilidade social, com a compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas e da busca constante da libertação do homem e do aprimoramento da sociedade;

c) capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito, aliadas à consciência da necessidade de permanente atualização e acompanhamento das inovações tecnológicas como processos de formação ao longo da vida;

d) capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as demandas individuais e sociais;

e) capacidade de implementar em seu cotidiano as diversas formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;

f) capacidade de atuação individual associada e coletiva no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional;

g) domínio da gênese, dos fundamentos da evolução social e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente;

h) visão atualizada do mundo e, em particular, consciência solidária dos problemas e desafios de seu tempo e de seu espaço.

i) postura receptiva e proativa em relação às novas tecnologias e aos pensamentos inovadores aplicados ao universo jurídico e judiciário, com pleno domínio dos principais métodos e linguagens utilizados nos sítios e plataformas de interação técnica e social.

### **2.2.2. Habilidades**

Para alcançar o perfil desejado do formando, o curso jurídico tem a missão de propiciar aos seus alunos o desenvolvimento e a prática das seguintes habilidades:

a)- leitura e compreensão de textos e documentos;

b)- interpretação e aplicação do Direito;

c)- pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

d)- produção criativa do Direito;

e)- correta utilização da linguagem, expressando-se com clareza, precisão e propriedade, fluência verbal e riqueza de vocabulário;

f)- utilização do raciocínio jurídico, da argumentação eficiente, da persuasão e de reflexão crítica;

g)- domínio de tecnologia e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

h)- equacionamento de problemas em harmonia com as exigências sociais, inclusive mediante o emprego de meios extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos; e

i)- capacidade de julgamento e tomada de decisões.

### 2.3. Formas de acesso

O acesso do alunado à UNIFIPA é realizado por processos seletivos anuais de ingresso e de transferência. A UNIFIPA tem uma Comissão Permanente de Processos Seletivos de Ingresso e de Transferência para o acompanhamento e execução desses eventos.

#### Processos seletivos de ingresso

Os processos seletivos de ingresso (vestibulares), pelas especificidades de seus cursos, são distintos: um exclusivo para o curso de Medicina e outro para os demais cursos. A juízo da Reitoria, os processos seletivos poderão ser executados por instituição contratada para este fim. O Edital, além de divulgar as normas regimentais que regulam o processo seletivo, anunciará: os cursos para os quais será realizado; o número de vagas; as datas de realização das provas; o período de inscrição; o valor da taxa de inscrição; documentos exigidos para a inscrição; critérios de classificação; critérios de desempate; local de inscrição, o número e o tipo de questões.

Vagas remanescentes são oferecidas num segundo processo seletivo e ainda em processos seletivos continuados, oferecidos enquanto houver vagas que possibilitem ao candidato cumprir o mínimo de frequência, no ano letivo, do curso pretendido.

A relação dos classificados à matrícula inicial, válida para todos os efeitos, é oficialmente publicada pela Reitoria, mediante Edital. Os resultados do Processo Seletivo são válidos apenas para o período letivo imediatamente subsequente à sua realização, não se mostrando necessária a guarda da documentação dos candidatos por prazo superior ao do referido período letivo.

A Unifipa ofereceu o PROUNI a partir de 2018. O Programa Universidade para Todos (ProUni) é um Programa do Ministério da Educação (MEC), criado pelo Governo Federal no ano de 2004, que concede bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação, em Instituições de Ensino Superior Privadas, para estudantes brasileiros que não tenham o diploma de nível superior. É voltado aos estudantes que cursaram o ensino médio na rede pública ou particular de ensino na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita de até 1 salário mínimo e meio e que tenham participado do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM em sua última edição.

A transferência, como forma de acesso discente ao Curso de Direito, é feita mediante processos seletivos baixados por editais específicos.

As vagas oferecidas para o curso de direito são as autorizadas pelo MEC, quais sejam, duas turmas de cinquenta alunos, em turno noturno.

O Processo Seletivo de Ingresso é aberto aos candidatos que tenham escolarização completa do Ensino Médio ou equivalente. Para a inscrição neste Processo Seletivo, os candidatos deverão apresentar: 1 foto 3x4 recente, documento de identidade, pagamento de taxa de inscrição, se for exigida, e preenchimento de formulário de inscrição. Podem matricular-se na série inicial, alunos diplomados, sujeitos a processo de equivalência, aproveitamento de disciplinas e de adaptação curricular.

#### Processo seletivo de transferência

O Processo Seletivo de Transferência destina-se ao preenchimento de vagas nos cursos da UNIFIPA para alunos de outras instituições de ensino, observando-se a correlação de áreas entre o curso de origem e o pretendido. É regulamentado pelo regimento e por editais específicos para cada curso.

O Processo Seletivo de Transferência destina-se ao preenchimento de vagas para alunos de outras instituições de ensino, observando-se a correlação de áreas entre o curso de origem e o pretendido. Em caso de servidor público federal, ou membro das Forças Armadas, inclusive dependentes, removido *ex officio* para a sede da UNIFIPA, é concedida matrícula independentemente de vagas e de prazos.

Para a inscrição ao Processo Seletivo de Transferência, os candidatos deverão apresentar a seguinte documentação: 1 foto 3x4 recente, documento de identidade, histórico escolar, programa das disciplinas e eventuais outros documentos do curso de origem, pagamento da taxa de inscrição, se for exigida, e preenchimento de formulário de inscrição.

O Processo Seletivo de Transferência contempla a análise curricular e eventualmente prova escrita quando prevista no edital. A critério do Curso, outras particularidades poderão constar do edital. O aluno transferido está sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitados os estudos realizados com aprovação no curso de origem.

O aproveitamento é concedido e as adaptações determinadas, observando-se:

I - as matérias de qualquer curso superior, estudadas com aproveitamento em Instituição autorizada ou reconhecida, são automaticamente aproveitadas, atribuindo-se-lhes os créditos, as notas e a carga horária obtidos no estabelecimento de origem.

II - a verificação, para efeito do disposto no item I, esgotar-se-á com a constatação de que o aluno foi regularmente aprovado em todas as disciplinas correspondentes a cada matéria;

III - para integralização do curso exige-se carga horária total não inferior à prevista nas Faculdades, bem como o cumprimento regular de todas as disciplinas;

IV - o cumprimento de carga horária adicional, em termos globais, será exigido para efeito de integralização curricular, em função da carga horária total obrigatória à expedição do diploma.

Na elaboração dos planos de adaptação, serão observados os seguintes princípios gerais:

I - a adaptação deverá processar-se mediante o cumprimento do plano especial de estudo, que possibilite o melhor aproveitamento do tempo e de capacidade de aprendizagem do aluno;

II - quando forem prescritos estudos complementares no processo de adaptação, poderão realizar-se no regime de matrícula especial em disciplina;

III - não estão isentos de adaptação os alunos beneficiados pela transferência *ex officio*;

IV - quando a transferência se processar durante o período letivo serão aproveitados conceitos, notas, créditos e frequência obtidos pelo aluno na instituição de origem até data em que dela se tenha desligado.

Em qualquer época, a UNIFIPA concede transferência de aluno nela matriculado, de acordo com a legislação vigente.

## 2.4. Programas de apoio psicopedagógico, financeiro e de nivelamento

A UNIFIPA mantém vários projetos e programas de apoio ao estudante, oferecidos pelos seguintes órgãos: Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Cultural (NAP), Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG), - Programa de Autoavaliação Institucional do Centro Universitário Padre Albino. (PRÓ-AVALIAR)

**Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Cultural – NAP:** tem o objetivo de contribuir para a implementação de uma política de assistência aos alunos, voltada para o acolhimento e para as ações que favoreçam sua permanência na instituição e a conclusão do curso escolhido, tendo em vista uma formação humana e profissional em condições de compreender e atuar numa sociedade em constante transformação.

O NAP atua de acordo com as demandas do aluno, para oferecer apoio para suas atividades acadêmicas e pessoais, orientações individuais ou em grupo, palestras, cursos, oficinas, bem como outras abordagens que podem ser disponibilizados aos estudantes. A privacidade nas entrevistas e orientações é preservada, conforme determina o código de ética profissional. Cabe ao núcleo colaborar com uma formação profissional integrada ao bem estar pessoal, atuando nas seguintes áreas:

- **Apoio Psicopedagógico:** A UNIFIPA disponibilizam espaço para que o estudante possa harmonizar suas inquietações e objetivos pessoais com seus projetos estudantis e profissionais. Considerando a intensidade e a diversidade de questões que caracterizam a vivência acadêmica, procura oferecer condições para que em sua trajetória o aluno encontre espaço para reflexão, amadurecimento e auto-conhecimento.

- **Apoio Cultural:** O propósito do apoio cultural é fomentar a integração interpessoal, apoiando a participação do alunado em atividades artísticas e culturais, possibilitando o desenvolvimento de canais de expressão e a criação de espaços que privilegiem a manutenção e ampliação da bagagem existencial e o enriquecimento do universo acadêmico e profissional do aluno.

- **Apoio ao Relacionamento com Egressos:** Atua na intermediação entre o aluno principalmente o ingressante e a comunidade acadêmica, com vistas a melhorar a adequação aos novos ambientes.

- **Apoio à Inclusão e Acessibilidade:** Promove a inclusão das pessoas auto declaradas deficientes bem como fiscaliza a formulação e implementação das políticas de acessibilidade nas instalações da UNIFIPA.

- **Bolsas de estudos:** As bolsas de estudos configuram-se como Programa de Apoio ao Estudante, nas Políticas de Qualificação Discente da UNIFIPA. Há dois grupos de bolsas de estudos – as acadêmicas e as não-acadêmicas.

**I. Bolsas de Mérito Acadêmico:** As bolsas de mérito acadêmico são direcionadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão. A UNIFIPA tem regulamentado programa de bolsas de mérito acadêmico, cujo número de beneficiados é estabelecido anualmente pela IES. Cabe às Coordenadorias dos Cursos de Graduação estabelecer, por meios de editais, a seleção de alunos para as diferentes modalidades de bolsas. São modalidades de Bolsas Acadêmicas: **Bolsa Estágio** - modalidade de auxílio financeiro a alunos que prestarem serviço nos diversos setores técnico-assistenciais da UNIFIPA e Fundação Padre Albino; **Bolsa Pesquisa** - modalidade de auxílio financeiro concedido a alunos que participarem de programas de iniciação científica aprovados pela UNIFIPA com recursos próprios da Instituição ou financiados por instituições públicas ou privadas, como fomento à pesquisa; **Bolsa Extensão** - modalidade de auxílio financeiro concedido a alunos que participarem de programas de extensão universitária, que sejam aprovados pela UNIFIPA, com recursos próprios da Instituição, ou financiados por instituições públicas ou privadas, como fomento à extensão universitária; **Bolsa Monitoria**

- modalidade de auxílio financeiro concedido a alunos que participarem de programas de monitoria, nos seus respectivos cursos, de acordo com o Programa de Monitoria; **Bolsa Estágio Convênio** - modalidade de auxílio financeiro concedido a alunos que participarem de estágios em instituições públicas e/ou privadas conveniadas com a UNIFIPA, cujos recursos podem ser da própria Instituição ou financiados por instituições públicas ou privadas partícipes dos convênios.

**II. Bolsas não-acadêmicas:** as bolsas não-acadêmicas destinam-se ao apoio a estudantes em situação de vulnerabilidade e/ou risco, ao atendimento a convenções coletivas de trabalho e outros programas praticados pela Fundação Padre Albino, dentre as quais se incluem aqueles referentes ao CEBAS e PROUNI.

**III. FIES – Financiamento Estudantil:** A UNIFIPA adere ao FIES e os estudantes interessados participam do processo de seleção dentro do calendário anual do programa.

## 2.5. Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)

A UNIFIPA disponibiliza espaço físico adequado à convivência dos alunos, além das salas de aula, valorizando o ambiente escolar e tornando-o mais atrativo, com espírito universitário, a fim de fortalecer a sua vinculação ao curso e contribuir com as entidades de representação estudantil na IES. A representação estudantil na UNIFIPA está assegurada de forma regimental através da participação do aluno eleito por seus pares, nos órgãos colegiados da Instituição. São diretrizes da Instituição, mediante a criação de novos cursos, ampliar novos espaços de estudos, culturais e de convivência.

O Curso de Direito estimula a participação discente por meio do Centro Acadêmico, com instalações próprias, cuja atuação propicia a integração de todos os alunos da instituição, inclusive egressos.

Dentre outras atividades o Centro Acadêmico desenvolve durante todo o ano letivo, trote solidário, atividades esportivas, culturais, sociais e políticas.

## 2.6. Acompanhamento dos egressos

Na UNIFIPA estão disponíveis ferramentas para acompanhamento dos egressos, como sites (Portal do Egresso) e encontros de egressos de alguns cursos. Além disso, os egressos, através de comissão própria, constituída e fomentada pela IES, mantém constantes atividades para si e em consórcio com o corpo discente, integrando-se e participando continuamente do Curso de formação. O acompanhamento sistemático do egresso é uma política da IES, a fim de manter permanente interação entre a instituição e os egressos.

Esse acompanhamento começa ainda nos bancos acadêmicos, com a estreita relação mantida entre a coordenação do curso e o corpo discente, como pode ser visto na preparação e desenvolvimento das atividades extracurriculares e principalmente nas palestras ministradas, que mantém uma comissão organizadora composta majoritariamente por alunos e que participa da organização e apoio logístico aos palestrantes, antes, durante e após as atividades.

O acompanhamento dos egressos é realizado principalmente pelo monitoramento dos resultados nos diversos concursos e no exame de ordem. Faz parte da política de aproximação do egresso o contato rotineiro com convites para participação nos eventos promovidos pelo curso e ainda para participação nos programas de extensão oferecidos pela IES, priorizando algumas ações como:

- Manutenção de uma comissão de egressos, representando cada uma das turmas de alunos concluintes, composta por no mínimo um e no máximo três egressos de cada turma;
- Parceria do curso com a comissão de egressos, cujos membros auxiliam na coordenação, divulgação e realização de vários eventos extracurriculares ao longo do período letivo, tais como oficinas, cursos, palestras, grupos de estudos;
- Participação de egressos nas atividades de pesquisa e extensão;
- Participação de egressos em bancas de avaliação de trabalhos científicos apresentados em eventos institucionais;
- Criação de um portal do egresso, garantindo acessibilidade;
- Participação sistemática dos alunos dos últimos anos, em conjunto com egressos, na construção e uso do portal;
- Acompanhamento das informações a respeito da orientação sócio-profissional do curso.

## 2.7. Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares.

O currículo é o *locus* onde se materializa a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com os eixos de formação, do contexto socioeconômico-cultural e a diversidade dos sujeitos, o que implica entender que uma estrutura curricular não pode ser rígida. Nesse sentido, é fundamental que o projeto pedagógico do curso seja concebido como instrumento de ações coletivas, a partir das quais serão construídos os elos entre o que se sabe o que se pode fazer com o que se sabe.

Os conteúdos na matriz curricular, da forma como desenvolvidos no curso, tornam-se ferramentas para novas buscas, novas descobertas e questionamentos. A flexibilização curricular é viabilizada pelas atividades de caráter integrador, pela organização modular dos esquemas didáticos, pelas práticas pedagógicas e estágios curriculares, como temas geradores.

O curso de Direito adota como uma de suas premissas a interdisciplinaridade, cuja manifestação consiste em adoção de procedimentos em duas vertentes: no âmbito vertical, em que as disciplinas de um semestre sejam complementares em relação às dos demais, e no horizontal, entre as do mesmo semestre. A matriz curricular do curso observa tal característica, quando prevê e interliga os três eixos de formação: fundamental, técnico e prática jurídica, conforme foi exposto.

O corpo docente é estimulado constantemente a adotar novas práticas de ensino, com ênfase na utilização de metodologias ativas, que são intercaladas com aulas expositivas, privilegiando a interlocução articulada do corpo docente e o protagonismo do corpo discente, de forma que o conhecimento obtido seja resultado da interação dialógica e dialética, pelo exercício da reflexão e criticidade.

Os recursos educacionais abertos, tais como cursos, textos, apostilas, pertinentes a todas as áreas do conhecimento, disponibilizados pelos vários ambientes virtuais, tais como aqueles produzidos por órgãos públicos ou privados, pelas Universidades, Tribunais Superiores e Ordem dos Advogados do Brasil, Associações de Advogados, também são discutidos durante as reuniões e via mensagens eletrônicas para utilização pelo corpo docente.

Nas reuniões pedagógicas, o corpo docente é estimulado a atualizar constantemente seus planos de ensino, como forma de inserir as inovações conceituais e de interpretação hauridas nos vários ambientes em que a construção do direito se efetiva. A atividade didática é enriquecida também pelos resultados obtidos nos grupos de extensão e pesquisa desenvolvidos no curso, que fornecem subsídios para a identificação das necessidades regionais e são compartilhadas nas reuniões periódicas e via correspondência eletrônica.

Como prática inovadora destaca-se também a estreita relação mantida entre a coordenação do curso e o corpo discente, que pode ser vista na preparação e desenvolvimento das atividades extracurriculares e principalmente nas palestras ministradas no curso, que mantém uma comissão organizadora composta majoritariamente por alunos que ajuda na organização e apoio logístico aos palestrantes, antes, durante e após as atividades.

O curso tem à disposição também plataformas eletrônicas com possibilidade de oferta parcial de cursos e disciplinas à distância dentro do percentual disponível pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e mantém um programa de desenvolvimento da prática jurídica em ambientes eletrônicos.

A volatilidade das relações intersubjetivas, objeto principal de estudo na área jurídica impõe uma constante busca pela adaptação dos componentes curriculares, com a adoção de estratégias que permitam a flexibilidade dos conteúdos, de forma a produzir uma maior interação do aluno com as perspectivas sociais contemporâneas. Para tanto, nas periódicas reuniões do colegiado e do Núcleo Docente Estruturante são discutidas as estratégias pedagógicas para a perfeita adequação do currículo às exigências sociais, sem descuidar das características do futuro mercado de trabalho do egresso.

O empenho na busca de novas interações acadêmicas desde a criação do curso resultou em avaliações condizentes com a expectativa estatal em torno do ensino jurídico, o que pode ser demonstrado nos diversos pareceres recebidos até essa data pelas comissões de especialistas que visitaram o curso.

Para o reconhecimento oficial do curso, comissão avaliadora designada pelo MEC efetuou visita *in loco* nas dependências da faculdade em março de 2008 e seu relatório concluiu atribuindo ao curso o conceito ÓTIMO, nota máxima possível. O resultado seguiu o mesmo padrão de qualidade já evidenciado em outras avaliações.

O parecer final da comissão do MEC trouxe a seguinte redação:

Em geral, o curso apresenta Projeto Pedagógico de caráter humanista com ênfase na utilização do ensino jurídico como instrumento de justiça social e comprometido com a realidade. A coordenação de ensino é democrática e acessível aos corpos docente, discente e administrativo. O corpo docente apresenta-se disponível, altamente comprometido com as atividades acadêmicas e demonstra nítida capacidade investigativa que é identificada pela natureza crítica dos temas abordados pelas pesquisas desenvolvidas no curso, as quais analisam os impactos jurídicos sobre a atividade socioeconômica local, o que se reflete nas atividades acadêmicas desenvolvidas pelo corpo discente. O corpo técnico é disponível com experiência profissional adequada para o desenvolvimento de suas funções. As instalações adequadas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Considerando, portanto, os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente, nas orientações do Ministro da Educação, nas diretrizes do CONAES e neste instrumento de avaliação, a proposta do curso de Bacharelado em Direito apresenta um ÓTIMO perfil.

Foi ainda reconhecido com o título de “CURSO MODELO” pela revista “Ensino Superior”, sendo o primeiro do interior paulista a ser considerado “CURSO EXEMPLAR” por comissão criada pela OAB/SP, subseção de São Paulo.

No ENADE 2012, apresentou o melhor desempenho entre todos os cursos de direito do Brasil, o que enaltece as ações promovidas conjuntamente pelo corpo docente, discente e coordenação.

Em 2014, por ocasião da avaliação institucional realizada pelo MEC e OAB, o curso foi considerado EXCELENTE. No relatório, os avaliadores do MEC frisam que o curso de Direito da UNIFIPA atende positivamente a todos os requisitos solicitados no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância e, portanto, apresenta um perfil EXCELENTE de qualidade, obtendo conceito final 5 (cinco).

Em seu parecer, proferido em 2015, a relatora da Comissão de Educação Jurídica da OAB Federal referenda a mencionada avaliação, ressaltando que o curso de Direito da UNIFIPA possui corpo docente qualificado e infraestrutura adequada para continuidade do curso. Cita que o curso oferece Estágio Curricular Supervisionado, desenvolvido junto ao Núcleo de Prática Jurídica (CEPRAJUR) e Trabalho de Conclusão de Curso. O Núcleo de Prática Jurídica possui estrutura física adequada, o acervo da biblioteca disponibilizado para o curso é suficiente e atende a demanda, destacando os convênios com bibliotecas de outras Instituições, o que possibilita o acesso mais amplo aos discentes do curso, possuindo corpo docente titulado e Núcleo Docente Estruturante (NDE) com os requisitos legais adequados.

Esse processo de avaliação *in loco* culminou com a edição, em 2016, da Portaria MEC/SERES nº 639/2016 que reconhece o curso de direito da UNIFIPA com o conceito 5 (cinco).

### 3 – PLANO DE ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

---

#### 3.1. Missão do Curso

**“Formar juristas conscientes do seu papel ético, político e social, que, como cidadãos, respeitem e defendam as liberdades e os direitos fundamentais e sociais humanos, qualificados técnica e operacionalmente para atuar na solução dos conflitos jurídicos”.**

O curso possui plano específico para rever as práticas pedagógicas e institucionais, principalmente pela atuação do NDE, contemplando a atuação da coordenação de curso e demais coordenadorias em consonância com as diretrizes curriculares, normas aplicáveis e demais deliberações dos órgãos componentes de sua organização institucional.

#### 3.2. Planos de ensino:

Cada plano de ensino é confeccionado para justificar a vocação e a missão do Curso de Direito e deve conter os objetivos gerais e específicos de cada disciplina, as habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos alunos, o conteúdo programático, os métodos e técnicas de ensino, bem como o critério de avaliação e a bibliografia, básica e complementar. O universo programático dos planos de ensino das disciplinas está mostrado em anexo ao presente Projeto Pedagógico e é esclarecido pelo professor a seus alunos no primeiro dia de aulas. (Ver Planos de Ensino no Caderno 2).

##### 3.2.1. Carga Horária das Atividades Didáticas

O Curso de bacharelado em Direito na modalidade presencial, funciona no turno noturno e conta com 3740 horas-aula de atividades didáticas, distribuídas em três dimensões, integradas e complementares, que, aliadas à prática jurídica formam o conteúdo pleno do projeto pedagógico proposto. Nos termos do anexo à Resolução CNE/CES n. 2, de 18 de junho de 2007, o Curso de Direito deve possuir uma carga horária mínima de 3.700 horas, a serem contabilizadas como hora relógio e integralizadas em 5 anos.

A matriz curricular do Curso de Direito da Fundação Padre Albino cumpre integralmente tais diretrizes pois, contabilizadas 238 horas de prática jurídica, contempla 3.740 horas-aula em ambiente de sala de aula.

O complemento para o período em sala é oferecido por meio das seguintes atividades, todas contempladas nos regulamentos em anexo:

- a) Atividades Complementares, envolvendo atividades direcionadas à iniciação científica, pesquisa e à extensão, universitária e comunitária, para cuja implementação são exigidas 200 horas de atividade;
- b) Estágio curricular supervisionado, incluindo 62 horas de prática jurídica;
- c) Trabalho de Curso, para cuja realização são atribuídas 100 horas aula;

##### **A estrutura curricular fica assim sistematizada:**

Primeiro e segundo semestres: eixo de formação fundamental, abrangendo disciplinas cujos conteúdos enfatizam a importância do estudo sistemático das relações interpessoais em sintonia com as necessidades sociais nos âmbitos político, social e jurisdicional, adotando como força motriz a discussão sobre a noção de interdependência entre as funções das instituições constituídas.

Nesse contexto, são propostas ao corpo discente:

Conteúdo filosófico de alto teor ético e moral, cultivando e enaltecendo os valores da dignidade humana, contidos principalmente nos programas da disciplina Filosofia Geral, o qual se fundamenta no estudo sistemático sobre as grandes correntes do pensamento filosófico, complementado com abordagem de conteúdo voltado à psicologia, mas com ênfase no

estímulo ao pensamento reflexivo do aluno em relação ao contexto social em que inserido e da multifacetária vida em sociedade.

Além de conhecer e estudar Filosofia jurídica, disciplina deslocada para o quinto ano do curso, na disciplina de Direitos Humanos o aluno é estimulado a investigar as razões comportamentais do ser humano, bem como questões ambientais, as relações étnico-raciais, notadamente as atinentes aos assuntos afro-americanos, direito das minorias, questões de gênero de forma compartilhada com os demais colegas e a reavaliar suas próprias certezas diante dos conflitos da humanidade, aprimorando sua capacidade de percepção e julgamento das relações interpessoais em suas dimensões éticas e sociais.

As disciplinas de Sociologia e Sociologia Jurídica possuem conteúdo sociológico abrangente, extensivos às questões de Antropologia Jurídica, que estimula o aluno a refletir sobre o legado construído pela evolução social da humanidade e sobre os conflitos inerentes à sua condição pessoal, em contraposição à sua identidade política e comunitária, com vistas ao desenvolvimento da plena cidadania.

Pelas disciplinas com conteúdos ligados à gestão pública, quais sejam, Teoria Geral do Estado, Ciência Política e Economia o aluno é levado a reconhecer e avaliar as fórmulas e soluções defendidas pelos grandes doutrinadores, mais do que isso, as consequências das atividades públicas, formando um corpo discente preparado para realizar uma crítica coerente, abstrata e imparcial acerca dos valores de uma República Democrática de Direito.

Dois disciplinas interligadas, quais sejam, Direito Romano e História do Direito abordam o desenvolvimento global do pensamento jurídico, com vistas a situar o aluno no contexto histórico em que desenvolvidos e sua relação de causalidade com as consequências atuais no âmbito político e social. Refletir sobre a necessidade de interpretar a lei dentro de um contexto social específico e utilizar o produto da interpretação para diminuir o impacto das disparidades existenciais do ser humano contemporâneo é objetivo dessas disciplinas, no que são auxiliadas pelo conteúdo programático da disciplina de Introdução ao Estudo do Direito.

Terceiro ao oitavo semestre: eixo de formação técnica. O conteúdo dogmático do direito é trabalhado nessas disciplinas de forma a permitir, além de um manejo eficiente da legislação vigente, uma reflexão crítica sobre os métodos de solução dos conflitos atuais, em suas acepções judicial e extrajudicial, permitindo amplo debate sobre a viabilidade e oportunidade de tais procedimentos.

A atividade didática discutida e recomendada nas reuniões acadêmicas periódicas compõe-se de métodos e dinâmicas voltadas para propiciar ao aluno uma compreensão sistemática da complexidade produzida pela extensão do fenômeno jurídico. A aplicação de tais métodos propicia ao aluno entender o conteúdo dogmático das instituições jurídicas em sua interação com o contexto social e político que propiciou o surgimento de tais dogmas, permitindo-lhe comparar a plausibilidade de subsistência dos conceitos neles inferidos.

A mescla entre a visão dogmática, necessária para a determinação e fixação de premissas e pressupostos jurídicos que auxiliam na solução dos litígios e a visão crítica, com a disposição para repensar e reavaliar a subsistência desses mesmos dogmas, reflete a intenção dos idealizadores deste Curso de Direito em produzir no aluno um raciocínio lógico eficiente, que possa fornecer fundamentos eficazes para as intervenções espaço-temporais do futuro profissional de direito.

A partir do quinto até o décimo semestre, são oferecidas as disciplinas de prática jurídica, num total de sete disciplinas, totalizando 238 horas em sala de aula e complementadas com 62 horas de atividades extraclasse.

Nono e décimo semestres: eixo de formação dos novos direitos: A compreensão do ensino jurídico como algo em constante mutação é o fundamento para a inclusão das disciplinas contidas na matriz curricular, no último ano do curso. As inovações trazidas pela evolução das necessidades sociais permitiram a inclusão das discussões acerca da nova realidade jurídica em disciplinas próprias, como Direito do Consumidor, Direito Agrário, Direito Ambiental, Direito Autoral etc.

Sem conduzir à fragmentação do ensino do Direito, antes complementando a dinâmica de seu estudo, foram inseridas tais disciplinas no último ano do curso. Livre da preocupação de definir se já alcançaram ou não *status* de ramo autônomo do direito, estudar os princípios sociais e jurídicos que propiciaram o surgimento de tais “novos” direitos no nascedouro, já que todos os pressupostos para sua criação ainda vigoram, confere ao aluno uma visão contemporânea da interpretação jurídica e da aplicação racional e utilitária da teoria jurídica.

Discutir a assistência ao hipossuficiente por meio de tutela jurisdicional própria, diminuindo a extensão do hiato social imposto pelas novas necessidades é atividade que desperta o aluno para um novo Direito, permeado pela busca do justo e do equânime.

O curso oferece também, em sua composição curricular, disciplinas optativas, formativas e profissionalizantes, de livre escolha do aluno.

Isso possibilita uma especialização de cunho temático, tangida pela decisão do aluno. São oferecidas no último semestre, quando o aluno já terá obtido conhecimentos multidisciplinares referentes ao campo de trabalho no qual pretende exercer suas atividades profissionais, enriquecidos com aquelas disciplinas de outros cursos ou com atividades complementares.

O curso conta, para tanto, com cinco disciplinas opcionais, quatro delas oferecida no último semestre, respectivamente direito civil aplicado, direito penal aplicado, direito trabalhista aplicado e direito tributário aplicado, com conteúdo voltado para uma revisão e atualização das respectivas matérias, já lecionadas durante o curso.

Oferece ainda aos alunos, como disciplina opcional, a disciplina de LIBRAS, em caráter interdisciplinar com os demais cursos das Faculdades Integradas Padre Albino, permitindo maior interação do corpo discente com pessoas com deficiência auditiva.

Traduzindo a percepção da necessidade de integralização do curso com a preocupação em não segmentar o ensino jurídico em disciplinas isoladas, mas fazê-lo de forma racional e integralizante, permeando dogmática e senso crítico, adotou-se a matriz curricular coerente com seus ideais.

### **3.3. Princípio metodológico**

As práticas pedagógicas devem suscitar valores como solidariedade, ética, igualdade social, respeito às relações étnico-sociais, reconhecimento das diferenças interpessoais, liberdade política e respeito à natureza.

Ao fixar como princípio metodológico os direitos fundamentais, espinha dorsal de todas as suas atividades, o Curso de Direito da UNIFIPA se estrutura de modo a permitir aos discentes a apropriação de conhecimentos relevantes ao ser humano, conscientes de sua inserção em uma sociedade multicultural e pluriétnica, no universo do trabalho e na vida acadêmica.

Adotam-se mecanismos que possibilitam a interação social do curso com sua realidade regional. Nessa perspectiva, as atividades de ensino, pesquisa e extensão são planejadas, desenvolvidas e revistas permanentemente, pelo corpo docente, pelo Colegiado de Curso, pelo NDE, e pelas Coordenadorias, visando à integração das diversas disciplinas em torno do objetivo exposto na missão do curso.

A interdisciplinaridade se efetiva também na participação nos Projetos de Pesquisa, nos Projetos de Extensão realizados junto à comunidade, no Núcleo de Prática Jurídica (CEPRAJUR), nos estágios e nos eventos dedicados à reflexão e debate sobre os novos cenários e as mais recentes tendências do Direito.

Criam-se, assim, condições para que os discentes atuem como agentes do seu próprio conhecimento, ampliando a compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e da sociedade.

### **3.4. Processo de avaliação**

O processo de avaliação tem por objetivo a melhoria da aprendizagem, por meio da verificação da contribuição das atividades acadêmicas para a construção do conhecimento, do desenvolvimento da autonomia e do espírito crítico do discente, bem como das habilidades e competências definidas, globalmente, no Projeto Pedagógico e, especificamente, nos Planos de Ensino das diversas disciplinas. Dessa forma, a avaliação é concebida como processo contínuo e sistemático, de natureza diagnóstica e formativa, voltada a realimentar o processo de ensino-aprendizagem e a redimensioná-lo, a fim de possibilitar o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e promover as mudanças necessárias ao alcance das metas, propósitos e finalidades traçados pelo Projeto Pedagógico do Curso.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem é realizada segundo o estabelecido na subseção VII – Da Avaliação da Aprendizagem, do Regimento do Centro Universitário Padre Albino – UNIFIPA, nas Políticas de Ensino institucionais, no que estabelece a Coordenação de Ensino e Aprendizagem (CEA), bem como nas diretrizes decorrentes das avaliações realizadas pelo PROAVALIAR.

De acordo com as normas regimentais, a avaliação deve ser feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e aproveitamento nas atividades acadêmicas.

Em relação à frequência, é necessário que o discente tenha comparecido a, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas, sendo vedado o abono de faltas, a não ser em casos de doenças infectocontagiosas. Caso o discente ultrapasse esse limite, será considerado reprovado na disciplina, independentemente da média semestral obtida nas atividades acadêmicas e não terá direito a exame final.

Quanto ao aproveitamento nas atividades acadêmicas, os critérios de avaliação compreendem a análise sistemática e complexa, quantitativa e qualitativa da evolução do discente. Para tanto, as metodologias de avaliação, em consonância com o Art. 34, da Subseção VII – Da Avaliação da Aprendizagem, do Regimento, envolvem múltiplos mecanismos avaliativos e atividades frequentes, gradativas e sequenciais, como: preleções; pesquisa; exercícios; arguições; elaboração de trabalhos orais, escritos e/ou multimídia; a participação em simulação de situações práticas, individualmente e/ou em grupo; apresentação de seminários; participação em excursões, visitas técnicas, visitas culturais; provas escritas (no mínimo duas por semestre, de acordo com o calendário acadêmico); estágio; elaboração de monografia; e outras, previstas nos planos de ensino apreciados pela Coordenação de Ensino e Aprendizagem (CEA), pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e pelo Colegiado de curso.

O discente que não puder comparecer a qualquer das avaliações de aprendizagem escritas, definidas pelo calendário acadêmico, poderá, nos termos regimentais, requerer, na Secretaria Acadêmica, segunda chamada, apresentando justificativa.

A média bimestral resulta do cômputo das notas obtidas em todos os instrumentos de avaliação aplicados durante o bimestre, de acordo com os pesos definidos por cada disciplina, com atribuição de notas de 0 (zero) a 10 (dez), admitindo-se frações decimais. A média semestral (denominada MB) corresponde à média aritmética entre as médias bimestrais. É considerado aprovado na disciplina, independente de exame final, o discente que tiver obtido, na avaliação da aprendizagem, média semestral igual ou superior a 7,0 (sete). Terá direito a exame final o discente que, além de ter comparecido a, pelo menos, 75% das aulas ministradas, tenha obtido média semestral (MB) entre 3,0 e 6,9. É considerado aprovado, após o exame final, o discente que obtiver média final (MF) 5,0 (cinco), correspondendo à média aritmética entre a nota da média semestral (MB) e a nota do exame.

Será promovido ao semestre seguinte, o discente aprovado em todas as disciplinas cursadas. O discente reprovado por não ter alcançado a frequência e a média final mínimas exigidas, deverá cursar novamente a disciplina, em regime de dependência, estando sujeito, na dependência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento estabelecidos no Regimento da UNIFIPA. Admite-se a promoção com dependência de, no máximo, duas disciplinas por período letivo.

A Coordenação de Ensino e Aprendizagem (CEA) e o Pró-avaliador oferecem apoio e referenciais aos docentes para a atualização e adequação dos Planos de Ensino, das atividades didáticas e avaliativas.

De acordo com o Regimento, cabe ao docente a atribuição de notas nos diversos instrumentos de avaliação utilizados, bem como o registro da frequência dos alunos; cabe ao coordenador supervisionar a atividade docente de registro de frequência e cumprimento dos planos de ensino; e à Reitoria cabe deliberar a respeito das normas complementares para registro acadêmico das avaliações de aprendizagem.

### **3.5. Atividades de prática profissional, de estágios e complementares**

As atividades relacionadas à prática profissional e às práticas pedagógicas são elementos fundamentais do currículo e devem estar incluídas na matriz curricular. O estágio curricular, como componente de formação e da prática profissional, constitui-se num conjunto de atividades de aprendizagem cultural, social e profissional, proporcionadas aos estudantes por meio de participação em situações reais da vida e trabalho em seu meio. O estágio necessariamente deverá seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais e dispositivos legais do curso.

As atividades complementares têm por finalidade propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao currículo pleno, uma trajetória autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento jurídico e social propiciado pelo curso.

Considerado essencial para a consecução de um curso de qualidade, o programa de oferta das atividades complementares envolve a participação ativa do aluno em atividades de extensão universitária e comunitária, pesquisa, além de comparecimento e participação em congressos, seminários, cursos, palestras e todas as demais atinentes ao universo jurídico.

#### **3.5.1. Prática Profissional do Curso de Direito**

Os conteúdos teóricos assimilados em sala de aula são vivenciados nas atividades coordenadas pelo Centro de Prática Jurídica (CEPRAJUR), que é o órgão responsável pela prática jurídica do Curso de Direito, atuando ainda em parceria com as demais coordenadorias em várias atividades.

Mais do que um núcleo em que se desenvolvem atividades práticas, o CEPRAJUR aglomera funções de secretaria e de logística em relação a todas as Atividades Complementares ao currículo pleno do Curso de Direito.

Característica deste Curso de Direito é a inclusão de disciplinas práticas já no quinto semestre, antecipando o contato do aluno com a realidade profissional em que atuará. A mesma preocupação integrativa é mostrada com o Trabalho de Curso e demais atividades oferecidas.

O eixo de formação prática constante da matriz curricular do curso prevê a oferta de sete disciplinas, cada uma com 34 horas-aula de carga horária, ministradas a partir do sétimo semestre do curso. Além do conteúdo prático disponibilizado em classe, os alunos deverão entregar trabalhos em cujo conteúdo expressam e espelham a rotina forense, a serem acondicionados em pastas próprias reais ou eletrônicas, administradas pelos docentes e pela secretaria do CEPRAJUR.

O resultado da prática jurídica e estágio supervisionado desenvolvidas pelo aluno será contabilizado por meio da atribuição de horas por trabalho acadêmico efetuado, sendo necessárias, para aprovação da carga horária total, de 300 horas, sendo 238 horas em sala de aula e 62 horas em atividades extraclasse, conforme regulamento próprio.

As atividades do CEPRAJUR e das disciplinas de Prática Jurídica I a VII têm caráter fundamentalmente prático. Buscam-se, no CEPRAJUR e nas disciplinas de prática, meios de tornar o discente capacitado para as habilitações e competências da vida jurídica, tanto no reconhecimento e análise de problemas concretos, como no raciocínio estratégico e na confecção de atos e peças necessários à lida diária de advogados, juízes, promotores, delegados e demais profissões jurídicas.

Dentre tais práticas, destacam-se a redação de trabalhos acadêmicos que envolvem de maneira ampla o universo judiciário, peças da *praxis* processual, relatório de audiências, visitas a órgãos públicos, análise de processos judiciais, técnicas de negociação, mediação e arbitragem, conciliação etc.

Além disso, o desenvolvimento da prática jurídica estimula a discussão sobre as questões éticas, tanto as previstas nos estatutos profissionais, quanto as reflexões concretas sobre a futura experiência do aluno.

Está em fase de experiência um programa específico para implementação de uma plataforma digital para a confecção e acondicionamento das peças jurídicas produzidas pelo corpo discente, devendo ser finalizada brevemente, permitindo, assim uma maior aproximação entre o estagiário e seu futuro universo profissional, já que todos os tribunais já disponibilizam sítio eletrônicos para interação com seus usuários.

Para viabilizar a oferta de prática jurídica de qualidade, atendendo à missão desta instituição, foram criados órgãos que interagem com o CEPRAJUR, cada qual com finalidade própria, porém atuando de forma complementar à atividade do órgão gestor. São eles:

a) Escritório de Assistência Jurídica, gratuita à população carente, desenvolvido em parceria com a Paróquia Imaculada Conceição e PROCON. Atua numa região carente da cidade, com universo de aproximadamente 30 mil pessoas. A prática jurídica do curso é desenvolvida para privilegiar a conciliação e a harmonia entre os assistidos, atuando de forma a prevenir litígios. De tal sorte que somente em casos com relevância social é efetivada a via judicial.

Os estagiários atendem diretamente ao assistido e mediante orientação do advogado de plantão, buscam a melhor orientação jurídica. Persistindo a necessidade de intervenção judicial, o assistido é encaminhado para a assistência judiciária gratuita coordenada pela OAB, subseção de Catanduva.

A atividade representa a prática jurídica real oferecida pela IES e permite uma maior interação entre a teoria e a prática. Vivenciando o cotidiano, suas carências, despreparo e, por vezes, o desestímulo vivencial das pessoas assistidas, o aluno desenvolve uma cognição empírica de alta densidade sociológica, preparando-o para o embate da futura profissão jurídica.

b) CEJUSC. O curso abriga um CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, uma nova mentalidade de Justiça, que proporciona às pessoas envolvidas em pendências de natureza judicial, a possibilidade de solução do conflito pela mediação e conciliação e não mais pelo litígio, como tem acontecido e que tantos dissabores ocasionam às pessoas envolvidas, sobretudo no que diz respeito à demora da sentença.

No ano de 2013, ano de sua implantação, o CEJUSC de Catanduva foi um dos mais atuantes do Estado de São Paulo, obtendo o primeiro lugar em número de atendimentos. Segundo notícia colhida no sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, o CEJUSC Catanduva “se consolidou como uma alternativa rápida, eficaz e satisfatória para solucionar os conflitos na região. Durante os primeiros 100 dias de atuação, foram realizadas 142 sessões, com 129 acordos firmados, ou seja, 91% de audiências frutíferas.” (<http://www.tjsp.jus.br/Institucional/Canais/Comunicacao/Noticias/Noticia.aspx?Id=21533>).

c) Pasta de Estágio. A partir do quinto semestre, os alunos confeccionam trabalhos acadêmicos orientados pelos professores, arquivados na secretaria do CEPRAJUR ou em meio eletrônico.

Dos conteúdos ministrados em aula são formuladas proposições com casos fictícios, mas coerentes com a realidade jurídica contemporânea, que serão solucionados estrategicamente pelo aluno. Cada aluno confecciona a peça processual pertinente proposta, nos mesmos moldes do exame da OAB e demais concursos jurídicos, atividade que personifica a prática simulada.

Na referida pasta são acondicionados os resultados das atividades práticas incentivadas, tais como comparecimento à audiências (35 audiências presenciais), relatório de autos-findos, visitas a órgãos, relatórios das demais atividades relacionadas ao ambiente judiciário, representando, assim a prática real oferecida pelo CEPRAJUR. A cada atividade são atribuídos um número específico de horas, a critério de cada professor orientador, para complementação das 300 necessárias.

d) Laboratório Jurídico: Atendendo à expectativa de oferta de ensino de qualidade, o Laboratório Jurídico desta IES funciona diariamente. Mesclam-se aqui atividade real e simulada.

e) Cartório Modelo: O CEPRAJUR possui um Cartório Modelo, com cópias de processos (autos findos) que ficam à disposição dos alunos do Curso de Direito para manuseio, conhecimento e aprimoramento da prática jurídica. Os alunos preenchem relatórios específicos de cada processo analisado, aos quais são atribuídas horas-atividades, contabilizadas para o cumprimento integral da carga horária do curso.

f) Laboratório de Estudo de Casos: Com base na realidade atual, são elaborados e discutidos casos específicos, em cujo objeto deverá atuar o aluno, recebendo horas aulas pela intervenção.

g) Salão de Audiências: O salão de audiências serve de ambiente de aprendizado para a realização de várias atividades, inclusive para aulas de prática jurídica, por meio das quais são simulados casos concretos e ensinadas formas de abordagem pelos professores, para serem desenvolvidas pelo corpo discente. O Salão de audiências é utilizado também para algumas atividades complementares e principalmente para a defesa das monografias do Trabalho de Curso.

Para a cerimônia de defesa da monografia, aberta ao público e comunidade, todos os componentes da banca e o aluno concluinte vestem toga com a indumentária própria e solene do curso de direito, proporcionando uma mostra interessante sobre o universo jurídico.

h) Oficina de Análise de Acórdãos: A prática simulada prevê cursos periódicos cujo objetivo é incrementar a prática de análise criteriosa dos conteúdos de acórdãos proferidos pelos principais tribunais do país, ensejando a discussão acerca do universo judiciário e análise de comportamentos sociais;

i) Clínica de Mediação, Conciliação e Arbitragem: Pela oferta de cursos periódicos, professores do curso estimulam a oratória dos alunos, mediante planejamento e discussão de casos simulados, em que alunos representarão os papéis previamente definidos e compõe normalmente uma lide. O objetivo principal é estimular a adoção de métodos extrajudiciais de solução de conflitos, notadamente a conciliação, mediação e arbitragem.

### 3.5.2. Atividades complementares

As atividades complementares têm por finalidade propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao currículo pleno, uma trajetória autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permita enriquecer o conhecimento jurídico propiciado pelo curso.

Considerado essencial para a consecução de um curso de qualidade, o programa de oferta das atividades complementares envolve a participação ativa do aluno em eventos de extensão universitária e comunitária, pesquisa, além de comparecimento e participação em congressos, seminários, cursos, palestras e todas as demais pertinentes ao universo jurídico.

Serão oferecidas internamente, dentro de programação específica anual, com as coordenadorias atuando conjuntamente. Em caráter externo, reserva-se à coordenadoria do curso o direito avaliar a qualidade daquelas atividades oferecidas por outros órgãos e entidades, para fins de atribuição das horas-aula respectivas.

### 3.5.3. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado desenvolve-se em caráter externo. Tendo em vista o curso se desenvolver em período noturno não há obrigatoriedade de estágio externo, embora conte com atribuição de horas para cada atividade desenvolvida pelos estagiários que o realizarem, até o total de 100 horas.

O apoio à prática jurídica, oferecida em caráter interno, é oferecida por meio de sete disciplinas curriculares, constituindo-se de atividades orientadas pelos professores de prática jurídica, que são condicionadas na chamada “Pasta de Estágio”, fiscalizada e supervisionada pela coordenação do CEPRAJUR.

O estágio curricular supervisionado é cumprido por meio de prestação efetiva de estágio em órgãos públicos, departamentos jurídicos de empresas e escritórios de advocacia, esses últimos devidamente credenciados pela OAB para oferecer estágio.

São também consideradas atividades de estágio supervisionado, visitas a cartórios judiciais e órgãos públicos extrajudiciais, relatórios de audiências, pareceres jurídicos, processos simulados e análises de processos, aos quais são conferidos conceitos pelo professor-orientador de prática jurídica, pelo coordenador do estágio ou pelo coordenador do CEPRAJUR.

Os objetivos do estágio externo constituem-se em permitir ao aluno o exercício da prática em escritórios e empresas conveniadas, bem como em outras instituições, em seus departamentos jurídicos, com a função de acrescentar ao discente experiência no campo profissional.

Cada convênio firmado está estruturado de forma a permitir ampla fiscalização pelo coordenador de estágios do curso, que terá poder de veto e de extinção daqueles que não tiverem cumprindo as metas e objetivos fixados pelo presente Projeto Pedagógico e demais normas regimentares.

Vislumbra-se com a implementação do Estágio Curricular Supervisionado, que é oferecido concomitantemente com as demais Atividades Complementares do curso, uma atuação conjunta com os demais órgãos da instituição, notadamente com o escritório jurídico do CEPRAJUR e CEJUSC, com vistas a propiciar ao corpo discente o mais variado conjunto de atividades práticas.

Para tanto, foi elaborado o regulamento de maneira a adotar limite de conceitos específicos para cada atividade, o que impede a participação do aluno em um único programa de estágio.

### 3.5.4. Trabalho de Curso

O Trabalho de Curso é exigência contida na Resolução n. 09, de 29 de setembro de 2004, que o adota como obrigatório para a obtenção do grau de bacharelado. Pelas suas especificidades, a monografia é a mais indicada forma de comprovação de aprendizado pelo aluno de Direito e foi adotada como Trabalho de Curso.

O Trabalho de Curso consiste na elaboração e defesa perante banca, de uma monografia jurídica pelo aluno matriculado nos quatro últimos semestres do Curso de Direito, cujo conteúdo deverá demonstrar capacidade do discente em desenvolver um tema jurídico específico; elaborar um trabalho científico com nível de profundidade que permita a análise criteriosa do assunto escolhido; com estrutura definida por regulamento próprio e conseqüente defesa perante banca examinadora.

A atividade pressupõe a apreensão de conteúdo teórico nos três primeiros anos e é desenvolvida pelos alunos nos dois últimos anos do curso, sob orientação de um professor-orientador, especialista da área do tema objeto da monografia, conforme cronograma adotado por regulamento próprio pelo colegiado do curso, cuja íntegra encontra-se anexada ao presente projeto pedagógico.

Complementando as diretrizes propiciadas pela coordenação pedagógica, o Trabalho de Curso foi estruturado de forma a estimular os alunos a desenvolverem monografia jurídica com temas que envolvam interesses jurídicos específicos da região de Catanduva, e desenvolve-se vinculado ao Centro de Prática Jurídica, mas elaborado de forma integrada à pesquisa e à extensão universitárias.

## UNIFIPA 2019 – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

Como característica do Trabalho de Curso, é necessário destacar que o aluno desenvolve pesquisa em três fases distintas, mas complementares, sendo que até o último dia útil do mês de junho do ano em que estiver matriculado no sétimo semestre, o orientando protocolará o projeto de pesquisa e até o último dia útil do mês de junho do ano em que estiver matriculado no nono semestre, o aluno deverá entregar a versão definitiva da monografia para apreciação em banca examinadora, podendo tais prazos serem alterados pela coordenação do TC.

Os professores-orientadores necessitam ter titulação mínima de mestre ou matrícula em curso regular de mestrado estrito senso e a banca examinadora será composta por três examinadores. Há um coordenador para gerir as atividades atinentes ao Trabalho de Curso. O regulamento específico do TC consta dos anexos.

### 3.6. Matriz curricular

MATRIZ CURRICULAR – CURSO DE DIREITO		
Publicada no DOU de 23.12.2005		
DISCIPLINA	CH Semanal	CH Total
<b>1º ANO – 1º Semestre</b>		
Introdução ao Estudo do Direito I	4	68
Teoria Geral do Estado	4	68
Economia I	2	34
Direito Romano	2	34
Direito Civil I - Teoria Geral do Direito Civil	3	51
História do Direito	4	68
Português Jurídico I	3	51
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>374</b>
<b>1º Ano – 2º Semestre</b>		
Introdução ao Estudo do Direito II - Teoria Geral do Direito	4	68
Ciência Política	2	34
Economia II	2	34
Sociologia Geral	2	34
Direito Civil II - Teoria Geral dos Negócios Jurídicos	3	51
Direito Constitucional I	4	68
Filosofia Geral	2	34
Português II/Metodologia da Pesq. Científica	3	51
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>374</b>
<b>2º Ano – 3º Semestre</b>		
Direito Civil III – Teoria Geral das Obrigações	4	68
Direito Comercial I – Teoria Geral do Direito Comercial	4	68
Direito Penal – Parte Geral I	4	68
Direito Constitucional II	4	68
Sociologia Jurídica	4	68
Direitos Humanos I	2	34
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>374</b>
<b>2º Ano – 4º Semestre</b>		
Direito Civil IV – Obrigações e Contratos	4	68
Direito Comercial II – Sociedades Comerciais	4	68
Direito Penal – Parte Geral II	4	68
Direito Administrativo I	4	68
Teoria Geral do Processo	4	68
Direitos Humanos II	2	34
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>374</b>
<b>3º Ano – 5º Semestre</b>		
Direito Civil V – Contratos e Responsabilidade Civil	4	68
Direito Comercial III – Títulos de Crédito	4	68
Direito Penal – Parte Especial I	4	68
Direito Processual Civil I	4	68

**UNIFIPA 2019 – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO**

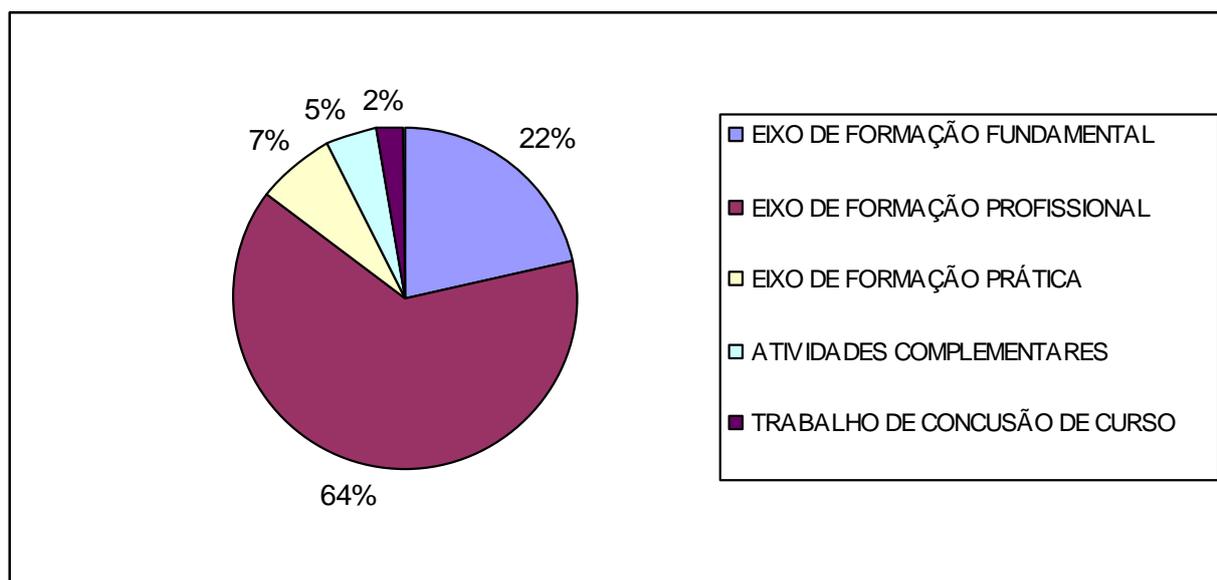
Direito Administrativo II	4	68
Prática Jurídica I – Prática do Processo Civil	2	34
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>374</b>
<b>3º Ano – 6º Semestre</b>		
Direito Civil VI – Direitos Reais	4	68
Direito Comercial IV – Contratos Mercantis	4	68
Direito Penal – Parte Especial II	4	68
Direito Processual Civil II	4	68
Direito Processual Penal I	2	34
Direito do Trabalho I	2	34
Prática Jurídica II – Prática do Processo Civil	2	34
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>374</b>
<b>4º Ano – 7º Semestre</b>		
Direito Civil VII – Direito de Família	4	68
Direito Processual Civil III	4	68
Direito Processual Penal II	4	68
Direito do Trabalho II	4	68
Direito Internacional Público	2	34
Relações Internacionais	2	34
Prática Jurídica III – Prática do Processo Penal	2	34
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>374</b>
<b>4º Ano – 8º Semestre</b>		
Direito Civil VIII – Direito das Sucessões	4	68
Direito Processual Civil IV	2	34
Direito Processual Penal III	2	34
Direito do Trabalho III – Processo do Trabalho	4	68
Direito Internacional Privado	2	34
Direito Tributário I	4	68
Prática Jurídica IV – Prática do Processo Penal	2	34
Prática Jurídica V – Prática do Processo Civil	2	34
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>374</b>
<b>5º Ano – 9º Semestre</b>		
Filosofia do Direito I	2	34
Direito Tributário II	4	68
Legislação Penal Especial	2	34
Direito Falimentar	2	34
Direito da Seguridade Social	4	68
Direito Agrário	2	34
Direito Econômico	2	34
Prática Jurídica VI – Prática do Processo Trabalhista	2	34
Medicina Forense I	2	34
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>374</b>
<b>5º Ano – 10º Semestre</b>		
Filosofia do Direito II	2	34
Direito da Criança e do Adolescente	2	34
Direito do Consumidor	4	68
Direito Ambiental	2	34
Direito Financeiro	2	34
Direito Autoral	2	34
Ética Profissional	2	34
Prática Jurídica VII – Prática do Processo Tributário e Constitucional	2	34
Medicina Forense II/Psicologia Jurídica	2	34
Disciplina Optativa <sup>(1)</sup>	2	34
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>374</b>

Carga horária das disciplinas dos 10 semestres		3740
Estágio curricular complementar <sup>(2)</sup>		62
Atividades complementares		200
Trabalho de Curso		100
<b>Total da Carga Horária do Curso</b>		<b>4102</b>
Disciplina Eletiva: LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) <sup>(3)</sup>		<b>34</b>
<i>(1) Disciplinas Optativas com 34 h cada (O aluno escolherá obrigatoriamente uma para cursar no 10º Semestre): Direito Civil Aplicado; Direito Penal Aplicado; Direito Trabalhista Aplicado; Direito Tributário Aplicado</i>		
<i>(2) Estágio Curricular: distribuído em sete disciplinas de Práticas Jurídicas (I a VII) ao longo do curso (238h), mais Estágio Curricular Complementar (62h), totalizando 300 h.</i>		
<i>(3) Disciplina eletiva oferecida a partir de 2010 em todos os cursos de Bacharelado da IES: Administração, Direito, Enfermagem, Medicina, e, a partir de 2011, aos recém-aprovados de Educação Física e Biomedicina.</i>		

Observação: Para a compensação da diferença de 10 minutos apurada entre a hora aula de 60 minutos e a hora aula praticada, de 50 minutos, ampliou-se em número de dias o ano letivo.

### 3.7. Representação Gráfica do perfil de formação da Matriz Curricular

O gráfico abaixo representa a carga horária total do curso, incluindo os Eixos de Formação, as Atividades Complementares (200 horas), Estágio Supervisionado (62 horas) e o Trabalho de Curso (100 horas).



ÁREAS	Carga Horária
Eixo de Formação Fundamental	884
Eixo de Formação Profissional	2618
Eixo de Formação Prática	300
Atividades Complementares	200
Trabalho de Curso	100
<b>Carga horária total do curso</b>	<b>4102</b>

## MATRIZ CURRICULAR POR EIXOS DE FORMAÇÃO

<b>EIXO DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL</b>	<b>Carga Horária</b>
Introdução ao Estudo do Direito I	68
Teoria Geral do Estado	68
Economia	34
Direito Romano	34
História do Direito	68
Português Jurídico I.	51
Introdução ao Estudo do Direito II – Teoria Geral do Direito	68
Ciência Política	34
Economia II	34
Sociologia Geral	34
Filosofia Geral	34
Português II e Metodologia da Pesquisa Científica	51
Direitos Humanos I	34
Sociologia Jurídica	68
Direitos Humanos II	34
Relações Internacionais	34
Filosofia do Direito I	34
Filosofia do Direito II	34
Ética Profissional	34
Medicina Forense – Psicologia Jurídica	34
Total	<b>884</b>

<b>EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>Carga Horária</b>
Direito Civil I - Teoria Geral do Direito Civil	51
Direito Civil II – Teoria Geral dos Negócios Jurídicos	51
Direito Constitucional I	68
Direito Civil III – Teoria Geral das Obrigações	68
Direito Comercial I – Teoria Geral do Direito Comercial	68
Direito Penal – Parte Geral I	68
Direito Constitucional II	68
Direito Civil IV – Obrigações e Contratos	68
Direito Comercial II – Sociedades Comerciais	68
Direito Administrativo I	68
Direito Penal – Parte Geral II	68
Teoria Geral do Processo	68
Direito Civil V – Contratos e Responsabilidade Civil	68
Direito Comercial III - Títulos de Crédito	68
Direito Penal – Parte Especial I	68
Direito Processual Civil I	68
Direito Administrativo II	68
Direito Civil VI – Direitos Reais	68
Direito Penal – Parte Especial II	68
Direito Comercial IV – Contratos Mercantis	68
Direito Processual Civil II	68
Direito Processual Penal I	34
Direito do Trabalho I	34
Direito Civil VII – Direito de Família	68
Direito Processual Civil III	68

**UNIFIPA 2019 – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO**

Direito Processual Penal II	68
Direito do Trabalho II	68
Direito Internacional Público	34
Direito Civil VIII – Direito das Sucessões	68
Direito Processual Civil IV	34
Direito Processual Penal III	34
Direito do Trabalho III – Processo do Trabalho	68
Direito Internacional Privado	34
Direito Tributário I	68
Direito Tributário II	68
Legislação Penal Especial	34
Direito Falimentar	34
Direito da Seguridade Social	68
Direito Agrário	34
Direito Econômico	34
Medicina Forense I	34
Direito da Criança e do Adolescente (34h/a);	34
Direito do Consumidor	68
Direito Ambiental	34
Direito Financeiro	34
Direito Autoral	34
DISCIPLINA OPTATIVA - escolha obrigatória de uma entre: Direito Penal Aplicado; Direito Tributário Aplicado; Direito Civil Aplicado; Direito Trabalhista Aplicado.	34
<b>Total</b>	<b>2618</b>

<b>EIXO DE FORMAÇÃO PRÁTICA</b>	<b>Carga Horária</b>
Prática Jurídica I – Processo Civil	34
Prática Jurídica II – Processo Civil	34
Prática Jurídica III - Processo Penal	34
Prática Jurídica IV –Processo Penal	34
Prática Jurídica V – Processo Civil	34
Prática Jurídica VI - Processo Trabalhista	34
Prática Jurídica VII – Processo Tributário e Constitucional	34
<b>Total</b>	<b>238</b>

<b>ATIVIDADES EXTRA-CURRICULARES</b>	<b>Carga Horária</b>
Atividades Complementares - Extensão e Pesquisa	200
Estágio Supervisionado	62
Trabalho de Curso	100
<b>Total</b>	<b>362</b>

**Atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais**

- **Libras** (Língua Brasileira de Sinais): disciplina eletiva, com 34 horas, oferecida no decorrer do curso.

- **Educação Étnico-racial** - História e Cultura Afro-Brasileira: inserida no conteúdo programático das disciplinas de História do Direito, Direitos Humanos, Sociologia, Direito Constitucional, Direito Penal I, Relações Internacionais, Direito Internacional e Filosofia do Direito, em cumprimento à Resolução CP/CNE nº 01 de 17/06/2004.

- **Educação Ambiental:** inserida no conteúdo programático das disciplinas de Sociologia, Direitos Humanos, Direito Constitucional, Relações Interacionais, Direito Internacional, Direito Ambiental e Direito Agrário, em cumprimento à Resolução CP/CNE nº 2 de 15/06/2012.

- **Educação em Direitos Humanos:** inserida no conteúdo programático das disciplinas de Sociologia, Direitos Humanos, Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito da Criança e do Adolescente e Filosofia do Direito, em cumprimento à Resolução CP/CNE nº 1 de 30/05/2012.

- **Atividades Complementares** – 200 horas de Atividades de Extensão e Pesquisa

As referências acima são exemplificativas, uma vez que as diretrizes curriculares são observadas na distribuição de conteúdos ao longo das disciplinas e também nas atividades, práticas e projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pelo curso nos termos deste PPC. O princípio metodológico serve de referência para a construção e execução de todo o componente curricular de forma flexível, planejada e de modo a incorporar inovações e novos saberes.

### **3.8. Oportunidades diferenciadas de integração dos cursos**

Os cursos devem ser estruturados de tal forma que permitam preferencialmente itinerários formativos, objetivando o aproveitamento contínuo e articulado. O desenho curricular deve permitir o aproveitamento de estudos e experiências anteriores.

Por meio de sua coordenação de extensão, o curso promove seminários, palestras e simpósios sobre temas pertinentes e relevantes, além de estimular os docentes e discentes a participarem de encontros, congressos e outros eventos promovidos por outras instituições, com vistas ao aprimoramento oriundo da troca de experiências profícuas. Os resultados das atividades de extensão são aprimorados e aplicados nas entidades assistenciais, e especificamente com o corpo discente do Colégio de Aplicação de Catanduva.

A oferta da disciplina de Libras permite maior interdisciplinaridade, pois oferecida a todos os alunos do Centro Universitário Padre Albino, integrando, portanto, em um mesmo ambiente de aula, alunos dos outros cursos mantidos pela UNIFIPA.

A atuação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Cultural (NAP) é outra oportunidade de integralização dos cursos mantidos pela IES, já que oferece cursos de conteúdo interdisciplinar, com o foco na vida cotidiana do estudante, inclusive no ambiente econômico e jurídico.

### **3.9. Avanços tecnológicos**

A UNIFIPA fomenta, dentro de seus projetos pedagógicos, a pesquisa e a inovação em tecnologias educacionais, por meio de aplicações de tecnologias da informação e comunicação (TI) aos processos didático-pedagógicos, propiciando uma educação voltada para o progresso científico e tecnológico das áreas de conhecimento de abrangência de seus cursos e maximizando os recursos pedagógicos da plataforma LYCEUM. Todas as salas de aulas são dotadas de equipamentos que permitem interação com o universo digital, o que permite uma flexibilização dos conteúdos em sua integração com a realidade, mostrada no ambiente virtual.

Os alunos são estimulados, a realizar pesquisa nos vários ambientes virtuais, notadamente de conteúdo jurídico, com acesso ao conteúdo virtual dos tribunais superiores, o que os aproxima de forma profícuas da futura atividade judicante.

A UNIFIPA disponibiliza um ambiente virtual de aprendizado, por plataformas digitais pelas quais é possível a oferta de disciplinas online por todos os cursos da IES, possibilitando a complementação dos conteúdos oferecidos em sala de aula.

O CEPRAJUR oferece laboratório de informática e plataforma digital específica para protocolo das petições componentes da prática jurídica do curso, aproximando ainda mais seus alunos do universo profissional em que irão atuar.

## **4 – CORPO DOCENTE**

---

### **4.1. Requisitos de titulação**

O Plano de Carreira da UNIFIPA foi implantado em agosto de 2008, a partir do seu registro no Ministério do Trabalho e contempla a entrada e evolução do docente na IES.

Os requisitos de titulação dos professores variam da especialização ao doutorado, conforme seu enquadramento no **Plano de Carreira Docente** da UNIFIPA, não se admitindo docente com título apenas de graduação. Na admissão, o docente é classificado de acordo com sua titulação em um dos três níveis: I-Doutor; II-Mestre e III-Especialista, e sua evolução funcional se dá ao longo do tempo de serviço e de produção científica.

**4.2. Formação, titulação, jornada e experiência profissional não acadêmica**

O corpo docente compõe-se de professores capacitados, com titulação adequada aos critérios estabelecidos pelo MEC, na forma da representação gráfica abaixo.

CORPO DOCENTE PARA 2019		
NOME	TITULAÇÃO	REGIME
Alexandre Berto	Mestre	Parcial
Ana Paula Jorge	Mestra	Parcial
Ana Paula Polacchini de Oliveira	Doutora	Integral
Beatriz Trigo	Mestra	Parcial
Donizett Pereira	Mestre	Parcial
Franco Côssu Jr.	Doutor	Parcial
Gustavo Casagrande Canheu	Mestre	Parcial
Ivana Mussi Gabriel	Mestra	Parcial
José Celso Assef	Mestre	Integral
Kleber Henrique Saconato Afonso	Mestre	Parcial
Luis Antonio Rossi	Doutor	Integral
Luis Roberto Rissi	Especialista	Parcial
Márcia Maria Menin	Mestra	Integral
Marcos Oliveira de Melo	Mestre	Parcial
Maria Sílvia Azarite Salomão	Doutora	Integral
Maria Tereza de França Roland	Doutora	Parcial
Sílvia Ibiraci Souza Leite	Doutora	Parcial
Vitor Hugo Nazário Stuchi	Doutor	Parcial
Willian Delfino	Mestre	Parcial

EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÊMICA		
	Experiência profissional	Tempo de exercício na IES
Alexandre Berto	20 anos	13 anos
Ana Paula Jorge	15 anos	08 anos
Ana Paula Polacchini de Oliveira	20 anos	09 anos
Beatriz Trigo	18 anos	10 anos
Donizett Pereira	40 anos	16 anos
Franco Cossu Junior	17 anos	05 anos
Gustavo Casagrande Canheu	18 anos	02 anos
Ivana Mussi Gabriel	7 anos	08 anos
José Celso Assef	42 anos	43 anos
Kleber Henrique Saconato Afonso	20 anos	09 anos
Luis Antonio Rossi	20 anos	16 anos
Luis Roberto Rissi	27 anos	09 anos
Márcia Maria Menin	18 anos	09 anos
Marcos Oliveira de Melo	25 anos	06 anos
Maria Sílvia Azarite Salomão	28 anos	12 anos
Maria Tereza de França Roland	32 anos	09 anos
Sílvia Ibiraci Souza Leite	20 anos	18 anos
Vitor Hugo Nazário Stuchi	12 anos	1 ano
Willian Delfino	13 anos	9 anos

### 4.3. Critérios de seleção, de contratação e de substituição eventual de professores

A contratação de professor é feita pela Fundação Padre Albino mediante a aprovação no processo seletivo aplicado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), conforme descrito no PCD. Para todos os efeitos, a contratação se efetiva no Centro Universitário, após homologação do CONSUNI. Cabe à Reitoria encaminhar à Diretoria Executiva da Fundação Padre Albino, proposta de contratação e demissão de pessoal docente e técnico-administrativo e demais cargos constantes dos Planos de Carreira (Docente e Técnico-Administrativo).

A idoneidade profissional, a capacidade didática, a integridade moral e a boa conduta pública e privada são condições fundamentais para o ingresso e permanência no magistério superior da Faculdade.

São requisitos mínimos para ingresso nas categorias docentes:

- Professor Doutor: ser portador de Diploma de Doutor ou ata de defesa da Tese, conferido por cursos reconhecidos ou credenciados pelo órgão governamental competente, na área em que irá atuar;
- Professor Mestre: ser portador do Diploma de Mestre ou ata de defesa da Dissertação, conferido por cursos reconhecidos ou credenciados pelo órgão governamental competente, na área em que irá atuar;
- Professor Especialista: ser portador de Certificado de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, conferido por cursos elaborados na legislação pertinente, na área em que irá atuar.

Para a atribuição de aulas novas ou em substituição, nos cursos de graduação, o Coordenador do Curso formulará à Direção Geral “Proposta de substituição, contratação e ou alteração da carga horária”, fundamentando as justificativas e prestando outras informações. A proposta será apresentada através de formulário eletrônico adequado para esse fim.

As aulas serão divulgadas internamente pelo Coordenador do Curso aos docentes da UNIFIPA com habilitação na área de conhecimento. Em caso de mais de um docente interessado, cabe ao Coordenador do Curso a escolha.

Permanecendo a necessidade de contratação, serão selecionados professores dentro da qualificação exigida, através de processo externo, regulamentado por edital e seguindo as orientações abaixo. Funcionários da Fundação Padre Albino, com habilitação para a docência, poderão concorrer no processo de seleção externa em igualdade de condições com os demais candidatos. Em caso de empate, dar-se-á preferência ao candidato funcionário da Fundação Padre Albino, sem prejuízo da prerrogativa prevista no art. 8º desta Resolução.

A autorização para abertura de vagas para o processo seletivo de candidatos à docência da graduação será de responsabilidade da Direção Geral, ouvido o Coordenador do Curso, devendo nele constar:

- a) Identificação do curso, da disciplina, módulo ou área de ensino, número de vagas, carga horária, a titulação exigida de acordo com os níveis do Plano de Cargos e Salários de Docentes da UNIFIPA, o período de inscrições, o local de inscrição e outras informações pertinentes;
- b) Exigência de apresentação do currículo Lattes com comprovação documental, especialmente da titularidade;
- c) Exigência de entrevista e de prova didática, estabelecendo calendário, horário, programa e duração da prova didática;
- d) Critérios de seleção; e
- e) Tempo de validade do processo.

A seleção de novos docentes para a UNIFIPA cumprirá duas etapas: I - **Etapa RH da FPA**, na qual os candidatos serão submetidos aos protocolos daquele setor e os resultados encaminhados à etapa seguinte; e II - **Etapa UNIFIPA**, que consistirá de análise de currículo, entrevista e prova didática, e ficará a cargo de uma Banca Examinadora, composta por 3 (três) membros: o Coordenador do Curso, um docente do Curso da área e a Coordenadora Pedagógica da UNIFIPA.

A prova didática terá duração de quarenta a sessenta minutos e avaliará a comunicação, o desempenho didático-pedagógico e o conhecimento específico da área.

O conjunto da análise do currículo, entrevista e prova didática qualificará os melhores candidatos para a(s) vaga(s), cujo resultado será informado ao RH da FPA pela Reitoria Geral da UNIFIPA.

### 4.4. Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho

São diretrizes para o desenvolvimento de pessoal docente: aprimoramento do processo de trabalho; integração entre ambientes organizacionais e as diferentes áreas de conhecimento; qualificação docente em nível de pós-graduação “stricto sensu”; e aumento do percentual de docentes em regime de trabalho integral.

As políticas de qualificação docente já estão identificadas em regulamento próprio.

## 5 – CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

### 5.1- Quadro do Corpo Técnico-Administrativo do Câmpus São Francisco

TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	Campus I		
Cargo/Função	Setor	Nome	Nível de Formação
Ondina Teresa Bataglia Barreira	Secretaria	Coordenadora Administrativa III - Nível VI	Superior

Débora Bernadete de Barros	Secretaria	Analista Administrativa III - Nível V	Superior
Heloisa Helena Figueiredo Ferreira	Secretaria	Analista Administrativa III - Nível VI	Superior
Márcia Aparecida Mota Zironi	Secretaria	Analista Administrativa III - Nível V	Superior
Silvana Maria Pimentel Sant'Ana	Secretaria	Auxiliar Administrativo III - Nível VI	Superior
Rosana Leopoldina da Costa Fernandes	Secretaria	Auxiliar Administrativo III - Nível V	Médio
Ivalnilda Cristina Zancheta	Secretaria	Auxiliar Administrativo I - Nível III	Médio
Sônia Aparecida da Graça Vitória	Secretaria	Auxiliar Administrativo I - Nível I	Superior
Lucas Trassi Adami	Tesouraria	Auxiliar Administrativo I - Nível I	Superior
Márcia Sueli Manbujani	Biblioteca	Analista Técnica III – Nível VI	Superior
Lisangela C da Costa Meneguette	Biblioteca	Auxiliar Administrativo I – Nível I	Superior
Edenize Aparecida Aleo (Afastada)	Biblioteca	Auxiliar Administrativo III – Nível V	Superior
Thaise Cristina Condeleche	Biblioteca	Auxiliar Administrativo I – Nível I	Médio
Sinome de Lima Zapata	CEPRAJUR	Auxiliar Administrativo III – Nível VI	Superior
Mônica Colombo	CEPRAJUR	Auxiliar Administrativo	Superior
Lucas Alves Marins	Lab. Informática	Auxiliar Técnico I – Nível I	Superior
Maria Stela Esteves	Corredor	Assistente Técnico I - Nível I	Médio
Carlos Roberto Ethevaldo		Auxiliar de Manutenção III - Nível III	Fundamental
Adriana da Silva de Oliveita dos Santos		Auxiliar de Limpeza e Serviços Gerais I - Nível I	Médio
Andreina K. Soares de Oliveira		Auxiliar de Limpeza e Serviços Gerais I - Nível I	Fundamental
Maria Lucilia da Costa Oliveira		Auxiliar de limpeza e serviços gerais I – Nível I	Fundamental
Eliena Jesus de Souza Lima		Auxiliar de limpeza e serviços gerais I – Nível I	Fundamental
Vera Lucia de Oliveira	(Licença)	Faxineira	Fundamental

## 5.2. Critérios de seleção e contratação

O ingresso na carreira de técnico-administrativo da UNIFIPA ocorre por meio de seleção do Departamento de Recursos Humanos da Fundação Padre Albino, de acordo com as necessidades e perfil profissional.

## 5.3. Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho

São diretrizes para desenvolvimento do pessoal técnico-administrativo:

- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Valorização e formação continuada de pessoal técnico-administrativo, visando a melhoria da qualidade de prestação de serviços, do desenvolvimento das potencialidades dos servidores, de sua realização profissional e como cidadão;
- Plano de Carreira em fase de finalização e implantação;
- Regime de Trabalho dos funcionários pela CLT;
- Programa de treinamento por função administrativa pelo Departamento de RH; e
- Integração entre ambientes organizacionais e as diferentes áreas de conhecimento.

## 6. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O curso é mantido pela Fundação Padre Albino, que é uma instituição particular que iniciou suas atividades em 26 de junho de 1926, portanto há 96 anos, sucedendo a extinta Associação Beneficente de Catanduva e tendo como fundador o Monsenhor Albino, que dirigiu a instituição durante longos anos, conquistando apoio e reconhecimento da comunidade local e regional, pelos relevantes serviços sociais prestados, notadamente nas áreas da saúde e da educação.

Atualmente a Fundação Padre Albino mantém, na área da educação, os cursos de Direito, Administração, Medicina, Educação Física, Enfermagem, Biomedicina, Pedagogia, Agronomia, mantidos por meio do Centro Universitário Padre Albino, além do Colégio de Aplicação de Catanduva, que oferece curso infantil, fundamental e médio e técnico.

Na área da saúde e da promoção social, a Fundação Padre Albino conta com o Hospital Escola “Padre Albino”, com 252 leitos, dos quais 198 são direcionados ao ensino e ao SUS – Sistema Único de Saúde; Hospital “Emílio Carlos”, com 159 leitos totalmente dedicados ao ensino e ao SUS, e o Recanto “Monsenhor Albino”, instituição voltada para o idoso. Também fazem parte do patrimônio da Fundação a Fazenda Promissão, no município de Santa Adélia e o Museu Padre Albino.

O Curso de Direito foi criado pelo processo nº 23000-01258/97-77, teve parecer de autorização emitido pelo CNE/CES sob nº 0095/2002 e aprovado em 12/03/2002. Em 01/04/2002 esse parecer foi homologado pela Portaria Ministerial nº 926, de 27/03/2002 e publicado no DOU em 01/04/2002. O reconhecimento do Curso ocorreu através da Portaria SESu/MEC nº 525 de 14/04/2009, D.O.U. de 15/04/2009 e renovado pela Portaria nº 29, de 26/03/2012 – D.O.U de 28/03/2012.

O teor da sua autorização para funcionamento na Faculdade de Administração de Empresas de Catanduva, exposto por meio de parecer da Câmara de Educação Superior, determinou à Mantenedora que providenciasse a alteração da denominação da mantida, o que foi concretizado por meio de Ofício conjunto de nº 012/2002 do Conselho de Curadores e de nº 364/2002 da Diretoria Administrativa, ambos da Fundação Padre Albino, dirigido à Secretaria de Educação Superior, que resultou na alteração da sua denominação para Faculdade de Direito e Administração Catanduva.

Em 2007 foi autorizada a integração dos cursos mantidos pela Fundação Padre Albino, por meio do qual foi criada as Faculdades Integradas Padre Albino, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro em Catanduva, Estado de São Paulo e com seu estatuto inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no 2º Cartório de Notas da Comarca de Catanduva, sob n.º 18, no livro "A" - RCPJ, folhas 11 e 12, em 18 de agosto de 1988, atuando conforme autorização constante da Portaria SESU/MEC nº 301 de 11.04.2007, publicada no DOU de 12.04.2007. Com regulamento próprio, bem como congregação e coordenação unificada, a UNIFIPA promoveu a integração entre as áreas de saúde e educação, com a criação de núcleos próprios e comuns para a pesquisa, extensão e pós-graduação.

Em 2017 recebeu autorização para ser tornar Centro Universitário Padre Albino – UNIFIPA.

A UNIFIPA mantém regulamento próprio, bem como congregação e coordenação pedagógica unificada, promovendo a interação entre as áreas de saúde e educação, com a manutenção de núcleos próprios e comuns para a pesquisa, extensão e pós-graduação.

## **6.1. Estrutura organizacional com as instâncias de decisão**

A gestão acadêmico-administrativa deve ser pensada tendo por pressupostos o fortalecimento da democratização dos processos do ensino, produção e disseminação do conhecimento, garantindo o exercício da corresponsabilidade dos sujeitos no processo de decisão. Tal gestão exige a capacidade de pensar o futuro e dar respostas aos problemas, substituindo a visão fragmentada por uma visão globalizada da instituição. Nessa perspectiva, a política de gestão deve buscar a modernização administrativa nos diversos setores do Centro Universitário, visando promover maior qualidade e eficiência nos serviços, em respeito à comunidade acadêmica e ao público externo, tendo por suposto o primado da construção da cidadania.

A política de gestão acadêmico-administrativa do Centro Universitário prevê o estabelecimento de um modelo de gestão que fortaleça práticas democráticas, amplie parcerias, desenvolva a cooperação e o diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade, visando respostas mais qualificadas às novas demandas e aos desafios do nosso tempo.

Conforme descrito no PPI, são políticas de gestão acadêmico-administrativa do Centro Universitário Padre Albino:

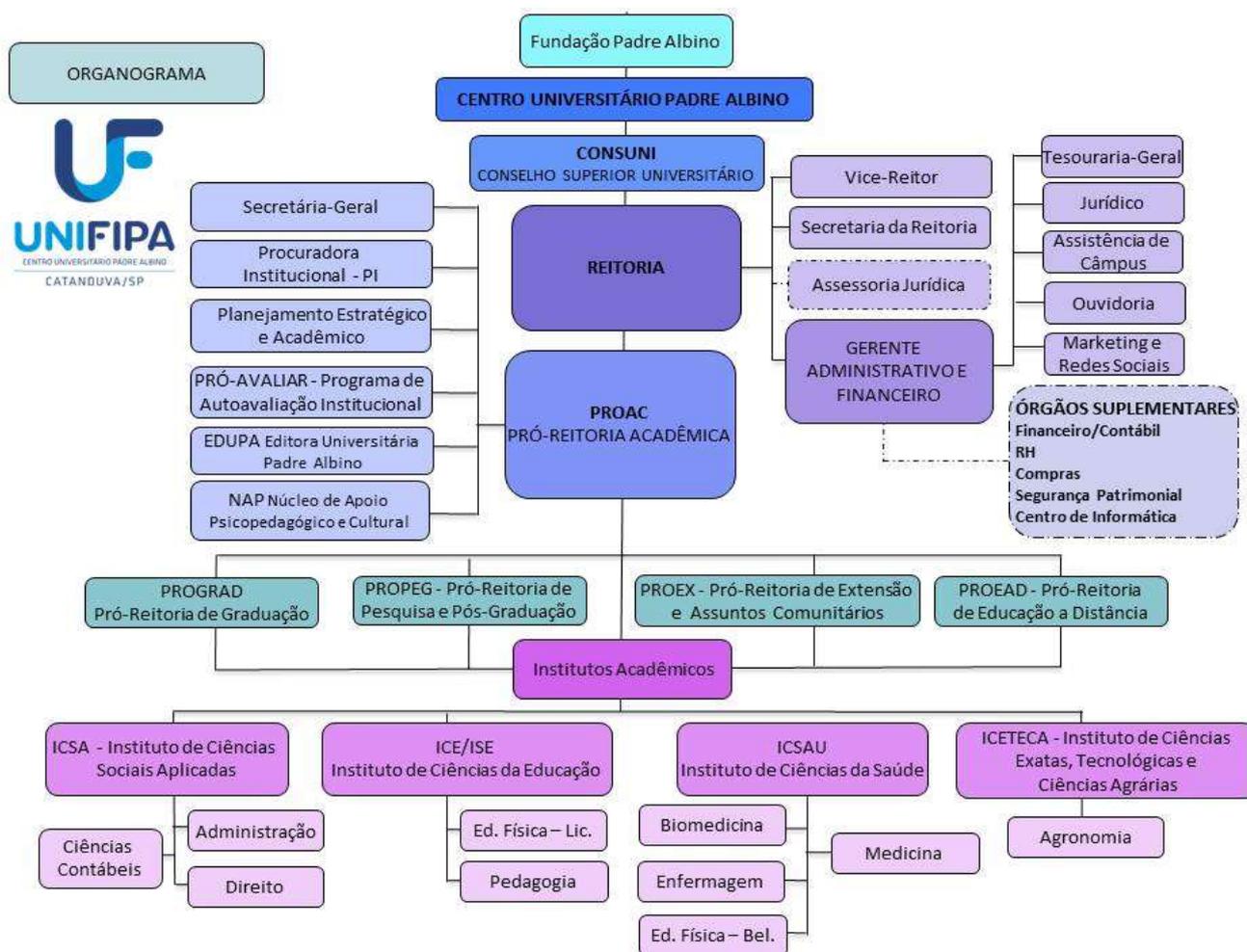
- Implementar avaliações como processo sistemático, formativo e democrático, que favoreça o exercício da cidadania e o aperfeiçoamento do desempenho institucional;
- Produzir, ágil e continuamente, informações gerenciais, de modo a possibilitar a identificação de problemas e subsidiar as alternativas de solução dos dirigentes;
- Avaliar a administração acadêmica e o planejamento global da instituição, corrigindo rumos e melhorando a qualidade da gestão;
- Promover a agilização e flexibilização administrativa e acadêmica;
- Integrar e articular os processos e as atividades de planejamento;
- Articular, em rede, todas as formas de planejamento e avaliação realizadas no Centro Universitário;
- Implantar a base de dados institucional, descentralizando informações que subsidiem o gerenciamento e a avaliação das políticas acadêmicas; e
- Estruturar setores de suporte às atividades acadêmicas.

A administração do Centro Universitário Padre Albino é exercida pelo Conselho Superior Universitário (CONSUNI), pela Reitoria, Pró-Reitoria Acadêmica (PROAC), Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG), Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX), Pró-Reitoria de Educação a Distância (PROEAD).

A administração acadêmica é também exercida pelos seguintes Institutos: Institutos de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Instituto de Ciências da Saúde (ICSAU), Instituto Superior de Educação (ISE), Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica (ICETEC); e Colegiados de Cursos.

A gestão institucional baseada no PDI é uma ação estratégica no que diz respeito a sua filosofia de trabalho, à missão que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam as políticas de ensino, pesquisa, extensão, além da gestão acadêmica, institucional e da avaliação institucional (autoavaliação e avaliação externa).

## **6.2. Organograma institucional e acadêmico**



### 6.3. Órgãos gestores: competência e composição

**Consuni** - órgão máximo de natureza deliberativa e normativa em assuntos de administração universitária, é composto pelos seguintes membros: Reitor (ou o Vice-Reitor, nos impedimentos de qualquer natureza); Pró-Reitores; de três representantes do Corpo Docente (Especialista, Mestre e Doutor); dois representantes do Corpo Discente (Graduação e Pós-graduação); de um representante da Sociedade Civil organizada; de um representante dos Membros Conselheiros da mantenedora; de um representante do Conselho de Administração da mantenedora; e de um representante da Diretoria Administrativa da mantenedora.

**Conselho de coordenadorias** – O conselho de Coordenadorias, órgão de natureza normativa, deliberativa e consultiva, tem a seu cargo as atividades didático-pedagógicas, científica e de pesquisa, é constituído pelo coordenador de cada curso da UNIFIPA e pelo Pró-reitor Acadêmico.

**Colegiado dos cursos** – Os Colegiados de Curso devem reunir-se ordinariamente duas vezes a cada semestre letivo e, extraordinariamente, quando convocados pelo Coordenador de Curso ou por metade de seus membros. As decisões discutidas nas reuniões são encaminhadas pela Coordenação para avaliação da PROAC e inseridas na pauta de Reunião do CONSUNI, podendo conforme a natureza, assumir a forma de Resoluções, Portarias ou Instruções Normativas a serem baixadas pelo Reitor. Órgãos deliberativos e responsáveis pela orientação didático-pedagógica, na esfera de sua competência, os Colegiados de Curso são integrados por: coordenador de curso, como seu presidente nato; pelos professores que ministrem aulas no curso; e um representante do corpo discente, na forma da legislação vigente. São competências dos colegiados de cursos: zelar pela adequada integração das disciplinas e pelo caráter homogêneo do currículo do Curso, elaborar programas e planos de ensino das disciplinas que lhe são afetas; ministrar o ensino básico e profissional relativos às disciplinas constantes do currículo dos cursos; responsabilizar-se pela elaboração dos projetos de pesquisa e programas de extensão dos professores e pesquisadores nele lotado, submetendo-os às Pró-reitorias respectivas para a devida aprovação; definir os critérios a serem aplicados aos alunos em regime de dependência; pronunciar-se sobre o desempenho da representação estudantil do curso e exercer demais funções que lhe sejam atribuídas pelos órgãos superiores do Centro Universitário.

**Núcleo Docente Estruturante (NDE)** - Composto por cinco docentes com título de doutor e ou mestre, presidido pelo coordenador do curso, reúne-se periodicamente para avaliação da estrutura curricular e execução dos demais componentes do PPC, atuando sistematicamente com perfil propositivo. Tem como principal função fiscalizar o cumprimento das metas e propostas contidas no Projeto Pedagógico do Curso, avaliando as atividades pedagógicas desenvolvidas, elaborando projetos para aprimoramento da matriz curricular e a melhor forma de compatibilizar os resultados das avaliações interna (Pró-avaliar) e externas (comissões de especialistas e ENADE) com os conteúdos e atividades complementares oferecidas.

**Coordenadoria de Curso:** composto pelo coordenador de curso, ao qual compete:

- I- aprovar os programas e planos de ensino das disciplinas do curso sob sua orientação e responsabilidade;
- II- representar o curso junto aos órgãos da UNIFIPA;
- III- convocar e presidir as reuniões de Colegiado do Curso;
- IV- coordenar e supervisionar os planos de atividades do curso;
- V- apresentar, anualmente, à Pró-Reitoria e à Reitoria, relatório das atividades de seu Curso;
- VI- elaborar o currículo pleno do curso de graduação, bem como suas alterações, ouvido o Colegiado de Curso, para aprovação da CONSUNI;
- VII- propor a indicação de alunos bolsistas de mérito acadêmico;
- VIII- decidir sobre pedidos de transferência e aproveitamento de estudos, ouvido, quando for o caso, o conselho de coordenadorias;
- IX- cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e demais normas pertinentes;
- X- juntamente com o Reitoria Geral, conferir grau, assinar diplomas, títulos e certificados escolares.

#### 6.4. Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

**Secretaria Geral** - A Secretaria Geral, órgão de assessoria técnica da Reitoria, é dirigida por funcionário qualificado e nomeado pela Entidade Mantenedora.

**Tesouraria e contabilidade** - A Tesouraria e Contabilidade serão coordenadas por profissionais contratados pela Entidade Mantenedora, cabendo à Tesouraria fazer os recebimentos e pagamentos, prestando contas diariamente à Entidade Mantenedora.

**Biblioteca** - A Biblioteca é dirigida por profissionais legalmente habilitados, com formação específica em Biblioteconomia e contratados pela Mantenedora.

**Assistência de Campus** - A Assistência de Campus é exercida por funcionário com conhecimentos gerais de administração, cujas atribuições incorporam atividades de supervisão nos serviços de obras e conservação, apoio, limpeza, abastecimento e segurança.

**Ouvidoria** - O serviço de Ouvidoria da UNIFIPA é órgão independente e auxiliar à atuação da Direção Geral, constituindo-se como instrumento de aperfeiçoamento dos serviços institucionais.

**Zeladoria** - À Zeladoria, órgão de apoio da Diretoria, compete os serviços de limpeza, conservação, vigilância e segurança das instalações.

**Outros serviços** - Para o pleno exercício de suas atividades, a UNIFIPA contam, ainda, com os serviços de Tecnologia da Informação (TI), laboratórios, almoxarifado e arquivo, que são organizados mediante regulamentos específicos.

#### 6.5. Autonomia da IES em relação à mantenedora

O Centro Universitário Padre Albino adquiriu personalidade própria, identificando-se como Instituição particular de ensino superior, mantida pela Fundação Padre Albino, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Catanduva, regida pela Legislação Federal, por seu Estatuto e Regimento Geral, pelo Estatuto da Entidade Mantenedora e por atos normativos internos.

Os ordenamentos institucionais, representados pelo Estatuto e Regimento Geral do Centro Universitário foram elaborados com base nas normas jurídicas e nos princípios gerais de organização e funcionamento do ensino superior estabelecidos em lei.

Com o credenciamento, será intensificado o bom relacionamento entre a Mantenedora, Fundação Padre Albino e a mantida - Centro Universitário, uma vez que houve unidade de comando e claro delineamento dos papéis de ambas, sendo seus direitos e deveres expressos nos seus estatutos de forma a permitir um trabalho harmônico na consecução de objetivos comuns.

E, finalmente, o fato de ao credenciar, permitirá, ainda, ao Centro Universitário agir com autonomia, prerrogativa legal que lhe dá mais desenvoltura para escolher seus caminhos, traçar seus planos de ação e usar de sua criatividade na busca de soluções para seus problemas e da adequação de seu modelo aos requisitos da Lei e às exigências da comunidade interna e externa.

Assim, o Centro Universitário Padre Albino usará sua autonomia como meio e não como fim em si mesmo, em vários âmbitos.

### **6.5.1. Autonomia Didático-Científica**

A autonomia didático-científica é evidenciada pela implantação de políticas de ensino, pesquisa e extensão, visando operacionalizar:

- a) a criação, organização, modificação e extinção de cursos observadas as conveniências institucionais, as exigências do meio social, econômico e cultural e a legislação vigente;
- b) a distribuição das vagas para os cursos novos e redistribuição das existentes, de acordo com indicadores técnicos e com a capacidade física e docente;
- c) o redimensionamento do fluxo dos alunos, redistribuindo vagas em mais de um turno para melhor ocupação do espaço físico e atendimento do alunado;
- d) a definição do regime didático e escolar; e
- e) a fixação de critérios próprios de seleção, admissão, promoção e habilitação de alunos.

### **6.5.2. Autonomia Administrativa**

A autonomia administrativa é evidenciada pela mudança operada no modelo organizacional, demonstrando que os trabalhos são da responsabilidade de toda a comunidade interna:

- a) reformulando o Regimento Geral;
- b) elaborando, aprovando e reformando os regimentos da Reitoria e dos órgãos suplementares; e
- c) organização do quadro docente e técnico-administrativo, conforme respectivos Plano de Carreiras.

### **6.5.3. Autonomia Disciplinar**

A autonomia disciplinar permitirá ao Centro Universitário Padre Albino criar mecanismos de segurança e controle adequados à sua filosofia de ação.

O Centro Universitário Padre Albino goza de autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos em lei, obedecendo às Normas Gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino, na forma do § 1º do art. 2º do decreto nº 4.914 de 11 de dezembro de 2003. Art. 4º.

O Regimento da UNIFIPA traz em seu bojo os seguintes artigos:

“Art. 1º. Este REGIMENTO GERAL disciplina os aspectos de funcionamento, que são comuns aos vários órgãos integrantes da estrutura e da administração do CENTRO UNIVERSITÁRIO PADRE ALBINO, nos planos didático, científico, administrativo, comunitário e disciplinar.

Art. 2º. O Reitor pode aprovar o regulamento para os órgãos previstos na estrutura acadêmico- administrativa, de acordo com o Estatuto do Centro Universitário Padre Albino e este Regimento Geral.

Art. 3º. O Centro Universitário Padre Albino poderá ser designado, de acordo com o Conselho Universitário, por uma designação de mercado, conforme legislação.

Art. 4º. O Centro Universitário Padre Albino exercerá suas atividades no município onde encontra-se instalada sua sede, observando ainda a abrangência geográfica do ato de credenciamento (ato autorizativo do Poder Público), em conformidade com os artigos 10 e 24 do Decreto nº 5.773/2006 e art. 2º do Decreto nº 5.786/2006”.

## **6.6. Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas**

A inserção do Centro Universitário na cidade de Catanduva com influência em toda microrregião e adjacências e a experiência de mais de oitenta anos, e mais de quarenta na manutenção de cursos superiores, cuja existência desde 1.968, imprimiu à comunidade regional a marca da sua essencialidade, assentada na tradição do ensino superior e nos dados

demográficos econômicos, socioculturais e educacionais. Sua inserção se justifica quando se observam os indicadores da situação atual da população que ela pretende servir.

A estrutura funcional dá condições para que haja o relacionamento estreito entre o corpo docente, o corpo discente e o corpo técnico-administrativo.

A convivência é o que faz do centro universitário um ser dinâmico. Através da convivência, alunos, professores e funcionários administrativos não se colocam como grupos isolados ou opostos, mesmo tendo objetivos próprios, pois, enquanto o corpo discente busca saber, ao corpo docente cabe reorganizá-lo e ao corpo administrativo cabe propiciar as condições ideais para que isso aconteça de forma organizada. Todos, porém se unem no objetivo comum do Centro Universitário Padre Albino: preservar, integrar, desenvolver, reorganizar e transmitir o saber em todos os seus campos e todas as suas formas. Assim, na comunidade acadêmica prevalecem as relações de cooperação e responsabilidade exercidas na convivência em salas de aula, na sala dos Colegiados, na cantina, nos trabalhos, com a comunidade externa, nos eventos culturais e esportivos de forma a possibilitar o surgimento de um verdadeiro espírito universitário. Finalmente, usando de seus direitos, mas, principalmente assumindo um dever comum, alunos, professores e administradores, contribuem para o prestígio e renome da Instituição, valorizando-os profissionalmente e permitindo-lhes orgulharem-se de pertencer à comunidade universitária.

O Centro Universitário Padre Albino mantém parcerias com diversas entidades, onde o aluno pode participar de atividades extramuros.

### **6.6.1. Convênios, parcerias e Atividades de Extensão**

Os convênios firmados levam em consideração a evolução pedagógica do curso e as necessidades do CEPRAJUR. Atividades atualizadas de extensão também são desenvolvidas em conjunto com o CEPRAJUR. (Ver relação de convênios no Volume 3 de Anexos)

<b><u>RELAÇÃO DE CONVÊNIOS</u></b>		
<b><u>INSTITUIÇÃO</u></b>	<b><u>VIGÊNCIA</u></b>	<b><u>FUNDAMENTO LEGAL</u></b>
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO – 15ª REGIÃO	Início 12/09/2007 – prazo indeterminado	LEI N.º 6494, 07/12/77, DECRETO N.º 87497, 18/08/82, Portarias MPT n.º 116,15/05/1992; 44, 1/03/2000; 119, 18/04/2002 e 304, 03/12/2002
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVA	Início 15/08/2005 – prazo indeterminado	LEI n.º. 4094, 15/05/2005
SEGUNDO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	Desde 26/11/2005 – prazo indeterminado	PORTARIA GS n.º. 29/2002
ASSOCIAÇÃO PÃO NOSSO	Desde 28/03/2003 – prazo indeterminado	
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA PREVENTIVA	Desde 28/03/2006 – prazo indeterminado	
ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXEPCIONAIS	Desde 28/03/2006 – prazo indeterminado	
CASA DO MENOR	Desde 28/03/2006 – prazo indeterminado	
NÚCLEO EDUCACIONAL – JOANA DE ÂNGELES	Desde 28/03/2006 – prazo indeterminado	
RECANTO MONSENHOR ALBINO	Desde 28/03/2006 – prazo indeterminado	
GASA – GRUPO DE APOIO E SOLIDARIEDADE AO PACIENTE COM AIDS	Desde 28/03/2006 – prazo indeterminado	
LAR ESPÍRITA –	Desde 28/03/2006 – prazo	

**UNIFIPA 2019 – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO**

MENSAGEIROS DO AMOR	indeterminado	
PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO JUNTO AO INSS	Desde 25/11/2010 até 25/11/2012 – prorrogável até 5 anos	LEI 8666/93 e Resolução nº.9CNE/CES de 29 de setembro de 2004
NILTON CANDIDO CASSONI, FIGUEIREDO ADVOGADOS ASSOCIADOS	Desde 24/02/2011 – prazo indeterminado	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	De 11 de janeiro de 2013 a 10 de janeiro de 2018	Processo nº. 86630/11
2º OFÍCIO DE REGISTROS DE IMÓVEIS E ANEXOS – CATANDUVA	Início 01/08/2013 – prazo indeterminado	
ADVOCACIA BALDAN – EPP	Início 01/10/2013 – prazo indeterminado	
ANTONIO DONIZETTE BERTI – CATANDUVA ME	Início 19/11/2013 – prazo indeterminado	
EMBAL – INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS METALÚRGICOS	Início 01/12/2013 – prazo indeterminado	
FEITOSA BENATI – SOCIEDADE DE ADVOGADOS	Início 08/01/2014 – prazo indeterminado	
GIL ADVOGADOS ASSOCIADOS ME	Início 01/12/2003 – prazo indeterminado	
LÍBERA HERMÍNIA CASA GRANDE BATISTA ME	Início 28/11/2013 – prazo indeterminado	
MARCOS TADEU DE SOUZA – ADVOGADOS ASSOCIADOS	Início 04/12/2013 – prazo indeterminado	
MELLO E ARANTES – ASSOCIADOS S/C LTDA	Início 31/01/2014 – prazo indeterminado	
PAOLI PEROSI – ADVOGADOS ASSOCIADOS	Início 02/01/2010 – prazo indeterminado	
ROSSI E BERTO – ADVOGADOS ASSOCIADOS	Início 06/01/2014 – prazo indeterminado	
LUIZ REGIS GALVÃO – ADVOGADOS ASSOCIADOS	Início 07/03/2016 – prazo indeterminado	
SUPER ESTÁGIOS	Início 11/09/2014 – prazo indeterminado	
CIEE	Início 26/09/2008 – prazo indeterminado	
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CATANDUVA	Início 02/03/2016 – prazo indeterminado	
ACÁCIA AMADA SOCIEDADE	Início 18/09/2014 – prazo indeterminado	
ANTONIO LUIZ SASSI	Início 02/04/2014 – prazo indeterminado	
RIBEIRO ANGELO E PAGOTTO – SOCIEDADE DE ADVOGADOS	Início 02/03/2016 – prazo indeterminado	
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO	Início 06/02/2012 - com vigência de 5 anos.	
SANTOS, STUCHI E MARCHI – ADVOGADOS ASSOCIADOS	Início 26/05/2014 – prazo indeterminado	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – FORO DISTRITAL DE TABAPUÃ	Início 25/02/2016 – prazo indeterminado	

## 6.6.2. Internacionalização Educacional

### Processo de Internacionalização do Centro Universitário Padre Albino - UNIFIPA

Reconhecendo a importância da cooperação internacional no contexto educacional, econômico, social e político atuais, a UNIFIPA elege a internacionalização como uma das áreas de enfoque de seu planejamento estratégico.

A UNIFIPA entende a cooperação internacional, fundamentada na solidariedade e na igualdade, como um instrumento de superação de assimetrias entre povos, sistemas e instituições, sendo fundamental para a consolidação e a expansão da Instituição

A partir de 2018, a UNIFIPA inicia uma política de internacionalização, que tem como meta o estabelecimento de um processo de internacionalização ativa.

De forma geral, a internacionalização se refere à mobilidade acadêmica discente e qualificação de docentes em instituições de reconhecido prestígio acadêmico no exterior, visando o desenvolvimento de uma elite intelectual. Contudo quando se trata de internacionalização ativa, se refere à implantação de políticas de institucionais voltadas para a atração e acolhimento de acadêmicos; à oferta de serviços educacionais no próprio país e no exterior; ao envolvimento com a mobilidade de *experts* – docentes e técnicos- e de discentes em áreas de interesse estratégico; à exportação de programas e instalação de instituições ou *campi* no exterior; à criação de programas e projetos de pesquisa em colaboração com instituições estrangeiras de reconhecido prestígio acadêmico; à participação em redes internacionais e ao desenvolvimento de políticas públicas e institucionais que visem o trabalho colaborativo entre instituições nacionais e internacionais.

Nesse sentido, a UNIFIPA tem trabalhado no desenvolvimento de políticas institucionais que vão além da mera mobilidade discente para abranger outras ações de internacionalização que têm impacto direto sobre a qualidade de seus cursos de Graduação e Pós-Graduação.

Uma dessas ações se refere à participação em editais que fomentam a pesquisa, abertos pelas agências FAPESP, CAPES e CNPq.

Com a missão de promover a inserção internacional da UNIFIPA e implementar o processo de internacionalização ativa, a UNIFIPA estabelece várias metas para a efetiva implementação de sua Política de Internacionalização.

Para que essas metas sejam alcançadas, a UNIFIPA foca nos seguintes eixos de ação estratégica de fomento à internacionalização ativa:

- Ampliação dos acordos de cooperação internacional com instituições de reconhecido prestígio acadêmico
- Participação em Programas Nacionais e Internacionais de fomento à internacionalização
- Participação ativa dos alunos da UNIFIPA em instituições estrangeiras de reconhecido prestígio acadêmico:
- Ampliação do cenário cultural e da participação de alunos estrangeiros na UNIFIPA
- Envolvimento de docentes e técnicos com o processo de internacionalização
- Participação em fóruns e redes interinstitucionais e internacionais
- Participação em eventos de internacionalização
- Ampliação da estrutura de internacionalização na UNIFIPA

Nessa senda e alinhado às premissas institucionais, o Curso de Direito entende que internacionalizar é um desafio do cenário contemporâneo globalizado. As parcerias, em qualquer nível, permitem a troca de conhecimentos e o fortalecimento das partes envolvidas e através das relações internacionais, há um fortalecimento dos valores locais a partir das trocas globais.

## 6.7. Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de autoavaliação

O Projeto pedagógico do curso é sistematicamente avaliado, discutido e revitalizado, recebendo as informações dos vários instrumentos oferecidos pela estrutura do curso. A esse respeito destacam-se:

- O Colegiado de Curso, composto por professores titulares, que reúne-se ordinariamente, pelo menos duas vezes por semestre; Nele, as dimensões de ensino, extensão, pesquisa e prática jurídica são discutidas e avaliadas.

- O Núcleo Docente Estruturante (NDE) composto por cinco docentes com título de doutor e ou mestre, presidido pelo coordenador do curso, reúne-se periodicamente para avaliação da estrutura curricular e dos demais componentes do PPC e atuam sistematicamente com perfil positivo.

A atividade de Avaliação Institucional é um processo contínuo de Auto-Avaliação Institucional e de Avaliação Externa. O Sistema de Auto-Avaliação Institucional do Centro Universitário, denominado Pró-Avaliação, tem por finalidade

promover a melhoria dos cursos através da implementação de instrumentos que possibilitem o diagnóstico, sugestões e verificações das ações, apontando potencialidades e fragilidades institucionais.

A Lei nº 10.861, de 14.04.2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) da qual extrai-se o trecho a seguir:

“Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.”

A última avaliação ocorreu entre os meses de outubro e novembro de 2016. Foram respondidas, pelos segmentos avaliadores, questões referentes a diferentes indicadores. Cada avaliador (discente, docente, coordenador, funcionário, gestor e mantenedor) teve acesso a um formulário *on-line* que garante o anonimato dos envolvidos.

Em sua maioria, os instrumentos aplicados contêm questões de resposta única, escolhida a partir de cinco alternativas: “Não sei avaliar” (zero ponto), “Ruim” (um ponto), “Regular” (dois pontos), “Bom” (três pontos) e “Ótimo” (quatro pontos). Este sistema de pontuação permite chegar a uma “nota” para cada questão, instrumento, indicador e curso. Assume-se neste relatório que a “nota” é calculada a partir da média aritmética da pontuação total alcançada pela questão. As respostas do tipo “Não sei avaliar” são descartadas, com base no entendimento de que o avaliador não tem, nesse caso, conhecimento suficiente do quesito sobre o qual se deseja a sua opinião. Por exemplo: uma questão foi respondida por 30 avaliadores, sendo que 3 deles optaram pela alternativa “Não sei avaliar”, 6 por “Ruim”, 8 por “Regular”, 9 por “Bom” e 4 por “Ótimo”.

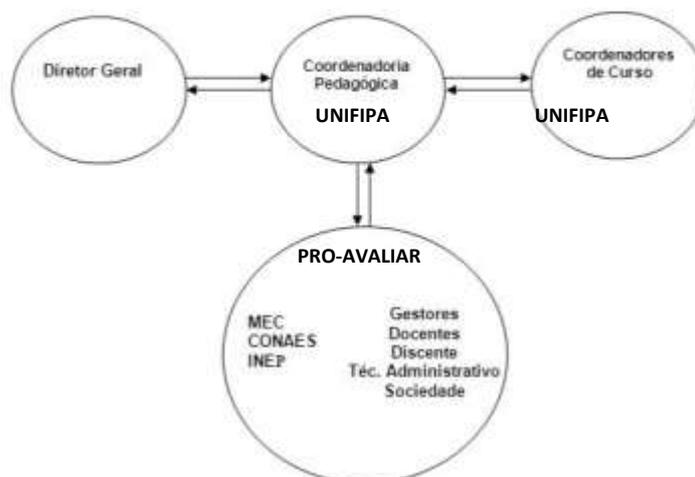
Neste caso, a média aritmética é obtida por meio do seguinte cálculo:

$$\text{Média} = \frac{3x0 + 6x1 + 8x2 + 9x3 + 4x4}{30 - 3} = \frac{65}{27} = 2,41$$

A média assim calculada (cujo resultado está entre 1,00 e 4,00) é convertida em conceito de acordo com a seguinte regra: média entre 1,00 e 1,75: conceito RUIM; média entre 1,76 e 2,50: conceito REGULAR; média entre 2,51 e 3,50: conceito BOM; e média entre 3,51 e 4,00: conceito ÓTIMO

## **6.8. Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, em conformidade com o SINAES**

Diagrama do Processo de Avaliação do Pró-avaliar/CPA



O Pró-avaliar/CPA é constituído por representantes dos segmentos docente, técnico-administrativo e sociedade civil organizada que foram designados pelo diretor geral e por representantes discentes designados pelos coordenadores de cursos e referendados pelo Diretório Central de Estudantes da UNIFIPA.

A- Participação do segmento discente no Pró-avaliar/CPA tem por finalidades:

- 1-discussão e elaboração dos instrumentos;
- 2- sensibilização e aplicação dos instrumentos;
- 3- seminário para apresentação dos resultados;
- 4-participação no plano de ação das UNIFIPA;
- 5-apresentação à comunidade acadêmica do plano de ação;
- 6-divulgação por curso dos Planos de Ação das UNIFIPA e dos cursos.

B- Participação do segmento funcionários no Pró-avaliar/CPA através de:

- 1-discussão e elaboração dos instrumentos;
- 2- sensibilização e aplicação dos instrumentos nos campi sede e I;
- 3- seminário para apresentação dos resultados;
- 4- participação no plano de ação da UNIFIPA e do curso;
- 5-seminário de divulgação nos campi sede e I dos planos de ação.

C- Participação do segmento sociedade civil organizada no Pró-avaliar/CPA com os objetivos de:

- 1- responder a instrumento elaborado pelo Pró-avaliar/CPA;
- 2- seminário para apresentação dos resultados;
- 3- programação de seminário anual com representantes da sociedade civil organizada, não só da CPA, para discussão sobre os serviços oferecidos pelas UNIFIPA e outros assuntos de interesse da sociedade local e regional.

D- Participação docente no Pró-avaliar/CPA objetivando:

- 1-discussão e elaboração dos instrumentos;
- 2- sensibilização e aplicação dos instrumentos;
- 3-reuniões com as coordenadorias de curso;
- 4- seminário e apresentação dos resultados;
- 5-participação no plano de ação das UNIFIPA;
- 6-apresentação à comunidade acadêmica do plano de ação;
- 7-seminário de divulgação dos Planos de Ação das UNIFIPA e dos cursos.

O Pró-avaliar/CPA contempla as 11 dimensões especificadas na Lei nº 10.861 definindo-as como indicadores de desempenho institucional.

## 6.9. Formas de utilização dos resultados das avaliações

O plano de ação de cada curso é encaminhado ao SAIFI/CPA, que promoverá a socialização das ações através do seminário geral de autoavaliação institucional, com a convocação dos membros do SAIFI/CPA, gestores, docentes, representantes discentes de turmas e funcionários da UNIFIPA.

Os Planos de Ação são formatados e compilados em PDF e anexados no E-MEC, conforme orientações do INEP. O acompanhamento das ações registradas é realizado semestralmente pelo SAIPI que aciona, quando necessário, o responsável para justificativa sobre a não realização das ações. No SINFORMA existe um software para esse acompanhamento e informa para o SAIPI e responsáveis pelas ações o prazo estipulado no cronograma dos Planos de Ação. Posteriormente, são montados painéis em todos os campi, por curso, onde serão fixados e divulgados para conhecimento do universo acadêmico. PPI - Toda a estrutura do curso é avaliada de acordo com as diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional das Faculdades Integradas Padre Albino, de periodicidade quinquenal, que dispõe de instrumentos de avaliação e acompanhamento das ações propostas pelos diversos segmentos acadêmicos.

## **7 – INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS**

**Acessibilidade** – Em atendimento aos requisitos de acessibilidade (Decreto 5.296/2004), a UNIFIPA toma como referência a Norma ABNT NBR 9050/2014 (Associação Brasileira de Normas Técnicas), que trata da acessibilidade de pessoas deficientes, na educação superior, quanto a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos. Além disso, a UNIFIPA tem em sua estrutura o Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Cultural (NAP), com a função de implantar, implementar e acompanhar o processo de inclusão e de mobilidade e acessibilidade na IES, bem como a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

### **7.1. Instalações**

<b>IMÓVEL/LOCAL</b>	<b>TERRENO m<sup>2</sup></b>	<b>ÁREA CONSTRUÍDA (m<sup>2</sup>)</b>
Câmpus São Francisco	5.531,04	4.730,52

Legenda:

BL1-TS = Bloco 1 Térreo Superior  
 BL1-TI = Bloco 1 Térreo Inferior  
 BL2-T= Bloco 2 Térreo  
 BL2-1= Bloco 2 1º Andar

<b>7.1.1- Salas de Aula</b>	<b>Identificação/localização</b>	<b>Área em m<sup>2</sup></b>	<b>Capacidade</b>
<b>Salas de Aula -</b> Climatizadas, com iluminação natural e artificial, carteiras universitárias almofadadas, 1 mesa e cadeira para o professor, 1 lousa, 1 microfone sem fio, 1 armário, 1 amplificador de som, 1 tela de projeção, computador e projetor multimídia. Há disponibilidade de retroprojetor e TV por agendamento.	1. Sala 4 - BL1-TI	58,90	45
	2. Sala 5 - BL1-TI	58,28	45
	3. Sala 6 – BL1-TI	53,99	30
	4. Sala 10 - BL2-T	91,92	60
	5. Sala 11 - BL2-T	91,92	60
	6. Sala 12 - BL2-T	91,92	60
	7. Sala 13 - BL2-T	48,30	25
	8. Sala 14 - BL2-T	94,21	75
	9. Sala 15 - BL2-T	80,31	55
	10. Sala 16 - BL2-T	89,25	55
	11. Sala 17 – BL2-T	80,30	60
	12. Sala 18 – BL2-T	80,30	60
	13. Sala 19 - BL2-1	77,25	75
	14. Sala 20 - BL2-1	78,00	75
	15. Sala 21 - BL2-1	80,31	75
	16. Sala 22 - BL2-1	90,03	75

<b>7.1.2- Anfiteatros</b>	<b>Identificação</b>	<b>Área em m<sup>2</sup></b>	<b>Capacidade</b>
Anfiteatros climatizados, com iluminação natural e artificial, carteiras universitárias estofadas, lousa branca, computador e projetor multimídia	Anfiteatro 8 – BL2-T	163,20	160
	Anfiteatro 9 – BL2-T	165,75	200

<b>7.1.3- Gabinetes de trabalho de Coordenadorias</b>	<b>Mobiliário, equipamentos e instalações</b>	<b>Identificação / localização</b>	<b>Área em m<sup>2</sup></b>	<b>Capacidade</b>
1. Coordenadoria da Administração	1 mesa com tampo de granito, 3 cadeiras	BL1-TS	17,25	

	almofadadas e giratórias, 1 sofá de dois lugares, 2 armários, 1 gaveteiro, 1 computador em rede, com acesso à internet, 1 impressora, 1 mesa de canto, 1 ramal telefônico, ar condicionado			
2. Coordenadoria do Direito	1 mesa, 1 computador em rede, com acesso à Internet, 1 impressora, 3 cadeiras almofadadas e giratórias, 1 sofá de dois lugares, 1 armário, 1 gaveteiro, 1 mesa de canto, 1 ramal de telefone, ar condicionado	BL1-TS	21,00	

<b>7.1.4- Sala de Professores</b>	<b>Mobiliário, equipamentos e instalações</b>	<b>Identificação / localização</b>	<b>Área em m<sup>2</sup></b>	<b>Capacidade</b>
Sala de Professores	1 mesa de reunião, 18 cadeiras, 1 frigobar, armários de aço com 1 divisória por docente, 2 mesas pequena, 2 estações de computação, acesso à internet, quadro de avisos, 2 sofás com 3 e 2 lugares, ar condicionado	BL1-TS	45,00	
6 gabinetes de docentes para atendimento ao aluno com saleta de espera acoplada	Cada gabinete está equipado com ar condicionado, 1 mesa, 3 cadeiras, 1 computador, 1 impressora compartilhada. A saleta de espera contém 1 mesa de canto, 2 longarinas com 3 assentos cada, e 1 ramal de telefone.	BL1-TS	56,28	

<b>7.1.5- Setor Administrativo</b>	<b>Mobiliário, equipamentos e instalações</b>	<b>Identificação / localização</b>	<b>Área em m<sup>2</sup></b>	<b>Capacidade</b>
1. Hall de Entrada	Quadros de avisos	BL1-TS	39,56	
2. Hall interno		BL1-TS	10,54	
3. Sala de Espera	1 sofá de alvenaria com 11 lugares, 1 TV – 32 polegadas, 1 ventilador.	BL1-TS	17,25	
4. Área de circulação e escadas -	Quadros de avisos, 2 terminais de consulta para alunos, 7 bebedouros e 3 mesas para “coffee break”	BL1/BL2	1359,8	
5. Secretaria Acadêmica	8 mesas, 11 cadeiras, 10 armários altos, 10 armários baixos, 4 gaveteiros, 6 ramais telefônico, 8 computadores, 2 impressoras, 2 escaners com impressora, 2 ar-condicionados.	BL1-TS	60,56	
6. Sala da Secretária	1 mesa, 3 cadeiras, 1 armário, 1 arquivo de gavetas, 2 gaveteiros, 1 computador, 1 impressora, 1 ar-condicionado, 1 ramal telefônico.	BL1-TS	10,00	

**UNIFIPA 2019 – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO**

7. Tesouraria	1 bancada de trabalho com gavetas, 1 cadeira giratória, 1 gaveteiro, 1 armário alto, 1 armário baixo, 1 cofre, 1 computador, 1 impressora, 1 máquina registradora, 1 máquina bematech, 1 ramal telefônico.	BL1-TS	12,47	
8. Sala de PABX	1 nobreak 1 mesa, 1 equipamento PABX	BL1	4,48	
9. Sala do Servidor e Monitoramento	2 servidores físicos, 2 mesas, 1 cadeira, 2 monitores para monitoramento, 2DVR, 2 channelpassise vídeo e 1 transceiver	BL1	7,20	
10. Sala de Tecnologia da Informação	2 computadores, 1 impressora, 2 mesas, 4 cadeiras, 2 armários, 1 ramal telefônico, ar condicionado	BL1-TI	40,00	
11. Copa 1	1 frigobar, 1 armário de parede, 1 pia de granito com armário	BL1-TS – Entrada	3,96	
12.. Copa 2	1 fogão, 1 microondas, 1 geladeira, 1 mesa, 4 cadeiras, 1 bebedouro, 1 armário de parede e 2 armários alto, 1 pia de granito com armário.	BL2 –T	20,63	
13. Arquivo Geral 1	12 arquivos com 4 gavetas cada, 1 armário alto.	BL1-TI	15,48	
14. Arquivo Geral 2	7 estantes de ferro, 5 de madeira e 2 armários de ferro	BL1-TI	45,60	
15. Arquivo Geral 3	6 estantes de ferro, 4 de madeira e 1 mesa	BL1-TI	22,51	
16. Almojarifado Geral		BL1-TS	4,45	
17. Almojarifado de Material de Limpeza		BL1-TI	9,10	
18. Depósito 1	Mobiliário escolar para reposição	BL1-TI	48,75	
19. Depósito 1-A	Mobiliário escolar para reposição	BL1-TI	18,31	

<b>7.1.6- Sanitários</b>	<b>Identificação</b>	<b>Destinação</b>	<b>Área em m<sup>2</sup></b>	
1. Bloco 1 – térreo superior	Masculino	Professores/Funcionários	3,87	
2. Bloco 1 – térreo superior	Feminino	Professores/Funcionários	3,87	
3. Bloco 1 – térreo superior	Feminino	Professores/Funcionários	11,10	
4. Bloco 1 – térreo superior	Masculino	Professores/Funcionários	11,10	
5. Bloco 1 – térreo superior	Masculino	Público	7,80	
6. Bloco 1 – térreo superior	Feminino	Público	13,56	
7. Bloco 1 – térreo inferior	Masculino	Público	22,68	
8. Bloco 1 – térreo inferior	Feminino	Público	25,00	
9. Bloco 2 – térreo	Masculino	Professores/Funcionários	7,63	

**UNIFIPA 2019 – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO**

10. Bloco 2 – térreo	Feminino	Professores/Funcionários	7,63
11. Bloco 2 – térreo	Feminino	Público	16,90
12. Bloco 2 – térreo	Masculino	Público	11,47

7.1.7- Laboratórios	Instalações/equipamentos	Localização	Área em m <sup>2</sup>	Capacidade
1. Laboratório de Informática I	31 estações, com internet, 1 estação para o docente/técnico de informática, 31 mesas, 90 cadeiras almofadadas giratórias, 1 lousa, 1 tela de projeção, 1 impressora, multimídia, ar condicionado	BL1-TS	83,21	90
2. Laboratório de Informática II	18 estações, 1 estação para o docente/técnico de informática, 18 mesas com cadeiras almofadadas giratórias, 1 multimídia, 1 impressora, 1 lousa, ar condicionado	BL1-TI	63,43	52
3. Laboratório de Informática III	13 estações, 12 mesas com cadeiras almofadadas, giratórias, 1 lousa, 1 tela de projeção, 1 Impressora, ar condicionado	BL1-TI	46,25	36

7.1.8- Instalações especiais		Identificação	Área em m <sup>2</sup>	Capacidade
1. CEPRAJUR/CEJUSC – Direito	4 armários altos, 1 bancada em L com 7 metros e 1 armário fixo, 7 cadeiras 2 banquetas com 2 mesas de atendimento, 6 estantes de aço, 4 estações de computação, acesso à Internet, 2 impressoras, 1 mesa redonda para reuniões com 6 cadeiras, 1 ramal telefônico, 2 ar-condicionado	BL1-TS	49,95	15
2. Salão das Audiências – Direito	40 cadeiras almofadadas, 2 mesas e 9 cadeiras almofadadas com encosto alto para bancada do júri, ar condicionado, 1 mesa redonda para reuniões com 6 cadeiras, 1 mesa e 1 computador, 1 impressora	BL1-TS	76,20	55
3. Empresa Júnior – Administração	1 lousa, 2 mesas redondas para reunião, 1 mesa para computador, 11 cadeiras, 1 estação de computação, acesso a internet, 1 impressora, 1 armário alto e 1 baixo, ar condicionado, 1 ramal de telefone	BL2-TS	30,032	10

7.1.9- Infraestrutura de Tecnologia da Informação do Câmpus São Francisco
<b>Acesso à Internet</b>
01 Link Internet de 10 Mb dedicado aos Laboratórios de Informática e à rede wireless
01 LP de dados 10 Mb dedicado ao Setor Administrativo UNIFIPA comum a ambos os Câmpus (em implantação um link de 100 Mb)
<b>Laboratórios de Informática</b>
Três Laboratórios de informática com um total de 62 computadores ligados em rede, sendo 31 no Laboratório I, 18 no Laboratório II e 13 no Laboratório III, todos com acesso à Internet.
<b>Ativos de Rede</b>
02 Servidores físicos
16 Estações de trabalho
21 Data shows

7.1.10- Área de conveniência e estacionamento	Equipamentos	Identificação	Área em m <sup>2</sup>	Capacidade
1. Guarita no Portão do Estacionamento com sanitário	1 mesa de granito, 1 cadeira, 1 ramal telefônico	Pátio	10,92	
2. Área de Circulação		Rampa externa	159,94	
3. Estacionamento	Área interna, descoberta	Pátio	551,28	30 carros
4. Quadra poliesportiva	Quadra externa descoberta (507,64 m <sup>2</sup> ) com 2 arquibancadas de alvenaria (186 m <sup>2</sup> )	Pátio	693,64	
5. Sede Própria do Centro Acadêmico com pátio coberto	Sala de estar, sala da Diretoria, cantina, sanitários masculino, feminino e varanda (117,88 m <sup>2</sup> ) com Centro de Convivência, churrasqueira e depósito (226,13 m <sup>2</sup> )	Pátio	344,01	

## 7.2 BIBLIOTECA

A Biblioteca do Câmpus São Francisco, denominada “Dr. José Virgílio Vita”, instalada no Câmpus São Francisco, tem regulamento próprio, é órgão de apoio dos cursos de Administração e Direito e ocupa área de 298,41 m<sup>2</sup>.

O acervo é de livre acesso, composto essencialmente por obras ligadas às áreas de Ciências Sociais, Negócios e Direito, com correlação pedagógica com os cursos e programas existentes, sem perder de vista a bibliografia voltada também para a formação sócio-humanística e ética do educando. A Biblioteca conta com dotação orçamentária anual para atualização e expansão do acervo, para atender às necessidades dos cursos.

A Biblioteca é informatizada para consulta, empréstimo, devolução e reserva e o sistema permite o acesso remoto do usuário pela Internet. A devolução do material bibliográfico solicitado é feito diretamente no balão de atendimento.

O corpo de funcionários da Biblioteca é qualificado para a disseminação seletiva de informação.

O setor é servido de rede de comunicação interna Windows NT (Intranet); disponibiliza acesso à Internet ao usuário para pesquisa e participa da rede de informações COMUT.

O Câmpus São Francisco está localizado à Rua Seminário, 281, no Bairro São Francisco, na cidade de Catanduva.

**Acesso** - Há condições de acesso a portadores de necessidades especiais e infra-estrutura de segurança, com supervisão de CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, estando todos os setores devidamente equipados para atendimento das necessidades permanentes.

As instalações sanitárias estão distribuídas pelos ambientes de cada bloco, com oferta a ambos os sexos e a portadores de necessidades especiais. Há setor específico de manutenção e limpeza sistemática.

Setores	Equipamentos	Localização	Área em m <sup>2</sup>
1. Área do Acervo e Administrativa	03 computadores de consulta 03 leitoras óticas 03 impressoras fiscais 04 computadores (administrativo) 03 terminais de consulta 02 impressora laser 02 ares condicionados 02 cortinas de ar 04 mesas (administrativo) 02 carrinhos para transporte de livros 02 armários de aço guarda volumes (16 portas cada) 04 cadeiras 04 escadas 35 estantes (dupla) 22 estantes (simples) Obs: Software PHL ( <i>Personal Home</i> )	BL1-TS	156,51

	Library) – sistema para gerenciamento de bibliotecas		
2. Sala de Estudos em Grupo	01 mesa 10 cadeiras estofadas 01 ar condicionado	BL1-TI	11,80
3. Sala de Estudos Individuais	09 bancadas (estudo individual) 06 mesas com divisória (4 lugares cada) 30 cadeiras estofadas 01 ar condicionado 01 estante aramada	BL1-TI	57,80
4. Sala de Arquivo		BL1-TI	18,31
5. Sala de extensão do acervo	6 armários com portas de vidro 1 armário de madeira 20 estantes (duplas) 1 estante (simples) 1 ar condicionado	BL1-TI	53,99

### 7.2.1- Descrição do acervo Biblioteca “Dr. José Virgílio Vita”

Áreas do Conhecimento	Livros		Periódicos		Vídeos	CD Roms	DVDs	Teses	Monografias
	Títulos	Exemplares	Nacionais	Exemplares					
Ciências Exatas e da Terra	398	944	10		20	21	1	-	16
Ciências Biológicas	41	187	1		5	-	-	1	33
Engenharias	38	50	1		-	-	-	-	2
Ciências da Saúde	15	21	3		2	-	-	-	-
Ciências Agrárias	24	49	2		2	-	-	-	7
Ciências Sociais Aplicadas	6225	13280	229		332	55	68	134	1080
Ciências Humanas	1050	1886	25		33	2	3	6	22
Linguística, Letras e Artes	292	458	1		6	16	-	-	-
Multidisciplinar	13	39	18	-	-	1	-	-	-
<b>TOTAIS</b>	<b>8096</b>	<b>16914</b>	<b>290</b>	<b>14648</b>	<b>400</b>	<b>95</b>	<b>72</b>	<b>141</b>	<b>1160</b>

### 7.2.2- Revistas, periódicos, jornais e assinaturas eletrônicas

Administração em Revista	Análise saúde
Administrador Profissional	Angola Hoje
Adv-Advocacia Dinâmica: Informativo	Anuário exame
afro-asia	Aprender
Agitação	Aquila
Agroanalysis: a Revista de Agronegócios da FGV	Athena: revista científica de educação
Almanaque Abril	Atlas do Espírito Santo
América Economia	Atlas do Mercado Brasileiro
Anais do IV Simpósio de Ciências Aplicadas da FAEF	Augusto Guzzo revista acadêmica
Anais do Simpósio Multidisciplinar da Usjt : Dez Anos de Iniciação Científica	Avaliação: revista da Avaliação da Educação Superior
Anais do XIII Simpósio Multidisciplinar da USIT: 25 Anos de Pós-Graduação	Balanço Anual
Análise Advocacia	Balanço Setorial
Análise Brasil global	Banas Qualidade
Análise Comércio exterior	Bndes Setorial
Análise Companhias abertas	Boletim Técnico do Senac
Análise Conjuntural	Brasil em Exame
Análise energia	Caderno de Estudos FIPECAFI
Análise Gestão ambiental	Caderno Interciências de Pesquisa E Extensão
	Cadernos (Centro Univ. São Camilo)
	Cadernos Andes

## UNIFIPA 2019 – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

Cadernos da FACECA	Informações Econômicas
Cadernos de Estudos	Integração: Ensino, Pesquisa e Extensão (Centro de Pesq. da Univ. São Judas Tadeu)
Cadernos de Ética e Filosofia Política	Integração Econômica
Cadernos de Iniciação Científica (Faculdade De Direito de São Bernardo do Campo)	Interciência (Fafica)
Cadernos de Pesquisa ESPM	Interesse Público
Cadernos de Pós-Graduação em Administração de Empresas	Internet Business
Cadernos de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico	Intertemas – revista jurídica
Cadernos Direito GV	Intralogística: Movimentação e Armazenagem de materiais
Cadernos ITESP	IOB Informações Objetivas: Caderno ICMS-Ipi
Cadernos Jurídicos: Escola Paulista da Magistratura	IOB Informações Objetivas: Caderno Imposto de Renda
Cadernos NAE	IOB Informações Objetivas: Caderno Legislação Trabalhista e Previdenciária
Caros Amigos	IOB Informações Objetivas: Caderno Temático Contábil
Carta Capital: Política, Economia e Cultura	IOB Informações Objetivas: Caderno Temática Contábil e Balanço
Carta na Escola	IOB Informações Objetivas: Caderno Textos Legais
Cepex em Revista	Isto é
Ciência, Pesquisa e Consciência: Revista de Medicina	Jurisprudencia
CNI: Indústria e Produtividade	Jornal da Educação e cultura
Coleção das Leis	Julgados dos Tribunais de Alçada de São Paulo
Colloquium: revista Científica da UNOESTE	Justiça do Trabalho
Conjuntura da Construção	Justitia
Conjuntura Econômica	Lex: Jurisprudência do Supremo
Consultoria Trabalhista: Direito do Trabalho e Previdência Social	Lex: Legislação do Estado
Consultoria Trabalhista: Legislação Aplicada	Lex: Legislação Federal
Corpo e Movimento Educação Física	Lex: Legislação Federal e Marginalia
Cuidarte Enfermagem	Lex: Revista do Direito Brasileiro
Decidir	LTr Legislação do Trabalho
Digesto Econômico	Lua Nova
Dinheiro Rural	Margem Esquerda
Direito e Paz	Marketing
Direito e Sociedade: Revista de Estudos Jurídicos e Interdisciplinares	Melhor: gestão de pessoas
Direito USF	Momentum (FAAT- Atibaia)
Economia e Gestão	PC World: Tecnologia + Inovação + Produtividade
Economia & Pesquisa	Pequenas Empresas & Grandes Negócios
Educação e Cultura	Prisma Jurídico
Em Foco: revista de publicação acadêmica - IESPES	Prismas (UNICEUB)
Empreendedor	Problemas Brasileiros
Ensino Superior	Profissão Mestre
Época Negócios	Raízes Jurídicas
Estratégica – FAAP	RAC – Revista de Administração Contemporânea
Estudos: revista da Faculdade de Ciências Humanas da Unimar	RACRE– Revista de Administração Creupi
Exame	RAE-Revista de Administração de Empresas
Exame PME	RAE Light
Executivo de Valor	RAP – Revista de Administração Pública
FACEF Pesquisa	RAUSP – Revista de Administração
Fórum de Líderes	Razão Contábil
Futuros Agronegócios	Relações Humanas
Gestão: revista Científica de Administração...	REP-Revista de Ensino Particular
Gestão e Desenvolvimento	Repertório IOB de Jurisprudência
Gestão Plus	Revista da Academia Brasileira de Direito constitucional
Gestao Rh Especial	Revista AFRESP de Tributação
Getulio	Revista a AGU
Guia Exame	Revista de Administração do CESUT
Guia Você SA	Revista de Administração Mackenzie
Harvard Business Review	Revista ALJT
HSM Management	Revista Álvares Penteado
Indústria Brasileira	Revista Anamatra
Info Exame	Revista ANGRAD
	Revista Augustus
	Revista Brasileira de administração-RBA

## UNIFIPA 2019 – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

Revista Brasileira de Ciências Criminais  
Revista Brasileira de Comercio Exterior (RBCE)  
Revista Brasileira de Contabilidade (RBC)  
Revista Brasileira de Direito Ambiental  
Revista Brasileira de Economia (RBE).  
Revista Brasileira de Gestão de Negócios (RBGN)  
Revista Brasileira de Políticas Públicas  
Revista da AMAGIS  
Revista da ESPM  
Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo  
Revista da FAE  
Revista da Pós-Graduação da Faculdade da USP  
Revista da Procuradoria Geral Do Estado De São Paulo  
Revista das Faculdades de Linhares  
Revista de Arbitragem e Mediação  
Revista de Ciências da Administração  
Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR  
Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR  
Revista de Direito  
Revista de Direito Administrativo  
Revista de Direito Ambiental  
Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais  
Revista de Direito Constitucional e Internacional  
Revista de Direito do Consumidor  
Revista de Direito do Estado (RDE)  
Revista de Direito Empresarial  
Revista de Direito Imobiliário  
Revista de Direito Internacional  
Revista de Direito Mackenzie  
Revista de Direito do Trabalho  
Revista de Direito Privado  
Revista de Direito Renovar  
Revista de Doutrina e Jurisprudência: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios  
Revista de Economia Agrícola  
Revista de Economia e Administração  
Revista de Economia Mackenzie  
Revista de Economia Política  
Revista de Estudos Acadêmicos UNIBERO  
Revista de Informação Legislativa  
Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de S. Paulo  
Revista de Práticas Administrativas  
Revista de Previdência Social  
Revista de Processo  
Revista de Sociologia e Política  
Revista Dialética de Direito Processual (RDDP)  
Revista Dialética de Direito Tributário (RDDT)  
Revista Direito ambiental e sociedade - UCS  
Revista Direito GV  
Revista do BNDES  
Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia  
Revista do IBRAC: Doutrina, Jurisprudência, Legislação  
Revista do MERCOSUL  
Revista do Tribunal Superior do Trabalho  
Revista dos Juizados Especiais  
Revista dos Tribunais  
Revista Educação e Ensino - USF  
Revista Eletrônica de Administração  
Revista EPD - Escola Paulista de Direito  
Revista Especial do Tribunal Regional Federal

Revista Faculdade de Direito – UCS  
Revista Forum de Direito Civil  
Revista Histórica  
Revista IBDfam  
Revista IMES (São Caetano Do Sul)  
Revista IMES: Direito (São Caetano Do Sul)  
Revista Jurídica – Editora Notadez  
Revista Jurídica da ESMP de São Paulo  
Revista Jurídica – ESPM  
Revista Jurídica – PUC Campinas  
Revista Jurídica da FAMINAS  
Revista Jurídica da UNEB  
Revista Jurídica das Faculdades integradas Claretiano  
Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas  
Revista Jurídica Empresarial  
Revista Jurídica “9 De Julho”  
Revista Jurídica Tributária  
Revista Jurídica UNICOC  
Revista Júris da Faculdade de Direito – FAAP  
Revista Mestrado em Direito  
Revista SBPM: Sociedade Brasileira de Pesquisa e mercado  
Revista SEBRAE  
Revista Técnica FIPEP  
Revista Técnica IPEP  
Revista Tributária e de Finanças Públicas  
Revista Trimestral de Jurisprudência  
Revista UNIB  
Revista UNICSUL  
Revista UNIFIEO  
Revista USP  
Rumos  
Santa Lucia em Revista  
Semearh  
Sequência  
Série Informações Estatísticas da Agricultura: Anuário IEA 2005  
Sinais Sociais  
Sua Boa Estrela  
Suma Econômica  
Superhiper  
Superinteressante  
Sur: rev. Internacional de Direitos Humanos  
Temas em Administração: diversos Olhares  
Tempo & Espaço: revista do ITES  
Tempo Social: revista de Sociologia da USP  
Tendências do Trabalho  
Transversal: revista anual do Ieda  
Trevisan  
Tuiuti  
UNESC em revista  
Universidade & Desenvolvimento (Série Científica)  
Universidade e Sociedade  
Universitas  
Universitas: arquitetura e comunicação Social  
Universitas Gestão e Ti  
Universitas Jus  
Universitas Relações Internacionais  
Valor Carreira  
Valor Especial  
Valor Estados  
Valor Financeiro

## UNIFIPA 2019 – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

Valor Grandes Grupos  
Valor Investe  
Valor 1000  
Valor Setorial  
Veja  
Vencer  
Veredas Do Direito  
Vip  
Você S.A

### Jornais

O Regional  
Tribuna do Direito  
Valor Econômico

### Assinaturas Eletrônicas

Obs: Não são assinaturas online.

São assinaturas de periódicos que tem a publicação impressa e que estão disponíveis para leitura online ou permitem fazer o download dos artigos

Exame – <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/>

Informações econômicas –

[http://www.iea.sp.gov.br/out/arquivosIE-](http://www.iea.sp.gov.br/out/arquivosIE-volumes.php?codTipo=30)

[volumes.php?codTipo=30](http://www.iea.sp.gov.br/out/arquivosIE-volumes.php?codTipo=30) – Assinatura (artigos em PDF)

Logística - <http://www.imam.com.br/logistica/> – Assinatura (disponível para download em PDF)

Revista de economia política – REP -

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/issue/archive>

– Assinatura (artigos disponíveis em PDF)

## 8 - ANEXOS

---

Caderno 2 – Planos de Ensino

Caderno 3 – Regulamentos